

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E RELAÇÕES DE PODER

ALINE BEATRIZ XAVIER DOS SANTOS

**O ACIDENTE RADIOLÓGICO COM O CÉSIO-137, OS SERVIDORES PÚBLICOS E
O GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS: NEGLIGÊNCIA, ABANDONO E SILÊNCIO
(1987-2021).**

MORRINHOS/GO

2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E RELAÇÕES DE PODER

ALINE BEATRIZ XAVIER DOS SANTOS

**O ACIDENTE RADIOLÓGICO COM O CÉSIO-137, OS SERVIDORES PÚBLICOS
O GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS: NEGLIGÊNCIA, ABANDONO E SILÊNCIO
(1987-2021).**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da Universidade Estadual
de Goiás para a banca final.**

Orientador: Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos

MORRINHOS/GO

2022

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UEG
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Xa Xavier dos Santos, Aline Beatriz
O ACIDENTE RADIOLÓGICO COM O CÉSIO-137, OS
SERVIDORES PÚBLICOS E O GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS:
NEGLIGÊNCIA, ABANDONO E SILÊNCIO (1987-2021). / Aline
Beatriz Xavier dos Santos; orientador Flávio Reis dos
Santos . -- Morrinhos-Go, 2022.
94 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico em História) -- Câmpus Sudeste -
Sede: Morrinhos, Universidade Estadual de Goiás, 2022.

1. CAPITALISMO, ESTADO E SOCIEDADE SOB A
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA MARXISTA. 2.
PRINCÍPIOS TEÓRICOS BÁSICOS SOBRE ACIDENTES
RADIOLÓGICOS: ESCLARECIMENTOS INICIAIS ACERCA DO
CÉSIO-137 EM GOIÂNIA. 3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA
CONTIDA NA LITERATURA BRASILEIRA SOBRE O ACIDENTE
RADIOLÓGICO DO CÉSIO-137 EM GOIÂNIA. I. Reis dos Santos
, Flávio, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS)
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E RELAÇÕES DE PODER

O ACIDENTE RADIOLÓGICO COM O CÉSIO-137, OS SERVIDORES PÚBLICOS O
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS: NEGLIGÊNCIA, ABANDONO E SILÊNCIO (1987-
2021).

Aline Beatriz Xavier dos Santos

Defesa do Mestrado realizada em 13/05/2022

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos
(Orientador)

Professor Dr. André Luiz Caes
(Membro Interno)

Professora Dr. Maria Cristina dos Santos
(Membro Externo)

AGRADECIMENTOS

Aproveito este espaço para expressar meus agradecimentos às pessoas que estiveram ao meu lado ao longo desse processo de amadurecimento intelectual no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás.

Expresso o reconhecimento à minha mãe Eleni, educadora me ensinou desde a infância que as minhas conquistas só seriam possíveis mediante esforço e determinação e que sempre estaria apoiando as minhas decisões e assim o fez.

Aos meus amados filhos Italo César e Andressa Beatriz, que me ensinam todos os dias o sentido da minha existência, sempre apoiando os meus projetos, compreendendo o distanciamento físico ao longo deste período de estudos para que fosse possível a conclusão dessa etapa formativa em minha vida.

À minha querida irmã Arleyne que sempre demonstrou contentamento em cada conquista da minha trajetória acadêmica.

Ao meu companheiro Leonardo, que sempre foi um grande incentivador do meu desenvolvimento intelectual ao longo destes doze anos de união, não medindo esforços em me acompanhar desde o momento em que decidi me inscrever como aluna especial neste programa de pós-graduação. Sempre ao meu lado acompanhando nas viagens a Morrinhos, incentivando nos momentos em que pensei em desistir, tendo paciência com meus choros e comemorando comigo cada etapa concluída até o presente momento.

Agradeço de forma muito especial à minha amada e querida avó Mariana que é um exemplo de determinação e força, me ensinando que é preciso ter “paciência” para que cada coisa se encaixe no momento certo. Como prova disso foi a sua recuperação das graves sequelas do Covid-19, quando nem os médicos acreditavam em sua recuperação ela acreditou e venceu essa guerra contra o vírus invisível aos seus 91 anos e ainda se adaptou ao mundo tecnológico para que pudéssemos amenizar a saudade em nossas ligações por vídeo chamada.

Das grandes coincidências das vidas, quero agradecer imensamente o reencontro com o Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos, que sempre me tratou com imenso respeito enquanto colega de trabalho e depois como aluna e orientanda. Sempre aberto ao diálogo; estabelecemos uma relação de amizade que ultrapassa o espaço acadêmico, levando partilhas interessantes do seu conhecimento até a conclusão desta pós-graduação.

Os meus agradecimentos se estendem à Universidade Estadual de Goiás, que sempre fez parte de minha vida nos quase cinco anos que atuei enquanto docente e ao longo da minha jornada

acadêmica, possibilitando a concluir este mestrado mediante o programa de bolsas da universidade.

Faço questão de agradecer aos professores Dr. André Luiz Caes e a Dra. Maria Cristina dos Santos que dispuseram dos seus tempos para ler este texto e aceitado o convite para estarem presentes nesta banca avaliadora de defesa do mestrado.

Não é possível nomear todos aqueles que contribuíram para a qualificação deste desejo, assim sendo agradeço de forma geral à coordenação, secretaria e colegas de sala do Programa de Pós-Graduação em História do Campus Sul (Sede Morrinhos) pela atenção prestada e os momentos de partilha ao longo destes anos.

SANTOS, Aline Beatriz Xavier. **História e relações de poder**: o acidente radiológico com o Césio-137, os servidores públicos e o governo do estado de Goiás (1987-2021). 2022. 90f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos, 2022.

RESUMO

O Brasil está entre os países com maior índice de vítimas com acidentes por radioatividade, com graves prejuízos para a população e para o meio ambiente. Destacamos aqui, o acidente radiológico ocorrido em Goiânia/GO, em setembro de 1987. O mapa de conflitos da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), aponta que o acidente com o césio-137 foi reconhecido como o segundo maior do mundo, ficando atrás apenas de Chernobyl. Entre as vítimas, estão concentradas pessoas com pouco ou quase nenhum nível de escolaridade, em sua maioria trabalhadores. Dentre os objetivos do estudo estão a busca pela compreensão histórica do como se deu o processo da relação de poder do Estado para com os servidores públicos da saúde, segurança e limpeza urbana, enquanto vítimas do acidente radiológico e verificar em que situação esses servidores se encontram (como vivem) após 34 (trinta e quatro) anos da contaminação. Para o desenvolvimento da pesquisa que aborda a relação de poder existente entre governo do estado e os servidores públicos que se tornaram vítimas enquanto trabalhavam para superar a crise de contaminação nas ruas de Goiânia, consideramos os depoimentos/relatos de parte das vítimas sobreviventes de como ocorreu o acidente com o elemento radioativo césio-137. Utilizamos textos de estudiosos que se dedicaram a pesquisar a temática para orientar a nossa trajetória e fundamentação, na medida em que enfatizam o acidente radiológico em várias vertentes. As nossas discussões tomam por referência a função desempenhada pelo Estado enquanto instituição a serviço da burguesia, mediante a ampla utilização dos aparelhos administrativo-burocrático, ideológico e de repressão para a defesa dos seus interesses e manutenção dos seus privilégios. Para que possamos melhor compreender a atuação do Estado e sua relação com a sociedade, procuramos analisar como ocorrem as relações entre os elementos/instâncias que compõem a superestrutura em sua complexidade.

Palavras-Chave: Capitalismo, Estado, Sociedade, Goiás, Goiânia, Césio-137, Contaminação Radioativa.

SANTOS, Aline Beatriz Xavier. **History and power relations: the radiological accident with Cesium-137, public servants and the government of the state of Goiás (1987-2021).** 2022. 90f. Dissertation (Masters in History) – Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos, 2022.

ABSTRACT

Brazil is among the countries with the highest rate of victims with radioactivity accidents, with serious damage to the population and the environment. We highlight here the radiological accident that occurred in Goiânia/GO, in September 1987. The conflict map of the Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) shows that the accident with cesium-137 was recognized as the second largest in the world, behind Chernobyl. Among the victims are concentrated people with little or no level of education, mostly workers. Among the objectives of the present are the search for the historical understanding of how the process of the State's power relationship with public servants took place, as victims of the radiological accident and to verify in what situation these servants are (how they live) after 34 (thirty-four) years of contamination. For the development of research that addresses the power relationship between the state government and public servants who became victims while working to overcome the contamination crisis in the streets of Goiânia, we considered the testimonies/reports by the surviving victims of how it happened the accident with the radioactive element cesium-137. We use texts from scholars who have dedicated themselves to researching the theme to guide our trajectory and foundation, as they emphasize radiological accidents in various aspects. Our discussions take as reference the role played by the State as an institution at the service of the bourgeoisie, through the wide use of administrative-bureaucratic, ideological and repressive apparatus to defend its interests and maintain its privileges. In order to better understand the role of the State and its relationship with society, we seek to analyze how the relationships between the elements/instances that make up the superstructure in its complexity occur.

Keywords: Capitalism, State, Society, Goiás, Goiânia, Cesium-137, Radioactive Contamination.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CAPITALISMO, ESTADO E SOCIEDADE SOB A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA MARXISTA.....	13
2.1 Classes Sociais no Interior da Sociedade Capitalista	13
2.2 Abordagem Marxista sobre a Concepção de Estado: Formas de Regulamentação Social.....	21
2.3 Estudo de Caso: 13 de setembro de 1987.....	28
3 PRINCÍPIOS TEÓRICOS BÁSICOS SOBRE ACIDENTES RADIOLÓGICOS: ESCLARECIMENTOS INICIAIS ACERCA DO CESIO-137 EM GOIÂNIA	41
3.1 Desconhecimento das Medidas de Proteção contra Acidentes Radiológicos	41
3.2 Césio-137 na Capital Goiana: Ocaso do Acaso.....	50
4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA CONTIDA NA LITERATURA BRASILEIRA SOBRE O ACIDENTE RADIOLÓGICO DO CESIO-137 EM GOIÂNIA.	64
4.1 Contaminação Azul: Entre o Medo da Sociedade e o Descaso do Estado.....	64
4.2 Não Preocupação do Governo Goiano com os Radioacidentados pelo Césio-137.....	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
6 REFERÊNCIAS	94

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo compreender o processo histórico, assim como as relações de poder dos governantes do estado de Goiás para com os servidores públicos da saúde, segurança pública e limpeza urbana, que não receberam orientações e equipamentos adequados enquanto executavam suas funções, tornando vítimas de um dos maiores acidentes radiológicos do mundo. Ressalta-se a relevância na execução desta dissertação diante da perspectiva de que é pouco abordada a temática em meios das instituições públicas e a restrita abordagem dos servidores públicos enquanto vítimas da radiação.

O acidente radiológico com o céscio-137, ocorrido em Goiânia no mês de setembro do ano de 1987, contaminou centenas de pessoas espalhando radiação pelas ruas da cidade, levando a população ao desespero por não terem informações concretas a respeito da contaminação que estava adoecendo parte dos goianienses, as pessoas contaminadas tiveram suas vidas transformadas drasticamente com sequelas irreversíveis e, assim, desenvolvendo transtornos emocionais e doenças como o câncer, em alguns casos levando a óbito como o caso da menina Leide das Neves, que ingeriu o elemento radioativo. As pessoas que tiveram contato direto com o elemento radioativo perderam pertences como casa, objetos pessoais, animais e, posteriormente, seus descendentes desenvolveram algum tipo de anomalia genética.

Os servidores públicos municipais, estaduais e federais foram convocados para conter a contaminação com o céscio-137, no ano de 1987. A atuação destes profissionais de áreas distintas propiciou compreender o incidente em Goiânia a partir da experiência adquirida no suporte às vítimas do acidente radiológico. Assim, vislumbraremos a relação entre Estado e sociedade naquele período.

Diante da ausência de documentos oficiais do Estado apontando o quantitativo de trabalhadores vitimados diretamente e indiretamente pelo acidente, assim como ações governamentais realizadas e/ou a ausência delas a fim de amparar os servidores durante e posteriormente ao acidente radiológico, enfatizaremos o que foi ocultado. Nesse sentido, este processo investigativo conta com a análise de entrevistas dos trabalhadores concedidas para as mídias jornalísticas, documentários e livros, averiguando os bastidores de um dos maiores acidentes radiológicos do mundo.

O acidente radiológico se deu devido ao abandono de uma peça utilizada em equipamentos hospitalares, encontrada por trabalhadores braçais que romperam o lacre com o

intuito de vender o metal para um ferro velho, deparando com um pó brilhante que os deixou encantados, levando-os ao contato direto com o elemento radioativo césio-137.

As consequências do acidente vão além das condições físicas, pois causaram traumas psicológicos, preconceito e discriminação vividos naquele período e, ainda, são atuais após os 30 anos da tragédia. Esta pesquisa aborda o processo de como e por que os trabalhadores e seus familiares se tornaram vítimas da tragédia do acidente radiológico do césio-137, bem como compreender como se deu a relação dos governantes para que os servidores envolvidos passassem para a condição de contaminados e quais ações governamentais foram tomadas (ou não) para acompanhar essas pessoas.

Observa-se que havia um grande número de pessoas contaminadas em vários níveis. Para que a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) conseguisse realizar o controle, as vítimas foram divididas em 03 (três) grupos de acordo com o nível de radiação: Grupo 1 – composto por pessoas que continham radiação acima de 20 rads; Grupo 2 – pessoas com menos de 20 rads; Grupo 3 – formado por trabalhadores e vizinhos, ou seja, aqueles que não tiveram contato direto com o elemento radioativo. Os indivíduos radioacidentados e familiares dos dois primeiros grupos conseguiram o direito a um auxílio disponibilizado pelo governo, entretanto, os filhos e netos do segundo grupo não tiveram direito ao benefício e nem todos os pertencentes ao terceiro grupo conseguiram ser reconhecidos.

É preciso ressaltar que as pessoas atingidas alegavam que o benefício que o estado havia disponibilizado era insuficiente para arcar com o tratamento, porém existe um número considerável de pessoas que levou muito tempo para ser reconhecido como vítima, em outros casos os indivíduos não conseguiram ser inseridos nestes grupos – trata-se dos familiares que tiveram contato direto com os servidores públicos que trabalharam sem equipamentos necessários e informações concretas a respeito do que estava acontecendo em meio ao caos que se encontrava em Goiânia.

Houve falta de informações e ações de prevenção naquele contexto de desespero espalhado pelas ruas de Goiânia? Faltou estrutura na gestão dos governantes em 1987? Como se deu o processo das relações de poder do governo e os funcionários públicos que foram contaminados ao prestar apoio às vítimas?

A temática desta pesquisa trata de um acontecimento histórico de grande repercussão ocorrido na capital do estado, que foi criada para ser símbolo de progresso de Goiás. Contudo, o acidente radiológico ocorrido no ano de 1987, configura um dos maiores acidentes

radiológicos do mundo, que levou à morte 04 (quatro) pessoas no primeiro momento e envolveu centenas de pessoas que tiveram suas vidas drasticamente modificadas diante da exposição à radiação do césio-137.

Trata-se de um contexto histórico que causou repercussão internacional, marcada por um governo cujo o interesse principal era a situação econômica do estado, sem importar a segurança e o bem-estar da população goianiense. A partir do resgate do acidente radiológico a partir da história do período, possibilitará ter uma visão ampla desta relação, em especial, por meio de informações antes não analisadas, que passam a ser um novo elemento de pesquisa histórica, considerando a realidade vivida pelos trabalhadores que se tornaram vítimas da radiação com o césio-137 – fontes documentais publicizadas a respeito do acidente – para assim compreender melhor como se deu o processo histórico do acidente radiológico diante das ações governamentais.

Reiteramos que o intuito desta pesquisa é contextualizar o acidente radiológico com o césio-137 a partir da perspectiva histórica dos servidores públicos da área da saúde, segurança pública e limpeza urbana que foram submetidos em um primeiro momento a radiação enquanto trabalhavam sem o mínimo de orientação e vestimentas adequadas e assim sendo expostos a situação de risco. Realizamos uma análise crítica da relação de poder existente entre Estado e servidores públicos – conforme às essas vítimas e aos seus familiares.

Como objetivo central definimos buscar analisar e assim compreender o processo histórico entorno da relação de poder do Estado para com os servidores públicos das áreas da saúde, segurança pública e limpeza urbana, enquanto vítimas do acidente radiológico. Como objetivos específicos: 1. Identificar em âmbito geral o contexto histórico que envolveu o acidente com o césio-137 na relação estado de Goiás e Brasil; 2. Verificar em que situação esses servidores se encontram (como vivem) após 34 (trinta e quatro) anos da contaminação; 3. Compreender a relação de poder do Estado enquanto Aparelho Ideológico para com os servidores públicos vítimas do acidente radiológico; 4. Detectar quais as ações de políticas públicas realizadas para atender os servidores públicos vítimas do acidente radiológico.

Para o desenvolvimento da pesquisa que aborda a relação de poder existente do governo para com os servidores públicos que se tornaram vítimas enquanto trabalhavam para superar a crise de contaminação nas ruas de Goiânia, consideramos os depoimentos/relatos de vítimas sobreviventes de como ocorreu o acidente com o elemento radioativo césio-137. Utilizamos textos de estudiosos que se dedicaram a pesquisar a temática para orientar a nossa trajetória e fundamentação, na medida em que enfatizam o acidente radiológico em várias

vertentes, documentos físicos e digitais, assim como documentários, jornais e revistas do período, que abordaram como se deu o processo de reconhecimento dos trabalhadores e seus familiares, que sofreram com a contaminação deste elemento radioativo.

A segunda seção, foi desenvolvida buscando compreender a lógica de dominação capitalista, das classes dominantes para com as classes subalternas. Essa discussão teórica aborda teóricos marxistas que discutem a organização social capitalista, onde a lógica de dominação burguesa se sobrepõe à sociedade civil e imprime a exploração da mão de obra dos subalternos, com vistas ao seu enriquecimento econômico e fortalecimento da dominação capitalista. Esta análise tem como interesse historicizar o acidente radiológico compreendendo a relação de poder do Estado para com os servidores públicos federais, estaduais e municipais vitimados com o elemento radioativo césio-137, em Goiânia em 1987 enquanto exerciam suas funções.

A terceira seção, abrange as medidas de segurança desenvolvidas ao longo dos anos, orientado sob a manipulação, utilização e manuseio de elementos radioativos. Inicialmente, levamos em consideração o início das pesquisas dos elementos nucleares no Brasil e os investimentos neste período e em seguida, abordamos o acidente radiológico em Goiânia em 1987. Destacamos a desinformação e a falta de equipamentos básicos de segurança dos servidores públicos escalados no atendimento às vítimas e nos locais de contenção dos focos de contaminação.

No decorrer da quarta seção, realizamos uma contextualização do acidente com o elemento radioativo com o césio-137, em Goiânia; abordamos a contaminação, o medo da sociedade e o descaso do Estado para com os servidores públicos e a população contaminada. Finalizamos com a não preocupação do Estado para com os radioacidentados e a luta constante que algumas pessoas ainda enfrentam nos dias de hoje no intuito de serem reconhecidas enquanto vítimas do segundo maior acidente radiológico do mundo.

2 CAPITALISMO, ESTADO E SOCIEDADE SOB A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA MARXISTA

A análise historiográfica desta pesquisa, inicia seu percurso a partir da compreensão marxista da exploração de trabalho ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, em que os mecanismos de alienação utilizados pela classe dominante impedem/restringem que as classes subalternas avancem em sua luta contra a exploração, fazendo com que a dominação de classe reproduza o capitalismo de forma constante.

Para compreender a relação de poder existente entre Estado e a classe trabalhadora (servidores públicos), utilizaremos a teoria marxista e seu método de análise para elucidar os conflitos e tensionamentos presentes nesta relação e na forma como os servidores públicos ficaram desamparados mediante a negligência estatal na tragédia ocorrida.

2.1 Classes Sociais no Interior da Sociedade Capitalista

Por mais distintos que sejam os interesses entre as classes, o seu entendimento se dá mediante a análise do conjunto das relações entre ambas por estarem interligadas no interior da sociedade, inviabilizando sua compreensão de forma individualizada. A nossa perspectiva na abordagem desta seção é de apresentar os conceitos e relações que caracterizaram a sociedade capitalista descrita na bibliografia de Karl Marx e Friedrich Engels para aclarar os processos de exploração da classe trabalhadora e a evolução de sua intensificação no transcorrer da história contemporânea, visto que a leitura de mundos destes dois intelectuais permanecem até os dias atuais.

Segundo Martins Fontes (2011, p. 11) “o que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção”. O desenvolvimento de uma determinada nação se dá, mediante os meios de produção e a forma em que relaciona com outras nações. No entanto esse “desenvolvimento” somente é possível a partir da exploração da mão de obra, assim, a crescente população com baixa condição de subsistência, corresponde a força produtiva que fortalece o desenvolvimento capitalista.

A concepção desenvolvida por Marx e Engels de classe social, parte da análise da sociedade moderna, na qual a classe trabalhadora é submetida a classe dominante, sendo impedidas de avançar em sua realidade contra a exploração da mão de obra. O Estado por sua vez, utiliza da alienação para manter-se detentor dos meios de produção, nesse sentido a

compreensão marxista aponta que a classe explorada, somente conseguirá transformar a realidade a sua volta, tendo consciência de sua condição e assim partindo para a luta classes. Em “A Miséria da Filosofia, Marx expressou a diferença entre a existência material da classe trabalhadora e a sua tomada de consciência na luta de classes, através das expressões classe em si/classe para si” (MATTOS, 2007, p. 36).

Observa-se que as classes dominadas são compostas por maior parcela da sociedade que vende a sua força de trabalho para manter a subsistência, e em contrapartida alimentam a classe dominante e o fortalecimento do crescimento capital. Essa estrutura de dominação hierárquica de exploração dos menos favorecidos, predomina desde a escravidão e se adapta de acordo com o desenvolvimento da sociedade, mantendo a posição hegemônica. A divisão social entre as classes, somente é compreendida a partir do entendimento de que existe concorrência entre as classes dominantes e dominadas e assim o processo de transformação social deve ocorrer a partir da necessidade de transformação da realidade por meio da burguesia.

De acordo com Tineu (2017, p. 90) “as classes sociais não podem ser compreendidas cada uma isoladamente, mas apenas quando examinadas em sua totalidade, em suas mútuas relações e determinações”. A classe burguesa se sobrepõe à classe trabalhadora para a preservação de sua dominação, na medida em que detém a propriedade dos meios de produção, que estabelece as relações políticas e econômicas do capital.

Viana (2017) recorre ao “Manifesto do Partido Comunista” para destacar a importância analítica e reflexiva de Karl Marx e Friedrich Engels (1988, p. 105) na compreensão da classe trabalhadora (proletariado), que alertaram que os socialistas utópicos substituíram a ação social “por sua própria imaginação pessoal; as condições históricas da emancipação por condições fantasiosas; a organização gradual e espontânea do proletariado em classe pela organização de uma sociedade pré-fabricada por eles”, na qual a história futura do mundo se “resume na propaganda e na prática de seus planos de organização social”.

Nesse sentido, Viana (2017, p. 82) ressalta que Marx e Engels não caíram no mesmo erro, “pois destacaram que somente com a emergência do proletariado como classe revolucionária numa primeira experiência radical de luta pela constituição de uma nova sociedade é que permitiria ultrapassar tal limitação”. A classe dominante na tradução de Viana (2017), pode ser entendida como aquela que detém a propriedade dos meios de produção e concentra em suas mãos os recursos necessários para promover a ampliação e

concentração do capital e impõe à classe dominada a exploração de sua força de trabalho para movimentar o processo produtivo.

No processo de desenvolvimento do capitalismo, o Estado tem se ocupado em dar legitimidade e legalidade à ação e imposição da ideologia burguesa ao proletariado, com o propósito de manter e reproduzir as relações sociais de trabalho que submetem a sociedade em si (VIANA, 2003). Cintra (2017), apoiado na fundamentação teórica marxista argumenta que:

[...] não basta reconhecer que Estado e sociedade se organizam a partir de princípios opostos. Mais que isso, o que ele diz [Marx] é que se quisermos compreender as relações sociais reais devemos partir da sociedade civil, das relações materiais de produção e não dos códigos legais. Diferentemente do que postulavam, cada um a seu modo, Hobbes, Locke, Rousseau ou Hegel, o Estado moderno não constitui um artifício para a expressão do universal, da “coletividade social” acima dos interesses particulares; ao contrário, ele expressa o domínio de uma classe particular sobre outra (CINTRA, 2017, p. 30).

Portanto, é preciso entender a organização da sociedade capitalista para compreender as estratégias de direção, controle e dominação de uma classe sobre a outra. Marx e Engels ao escreverem o “Manifesto do Partido Comunista”, afirmam que a classe proletária deve ter consciência natural e gradual da alienação imposta pela burguesia, em busca de sua organização para transformar a realidade de exploração por meio de um processo revolucionário, com vistas ao estabelecimento de uma sociedade mais justa e verdadeiramente igualitária. Para Marx, o trabalhador nada mais é que uma peça na engrenagem para a manutenção do capitalismo, visto que:

O salário possui, por conseguinte, exatamente, exatamente o mesmo significado de conservação (*Unterhaltung*) na manutenção (*Standerhaltung*) de qualquer outro instrumento produtivo, tal qual o consumo do capital em geral, de modo a poder reproduzir-se como juros. Como o óleo que se põe na roda para mantê-la em movimento. O salário pertence, pois aos custos obrigatórios do capital e do capitalista e não deve ultrapassar a necessidade desta obrigação. Foi, portanto, absolutamente consequente quando donos de fábricas ingleses, antes da Amendment Bill de 1834, deduziram do salário do trabalhador, como parte integrante do mesmo, as esmolas públicas que este recebia mediante taxas de assistência (MARX, 2004, p. 92).

A estratégia burguesa visa garantir a sua condição de detentora do poder, onde o salário pago aos trabalhadores garanta exclusivamente a sua sobrevivência. Contudo, os gastos básicos para manutenção de sua subsistência, retorna em forma de lucro para os capitalistas. “Uma vez terminada a exploração do operário pelo fabricante mediante o pagamento do salário em dinheiro, caem sobre ele as outras parcelas da burguesia: os proprietários de imóveis, o dono da mercearia, o agiota etc.” (MARX, ENGELS, 2008, p. 23).

Assim, o trabalhador não é visto enquanto homem, mas enquanto peça de produção, podendo ser substituída a qualquer momento. Nesse sentido, a articulação do crescimento industrial, impede que o trabalhador tome consciência de sua exploração, inviabilizando romper com o sistema que o oprime. Marx e Engels (2008) argumentam que:

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevive se encontra no trabalho, e só encontra trabalho se este incrementa o capital. Esses trabalhadores, que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado (MARX; ENGELS, 2008, p. 21).

Com a chegada da modernidade, o proletário deixa de ser o elemento fundamental para o crescimento industrial, assim, as máquinas substituem a função de boa parte dos trabalhadores, diminuindo os custos com empregados e acelerando a produção, e automaticamente os lucros. A exploração de mão de obra favorece para que a burguesia cresça de forma desenfreada, tornando o indivíduo assalariado um objeto descartável, gerando crescente pressão diante da quantidade e qualidade da produção, elevando a competitividade entre os trabalhadores a serviço do capital.

Na apreensão de Tineu (2017), as questões sociais, políticas e econômicas estão diretamente vinculadas às condições de classes, assim como suas determinações são de fato históricas diante do desenvolvimento da sociedade, ou seja:

[...] as classes sociais estão ligadas à evolução e ao desenvolvimento da sociedade, sendo encontradas no interior das estruturas sociais construídas historicamente. Por isso é que faz pouco sentido os sociólogos da escola da estratificação falarem de classes altas, médias e baixas em todas as sociedades em todos os tempos. Ainda, as classes sociais não são imutáveis no tempo, formam-se, desenvolvem-se e modificam-se à medida que a sociedade também se transforma (TINEU, 2017, p. 91).

Na concepção de Marx (1980), não se trata de compreender a organização das classes sociais diante da inexistência da “coletividade social” e sim da dominação de uma classe que julga ser superior a outra, por ser detentora dos meios econômicos. A burguesia utiliza do capitalismo e seus mais diversos recursos – políticos, administrativos, burocráticos, legislativos, jurídicos, coercitivos, religiosos etc. – para assegurar a sua hegemonia, deixando de atender os reais interesses da sociedade em sua totalidade.

Os aparelhos ideológicos e repressivos do Estado de Louis Althusser, apontam que esses aparelhos estão a serviço dos interesses burgueses, fundamentais para manutenção da alienação da classe dominada em larga escala, impossibilitando compreender a sua condição e do engajamento nos movimentos de luta em prol da transformação de sua condição de submissão e subalternidade.

Para melhor compreensão sobre os aparelhos do Estado, faz-se necessário compreender que um complementa o outro, ou seja, o aparelho repressivo compõe estrutura diferente do aparelho ideológico, este por sua vez é constituído pelas instituições religiosas, escolares, familiares, culturais, sindicais, entre outros (ALTHUSSER, 1985). Corroborando para que o indivíduo pertencente à classe trabalhadora aceite sua condição de alienação, garantido a manutenção da exploração da mão de obra do trabalhador a serviço da burguesia.

Ao analisarmos o desenrolar histórico da sociedade capitalista podemos compreender as terminologias empregadas para a diferenciação entre classe dominante e classe dominada, assentada em uma estrutura hierarquizada que permanece inalterada em sua ordem, representada pela burguesia que impõe a sua ideologia ao proletariado, permanentemente readequada na razão da defesa dos interesses da primeira sobre a segunda, garantindo a manutenção do poder e do controle político, econômico e social em suas mãos.

Nesse sentido, Fernandes (1973, p. 39) afirma que “o modo histórico-social de concretização do capitalismo engendra a sua própria realidade substantiva. As classes sociais não ‘são diferentes’, assim como é diferente o modo pelo qual o capitalismo se objetiva e se irradia historicamente como força social”. As variantes históricas entre as classes sociais em diferentes partes do mundo tanto se assemelham quanto diferem na razão espaço-tempo. A conformidade da fundamentação teórica marxista aponta que o determinismo das classes sociais passa por processos de construção ideológica, política, cultural e religiosa, assim como econômica, ou seja:

[...] não é a ocupação, renda ou estilo de vida que constitui o principal critério para a formação de uma classe social, embora todos constituam critérios secundários que vigoram em casos particulares. A política, as ideologias e a cultura conjuntamente às questões de ordem econômica são fatores determinantes para o processo de constituição da classe social (TINEU, 2017, p. 91).

No interior da sociedade capitalista é nítida a disparidade entre a classe dominante, detentora dos meios de produção e a permanente preocupação em preservar a sua condição hegemônica e, na outra extremidade, a classe dominada representada pelos trabalhadores com escassos recursos para assegurar a sua existência.

A sociedade de classes ocorre somente onde existe o capitalismo, por se tratar de uma organização hierárquica. Cardozo (2017), tomando em empréstimo as reflexões de Karl Marx, nos esclarece que:

[...] o capitalismo apenas tornou mais agudo e forte os antagonismos sociais, para Marx a história seria um ininterrupto fluxo de luta de classes que apenas mudou de nome e de contexto. No capitalismo europeu do século XIX, o autor indicou que o antagonismo entre o proletariado (classe operária) e a burguesia (classe capitalista)

seria o palco da revolução socialista, que poria fim ao conflito de classe (CARDOZO, 2017, p. 5).

O antagonismo existente entre as classes sociais descrito por Marx (1980) atravessa todo o período histórico, assim o conflito existente entre a classe dominante e a classe dominada somente será superado mediante a organização natural da consciência de alienação a que são submetidos os dominados em prol da revolução proletária, destruindo a burguesia e tomando o controle do Estado com vista a instalação de uma sociedade igualitária. A estratégia política da burguesia para assegurar que não haja uma revolução proletária, visa instaurar a falsa consciência de igualdade entre as classes, conforme aponta Vitorine (2006):

Vemos como, o Estado decretado (apenas de maneira formal) que todos são iguais perante ele, mas permitindo que a propriedade privada, a educação e a profissão “atue à sua maneira” e manifestando a “sua característica particular” não elimina as desigualdades (mas as pressupões para a sua existência como Estado político e garante a perpetuação das desigualdades) e dessa forma não atua como universalidade (VITORINE, 2006, p. 256).

A falsa consciência de igualdade entre as classes garante a manutenção dos interesses burgueses, que impõe a sua autoridade sobre as classes submetidas, perpetuando as desigualdades econômicas e sociais, e conseqüentemente, elevando o crescimento da miséria entre a população menos favorecida. Assim, a concepção marxista compreende que a condição de miséria do indivíduo se extinguirá a partir da abolição das instituições legais do Estado, transformando as questões econômicas por meio da emancipação humana. Tomando em empréstimo as interpretações de Cintra (2017), o Estado segundo Karl Marx:

[...] é em grande medida uma teoria da ação, pois contém um uma dimensão estratégica que visa orientar a conduta dos movimentos revolucionários e, no limite, instaurar um novo tipo de ordem social. Mais especificamente, trata-se de uma teoria cuja finalidade é a conquista e a dissolução do Estado burguês (CINTRA, 2017, p. 30).

Viana (2017) aponta que a atuação do Estado no interior da sociedade, considera o conjunto de pessoas que vive a mesma realidade e tem o mesmo interesse comum, e traduz a constituição de classes que se opõe às demais categorias de classe sociais; pois considera a divisão social do trabalho determinada pelas relações de produção impostas por aqueles que detêm a propriedade do capital.

Assim sendo, é possível afirmar a existência concreta de sociedades distintas e igualmente de classes sociais diferentes, visto que “todas as classes sociais compartilham esses elementos constitutivos, mas sob formas distintas, possuindo uma semelhança essencial e diferenças existenciais” (VIANA, 2017, p. 11). É evidente a existência da luta social entre as classes, onde os detentores do poder buscam se manter na condição privilegiada, por outro lado, a classe trabalhadora tem enquanto prioridade abolir a exploração mediante consciência

de sua condição de alienação na sociedade capitalista, conforme podemos observar nas palavras de Silva (2018) ao apontar que:

[...] As classes dominantes lutam para manter a ordem social que lhes privilegia. Entre os movimentos de classe, o movimento operário ocupa lugar de destaque, pois sua luta possui caráter contínuo, com momentos de radicalização de sua atuação, sobretudo durante as crises do regime de acumulação (SILVA, 2018, p. 204).

Tineu (2017, p. 92) reitera que “as classes sociais não existem de maneira isolada, mas como parte de um sistema de classes, o que define e distingue as classes sociais são as relações específicas que se estabelecem entre elas”. A ideologia burguesa é amplamente disseminada por diversos meios, dentre eles os de informação e comunicação, afim de preservar a hegemonia da classe dominante. Nessa direção, Silva (2018) esclarece que:

Como o pensamento burguês hegemoniza a sociedade civil e a cultura na sociedade capitalista, tanto o movimento operário quanto outras classes sociais, como a burocracia, disputam a hegemonia cultural na sociedade civil. Como integrantes da totalidade da sociedade, os movimentos sociais também possuem uma disputa pela hegemonia interna. Assim, principalmente os movimentos sociais populares possuem uma contradição entre as condições reais de vida e a consciência burguesa hegemônica em seu interior. Somente as lutas sociais e a geração de utopias revolucionárias podem despertar as representações que promovem a emancipação humana através da transformação social (SILVA, 2018, p. 210).

Como podemos observar, Silva (2018) chama a atenção para a utilização da burocracia como ferramenta de dominação social, estabelecendo os limites entre as classes, trata-se de uma estrutura bem arquitetada afim de impedir o trabalhador de tomar consciência de sua realidade de subserviência. A transformação da realidade da classe trabalhadora será valorada mediante a luta social para conduzi-la à sua emancipação. Silva (2018) recorre aos argumentos de Viana (2016) para destacar a influência/interferência do processo de mercantilização nos movimentos sociais, evidenciadas por meio de três escalas, a saber:

Na escala mínima de mercantilização, os movimentos sociais necessitam de poucos recursos financeiros; na escala média de mercantilização, os recursos financeiros tornam-se uma necessidade mais presente; por fim, na escala máxima de mercantilização, o movimento social perde sua identidade enquanto movimento social. A mercantilização dos movimentos sociais gera, também, uma metamorfose mental no interior dos mesmos. Quanto maior é a escala de mercantilização de setores dos movimentos sociais, maior é a força do cálculo mercantil e da mentalidade burguesa (VIANA, 2016 apud SILVA, 2018, p. 209).

A ideologia burguesa encontra-se entranhada na escala de mercantilização, sendo excluídos os interesses sociais em função da produção de mais-valia, a falsa consciência de ascensão social utilizada como recurso de alienação dificulta a tomada de consciência por parte do proletariado, mantendo-o subserviente ao capitalista. Assim sendo, Fernandes (1973) infere que:

Mantidas as condições de dependência e de reduzido esforço para criar-se um padrão alternativo de desenvolvimento autossustentado, o capitalismo continuará a

florescer como no passado remoto ou recente, socializando seus custos sociais e privilegiando os interesses privados (internos e externos) (FERNANDES, 1973, p. 40).

Compreende-se, portanto, que a mercadoria não se restringe à transformação da matéria-prima em objeto de consumo, pois na sociedade capitalista o trabalhador também se transforma em mercadoria por vender sua mão de obra em troca do salário. Nesse sentido, o indivíduo explorado é coisificado por ter valor somente enquanto gera lucro para a empresa, caso contrário é descartado. Se pensarmos que toda e qualquer produção é transformada em mercadoria que demanda o consumo e, conseqüentemente, resulta na constituição de seu fetichismo, fazendo com que a própria classe trabalhadora consuma esses produtos, resultado tanto do processo de alienação quanto de coisificação¹ do trabalhador (MARX, 2001).

A disposição hierárquica existente entre dominantes e dominados não se modificou ao longo dos tempos, o que mudou foram os métodos para garantir a dominação, acompanhando as transformações em seu processo histórico. Fernandes (1973) chama atenção diante das manifestações históricas das classes sociais que constituem diferentes padrões, de acordo com o processo histórico vivenciado em cada localidade, ou seja:

As classes sociais se manifestam nas sociedades latino-americanas como formações histórico-sociais típicas. No entanto, elas apresentam variações (em três níveis distintos: o das bases perceptivas e cognitivas das atitudes e comportamentos de classe; o dos conteúdos e orientações da consciência e relações de classe; e o da diferenciação, articulação e oposição das classes sociais entre si), que não são simples produtos de diferenças de contexto sociocultural ou de tempo histórico (FERNANDES, 1973, p. 38).

A suposta ideia de igualdade entre as classes na sociedade capitalista é desconstruída pela análise marxista, nada mais é do que uma sistemática organizacional burocrática das manifestações dos interesses econômicos da burguesia para a manutenção do poder. Viana (2017), orientado pela fundamentação teórica de Antônio Gramsci, argumenta que a burocracia está a serviço da classe dominante e ressalta que:

[...] isso ocorre de forma específica, com uma maior separação entre sociedade civil e Estado e numa especialização mais ampla deste, aumentando sua força através da burocracia e burocratização crescente, o que aumenta a ilusão de autonomia, gerando um discurso falso e ideológico sobre a política, as leis, visando legitimá-lo e justificá-lo, buscando ocultar seu caráter de classes e seus reais interesses. Sob a fachada de “interesses comuns”, “interesse público”, ele manifesta o interesse da classe dominante (VIANA, 2017, p. 80).

Em outras palavras, na sociedade capitalista a burocracia é amplamente utilizada como estratégia para garantir a divisão social e econômica entre as classes, mantendo a falsa ideia de autonomia econômica da classe dominada, camuflando o real interesse da classe

¹ Para melhor entendimento dos processos de alienação e coisificação do trabalhador consultar: MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2001.

dominante em se manter privilegiada e hegemônica. Diante desse contexto, enfatizamos a importância da fundamentação teórica marxista para a real compreensão das relações sociais e econômicas no interior da sociedade capitalista, que preconiza a necessidade de conscientização da classe trabalhadora de sua verdadeira realidade na condição de explorada e expropriada de direitos, sobretudo, de conscientização política para a organização social com vistas a mover o processo revolucionário para a superação do sistema econômico capitalista e eliminação da classe burguesa.

2.2 Abordagem Marxista sobre a Concepção de Estado: Formas de Regulamentação Social

As nossas discussões tomam por referência a função desempenhada pelo Estado enquanto instituição a serviço da burguesia, mediante a ampla utilização dos aparelhos administrativo-burocrático, ideológico e de repressão para a defesa dos seus interesses e manutenção dos seus privilégios. Para que possamos melhor compreender a atuação do Estado, procuramos analisar como ocorrem as relações entre os elementos/instâncias que compõem a superestrutura em sua complexidade, ou seja, a política, a ideologia, a justiça, a cultura, a religião, a burocracia, na perspectiva de apontar o uso da força, da coerção, da violência para reprimir toda e qualquer manifestação ou movimento contrário ao regime instituído.

Os escritos de Antônio Gramsci (2002) e de seus comentadores nos disponibilizam a compreensão de que a infraestrutura e superestrutura não podem ser desconsideradas do entendimento de “bloco histórico”, pois a sua constituição se remete, historicamente, ao atendimento dos interesses da classe dominante. Nesse sentido, Leite (2016) afirma que:

É consensual entre vários estudiosos que os aspectos principais do pensamento de Antônio Gramsci estão articulados em torno de um conceito-chave, o de Bloco Histórico. Em seus escritos, Gramsci afirma que a estrutura e a superestrutura formam um bloco histórico e o define como sendo a união entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos (LEITE, 2016, p. 2).

Diante do conceito de superestrutura e estrutura desenvolvida por Gramsci, cabe salientar que a superestrutura representa o conjunto das instituições, buscando a manutenção dos ideais morais, dos costumes culturais da sociedade, atendendo os interesses da base econômica burguesa. Em se tratando da estrutura, cabe dizer que se refere as classes consideradas subalternas, ou seja, é a base material as relações sociais de produção, compostas pela classe trabalhadora que vende sua força de trabalho.

As análises, interpretações e proposições de Gramsci se concentram na ampla complexidade da rede de relações políticas, sociais e econômicas para além dos limites do sistema produtivo no interior da sociedade burguesa de sua época. O seu interesse partiu da necessidade de compreender as alianças construídas dentro do bloco histórico. No entendimento de Leite (2016, p. 2), “o intelectual sardo buscou as suas bases na formulação de Georges Sorel, um teórico francês do sindicalismo revolucionário no final do século XIX para destacar a conexão entre estrutura e superestrutura”. Gramsci, ao desenvolver o conceito de hegemonia, faz a seguinte pontuação:

Dado que existiam essas condições preliminares, já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) e conseguindo centrar toda a vida do país na produção. A hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas para ser exercida de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia (GRAMSCI, 2007, p. 247).

A inspiração americana do investimento na propriedade privada, a alienação de maiores salários, aumentava a competitividade entre os operários, selecionando indivíduos jovens que propiciassem maior rendimento produtivo para as indústrias. O novo processo de racionalização entre as massas levou a classe operária a uma nova identidade de processo produtivo dentro da nova estrutura industrial, deixando o campo cada vez mais esvaziado e as cidades cheias de pessoas a procura de trabalho.

Nesse novo processo de crescimento industrial, é interessante observar que a igreja enquanto aparelho ideológico do Estado, tem um papel fundamental para o alto rendimento dos proletários nas fábricas, a fim de atender os interesses comerciais. Onde os ritos religiosos pregavam a necessidade da constituição e manutenção de família, assim, assegurando que o trabalhador não faltasse ao trabalho por motivos de noites mal dormidas, garantindo o crescimento do capital.

Nas esteiras de nossas abordagens, reiteramos que empregamos no processo de desenvolvimento de nossa pesquisa o conceito gramsciano de Estado ampliado e enquanto elemento contido na superestrutura utiliza estratégias, instrumentos, mecanismos legais para manter a classe trabalhadora submetida à exploração da burguesia em permanente aprofundamento, garantindo a intensificação da produção da mais-valia e compelindo ainda mais a classe trabalhadora que se vê obrigada a se submeter a exaustivas jornadas de trabalho diário concentradas em atividades manuais que pouco exigem de suas habilidades mentais.

A preponderância de uma classe sobre a outra encontra no Estado e em seu aparelho burocrático-administrativo a ocultação da ideologia hegemônica da burguesia, que no interior do processo produtivo e das relações sociais de trabalho movimentam o processo de alienação daqueles que vendem a sua mão de obra em troca de um salário para garantir a satisfação das suas necessidades de sobrevivência – conforme afirmamos anteriormente. A exploração do capitalista se faz oculta na medida em que transfere para o trabalhador apenas parte de seu esforço diário no desenvolvimento de suas atividades laborais, ou seja, o capitalista maximiza o processo de exploração do trabalhador para além dos custos de produção, estabelecendo o que Karl Marx definiu como mais-valia.

Retornando à função do Estado em contexto capitalista, Cintra (2017) considera as imposições da classe dominante a sua ideologia e, sobretudo, a intensificação de sua exploração e expressa que o domínio da classe dominante não se limita ao controle do aparelho do Estado para a imposição ideológica – direção, controle, dominação, coerção, violência –, mas na coalisão de forças entre a sociedade civil e a sociedade política que organizam o consenso social para que a burguesia imponha a sua hegemonia e assegure a sua reprodução.

“Assim, a função de domínio é exercida na sociedade política e abarca a coerção em seus aspectos legais e policial-militar; nela, exerce-se uma dominação mediante a coerção” (LEITE, 2016, p. 6). Nogueira (1987) destaca a direta significação entre sociedade civil e sociedade burguesa, compreendendo que esta definição na língua alemã se diferencia da definição de Antônio Gramsci:

Jamais será suficientemente sublinhado que devemos o uso de “sociedade civil” no significado de esfera das relações sociais distinta da esfera das relações políticas a escritores alemães (em particular a Hegel e Marx, como se verá a seguir), escritores que escrevem numa língua onde *bürgerliche gesellschaft* significa ao mesmo tempo sociedade civil e sociedade burguesa (NOGUEIRA, 1987, p. 34).

Gramsci (2007), analisa a relação de dominação existente entre o Estado e as classes sociais, compreendendo que o método apropriado para romper com a dominação está pautado na transformação do meio político:

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (GRAMSCI, 2007, p. 21).

O revolucionário compreende que mesmo diante da estrutura organizacional desenvolvida pelo Estado, o intuito final é atender aos interesses burgueses mantendo o

crescimento do capitalismo, portanto, torna-se inviável a abolição do Estado enquanto defensor dos interesses da classe dominante. Assim sendo, mais viável seria que a classe explorada se unisse tomando o poder do Estado por meio do partido.

As pontuações realizadas, indicam Maquiavel à frente do seu tempo, onde a consciência da condição de explorado do trabalhador deve ocorrer no meio urbano, alcançando os espaços rurais, buscando a hegemonia como um movimento de liberdade. As proposições gramscianas visam o desenvolvimento de um processo de conscientização das classes subalternas² sobre a sua condição de explorado e submisso à burguesia, fazendo-se necessária a sua mobilização contra os mandos e desmandos do capital em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da emancipação da classe dominada e superação do sistema econômico capitalista.

O Estado (sociedade política) associado à sociedade civil assegura a hegemonia da classe dominante mediante a direção ideológica, moral e cultural preservando a manutenção da submissão dos subalternos (GRAMSCI, 2000). No entanto, vislumbra-se que as classes subalternas são capazes de avançar mediante movimentos espontâneos e assim, levar ao enfraquecimento do Estado. “Outros exemplos podem ser extraídos de todas as revoluções passadas em que as classes subalternas eram numerosas e hierarquizadas pela posição econômica e pela homogeneidade” (GRAMSCI, 2007, p. 198).

O Estado ampliado (sociedade política + sociedade civil) na teoria gramsciana compreende as ações por meio da utilização de recursos administrativo-burocráticos, ideológicos, culturais, religiosos, educacionais para manter o controle da classe dominada e sua condição de submissão e dependente da classe dominante. Gramsci, faz a seguinte definição de sociedade política e sociedade civil:

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) (GRAMSCI, 2007, p. 244).

O Estado, por sua estrutura é coercitivo, buscando diluir a sociedade regulada diante dos valores utópicos éticos e civis de moralidade e igualdade, onde todos devem seguir as leis

² Classes Subalternas em Gramsci: Em outras palavras podemos dizer que a hegemonia de uma classe se dá pela dominação e direção que esta exerce sobre a outra classe. Daí se fala de “classe dominante” e “classes subalternas”. resumidamente temos que a subalternidade se apresenta como consequência da construção da hegemonia de uma classe sobre outra. (SILVA, 2016)

que o regem, ou seja, o Estado busca a manutenção de seu controle para com as demais classes por meio das leis previamente estabelecidas, caso contrário utiliza dos meios de coerção, caso acredite ser necessário. Nesse sentido, Viana (2003, p. 9) evidencia que a relação de dominação demanda a definição de política, que pode ser caracterizada “como o conjunto de relações sociais que manifestam as lutas de classes. Qualquer conflito social ou relação que é derivada da situação e antagonismo de classe é um conflito político ou relação política”.

A sociedade civil, por sua vez, é apontada por Nogueira (1987), como uma esfera política pelo Estado, que utiliza a coerção como método de dominação das demais classes, para garantir que os interesses econômicos sejam preservados, ou seja, trata-se de uma barreira criada entre Estado e sociedade, garantindo o sistema burocrático de dominação capitalista. Nesse sentido, Leite (2016), complementa esta compreensão de acordo com a definição de Gramsci ao destacar que:

[...] no âmbito da sociedade civil, as classes procuram exercer sua hegemonia buscando aliados para os seus projetos através da direção política e do “consenso” e, por meio da sociedade política (Estado no sentido estrito ou Estado-coerção), exerce-se sempre uma “ditadura”, uma dominação fundada na coerção. Vale ressaltar que, para Gramsci, tais esferas mantêm entre si uma relação de identidade-distinção, e ambas, em conjunto, formam o Estado integral (LEITE, 2016, p. 5).

A sociedade civil tem como objetivo manter a organização social por meio da coerção, garantido os interesses econômicos da burguesia, conseqüentemente, organismos privados alienam os indivíduos por meio dos aparelhos ideológicos utilizados pela sociedade política que difunde uma “falsa” consciência harmonizada entre as classes. Na tentativa de atualizar o entendimento sobre Estado (sociedade política) e sociedade civil, Nogueira (1987) argumenta que:

[...] a expressão “sociedade civil” é geralmente empregada como um dos termos da grande dicotomia sociedade civil/Estado. O que quer dizer que não se pode determinar seu significado e delimitar sua extensão senão redefinindo simultaneamente o termo “Estado” e delimitando a sua extensão. Negativamente, por “sociedade civil” entende-se a esfera das relações sociais não reguladas pelo Estado, entendido restritivamente e quase sempre também polemicamente como o conjunto dos aparatos que num sistema social organizado exercem o poder coativo (NOGUEIRA, 1987, p. 33).

Alguns estudiosos marxistas comungam de uma mesma avaliação negativa em torno da sociedade civil, justamente por atender aos interesses da burguesia em associação com a sociedade política (Estado), negligenciando os interesses da classe trabalhadora e aprofundando a exploração da sua força de mão de obra. “Numa primeira aproximação pode-se dizer que a sociedade civil é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos

econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através da mediação ou através da repressão” (NOGUEIRA, 1987, p. 35). O conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci, propõe pensar a adequação das relações sociais, como aponta Alves (2010):

A noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas. Nesse contexto, a sociedade civil adquire um papel central, bem como a ideologia, que aparece como constitutiva das relações sociais (ALVES, 2010, p. 71).

O desenvolvimento desta concepção ideológica de estrutura e superestrutura, coloca a sociedade civil que antes ocupava o lugar de dominada, passa a se movimentar tomando o centro das relações sociais a partir de ideais político-partidários. Nesse sentido, os ideais de abolição do Estado e defende mediante a tomada do poder, possibilitando a construção de um novo bloco histórico, avançando no campo intelectual, assim como no desenvolvimento das classes sociais, visando o controle hegemônico.

A atuação política-ideológica da burguesia no âmbito da superestrutura busca o crescimento constante da produção material mediante à permanente intensificação da maquinização do processo produtivo, que demanda somente o emprego de habilidades manuais do proletariado, que o torna impotente em consequência do próprio processo de mecanização das suas atividades laborais e efetiva a sua alienação. Viana (2003, p. 71), salienta que “a ação do Estado serve aos interesses do desenvolvimento e reprodução de determinadas relações de produção, ela fortalece a classe que retira sua força destas relações”. As relações do âmbito político, econômico e cultural são esferas que se complementam dentro da superestrutura:

Estrutura e superestrutura, economia, política e cultura são para Gramsci esferas unidas e ao mesmo tempo autônomas da realidade. Por isso mesmo há pouco sentido em contrapor a sociedade civil de Marx, momento, sobretudo, das relações econômicas, com a sociedade civil de Gramsci, onde prevalecem as relações político-ideológicas (LIGUORI, 2006, p. 8).

O interesse primordial de LIGUORI, aponta que Marx está centrado nos combates metodológicos, pois, compreende-se que a sociedade civil é responsável pelo desenvolvimento político e econômico do Estado. No entanto, sociedade civil e política não devem seguir caminhos diferentes, uma depende da outra para sua existência. Liguori (2006, p. 8), afirma que “Estado e sociedade não são realidades autônomas, a ideologia liberal que pinta como tais é explicitamente negada”.

No entendimento de Leite (2016, p. 10) a alienação do proletariado na sociedade capitalista sempre prevalecerá, visto que “o mecanicismo tem uma forte tendência de absolutizar os interesses imediatos sem uma análise das relações de força, não distinguindo os aliados, e tampouco compreendendo seus projetos”. Orientado pelas fundamentações teóricas gramscianas, Rodrigues (2015) argumenta que o aparelho ideológico do Estado contribui efetivamente para a alienação da classe trabalhadora, portanto, se faz necessária a conscientização e organização para promover o processo revolucionário em direção à supressão do capitalismo:

Nesse sentido, deve-se considerar que a visão estratégica gramsciana, foi pensada para um processo de transição para o socialismo e que ele se assume como um revolucionário em busca de novas estratégias, ainda mais eficazes de luta na direção ao poder. Sua contribuição sugere alteração no pensamento presente em sua época acerca do processo de tomada do poder, propondo assim que, em vez de realizar o assalto direto ao Estado e tomar imediatamente o poder como na concepção de Lênin, a sua manobra é de desenvolvimento, designando a sociedade civil como primeiro objetivo a conquistar, ou melhor, a dominar (RODRIGUES, 2015, p. 5).

A teoria marxista aponta a busca da compreensão da relação de dominação do Estado para com as classes consideradas subalternas, assim como, a luta da classe trabalhadora contra dominação do Estado. A busca da compreensão de como se organiza o Estado, a sociedade política e civil, corrobora para a estruturação dos aparelhos ideológicos do Estado (AIE) e os aparelhos repressivos do Estado (ARE), ainda presentes na sociedade (ALTHUSSER, 1985).

Diante do exposto, compreendemos que a relação entre dominantes e dominados é profunda e complexa diante da relação existente entre Estado e sociedade. No entanto, é possível compreender o mecanismo de dominação do Estado para com a comunidade goianese e os profissionais ligados à segurança pública, saúde e limpeza urbana foram negligenciados pelo Estado e submetidos a radiação e, conseqüentemente, o surgimento de transtornos emocionais. Reiteramos que o governo do Estado não contava com profissionais capacitados, estratégias de segurança para lidar com acidentes desta magnitude, buscou ocultar os fatos ocorridos em Goiás, a fim de proteger os interesses políticos e econômicos.

O acidente radiológico com o césio-137, ficou conhecido como um dos maiores acidentes radiológicos do mundo, com impacto direto e indireto na vida dos indivíduos pertencentes à classe trabalhadora e o Estado, por sua vez, procurou fazer com que este acidente caísse no esquecimento. Diante dessa perspectiva, buscaremos contextualizar o medo presente na sociedade, o atendimento do Estado às pessoas que tiveram suas vidas transformadas em pouco tempo e o que foi feito para que conseguissem reintegrar a sociedade.

2.3 Estudo de Caso: 13 de setembro de 1987

Servidores públicos de áreas distintas foram convocados por órgãos estatais para conter a contaminação. Os relatos a seguir apontam as ações e/ou a ausência de medidas protetivas adotadas para amparar a população, assim como os interesses políticos do Estado, naquele ano de 1987. A inexistência de informações concretas do adoecimento da população goiana refletiu drasticamente na segurança dos servidores públicos mesmo aqueles que não estavam contaminados foram vítimas de preconceito, conforme o relato do ex-servidor do Consórcio Rodoviário Intermunicipal S.A. (CRISA), Clóvis Raimundo da Conceição em entrevista ao G1:

A gente era enganado, não sabíamos que tipo de risco corríamos, que tipo de problemas podíamos ter, igual eu e muitos colegas temos. Um dia, peguei um ônibus e, quando cheguei no Terminal de ônibus do Dergo, quatro homens me abordaram e perguntaram se eu trabalhava no Crisa. Eu disse que sim, e mandaram eu descer e começaram a me atacar, me empurrar para fora do ônibus, lembra com muita tristeza o ex-servidor do Crisa (G1 13/09/2017).

Diante dos apontamentos de Helou (2017), as notícias veiculadas não eram esclarecedoras, geravam ainda mais insegurança entre a população, conseqüentemente, o medo também estava presente nos servidores convocados para atuarem na linha de frente, na contenção do acidente radiológico. Os servidores públicos desconheciam a gravidade do acidente, a falta de protocolos de segurança, assim como a falta de equipamentos de segurança os fizeram vítimas indiretas³ do acidente.

O motorista Jason Franco Rocha conta que esteve várias vezes no local atingido para retirar o entulho e levar para Abadia de Goiás, onde todos os rejeitos foram enterrados. Trabalhando inicialmente com roupas comuns, do dia a dia, achava que desempenharia uma tarefa rotineira. “Viemos para cá sem saber de nada. Nos mandaram falando que era um vazamento de gás. Só do terceiro dia em diante é que ficamos sabendo da gravidade do problema. Daqui saiu televisão, cachorro, galinha, o que tinha aqui foi encaixotado. Não sobrou nada”, contou. Ele, assim como outras dezenas de vítimas, era funcionário do então Consórcio Rodoviário Intermunicipal S.A. (Crisa), que ficava na Avenida Portugal, no Setor Oeste, em Goiânia. Muitos foram mandados – inclusive sem o material de proteção adequado, em um primeiro momento - para os vários pontos por onde o material radioativo passou (G1 13/09/2017).

As declarações apontadas chamam atenção diante do fato de que os servidores foram negligenciados por seus chefes imediatos, evidenciando a exposição dos trabalhadores à contaminação no exercício de suas funções. No entanto, a minimização da gravidade dos fatos ocorridos em Goiânia, chama atenção pelas medidas adotadas no processo de descontaminação das vítimas: “a primeira é um banho intenso com detergente, vinagre e até

³ Vítimas indiretas: São aqueles que não tiveram contato direto com o elemento radioativo, no entanto foram contaminadas e/ou sofreram algum desgaste emocional diante do estresse sofrido com o acidente radiológico.

Coca Cola. A segunda parte é a retirada da contaminação incorporada através da sudorese superficializada do contaminante” (DIÁRIO DA MANHÃ 02/10/1987).

As informações veiculadas entre os trabalhadores de áreas distintas não seguiam o mesmo padrão, apontando incapacidade de gestão organizacional do Estado na tarefa atribuída aos agentes públicos. Assim, conforme mencionado na seção anterior, Maria Emília Pontes⁴, psicóloga servidora da Secretaria de Saúde de Goiás, relata a experiência vivenciada ao ser convocada para atuar junto ao acidente radiológico com o céσιο-137 em Goiânia:

Ninguém entendia ninguém: ordens contraordens, informações distorcidas, sem sabermos qual direcionamento tomar. Nos bastidores estava o pânico generalizado, todos parecendo insetos que haviam sido dedetizados, correndo desesperadamente para tentar fazer alguma coisa. Mas ninguém tinha clareza para sentar, organizar e direcionar as ações. Até a própria CNEN está um pouco desorganizada, sem saber que material pedir (HELOU, 2017, p. 43).

O Estado de Goiás não estava preparado para lidar com situações de emergência: a ausência de equipe especializada para atuar junto à população corroborou para uma sequência de ações inadequadas junto à população goiana. No entanto, é possível perceber que a CNEN⁵, como um órgão do Governo Federal, também não contava com estratégias de segurança a fim de conter acidentes de tal magnitude.

Assim como a população, os servidores públicos estavam lidando com o desconhecido invisível que adoecia a população. O Estado enquanto responsável em garantir a segurança da sociedade somente iniciou suas providências no dia 05 de outubro, mediante uma convocação para que assistentes sociais e psicólogos auxiliassem a equipe da CNEN na retirada das pessoas de suas casas. Até então, já havia se passado mais de vinte dias do rompimento da cápsula radioativa.

A reunião realizada por meio da superintendência de Ações Básicas com os psicólogos e assistentes sociais do Sistema Unificado Descentralizado de Saúde (SUDS) informava a real intenção da convocação: “precisávamos de voluntários para trabalhar no acidente. O físico explicou sobre os riscos, o tipo de trabalho, informado sobre radioatividade” (HELOU, 2017, p. 42). Os profissionais desconheciam a gravidade do

⁴ Maria Emília Pontes é psicóloga especialista em Saúde Pública, pioneira em supervisionar estágios em Saúde Coletiva e Psicologia Comunitária. Foi professora na PUC/GO, onde coordenou e supervisionou estágios do Centro de Estudos, Pesquisas e Prática Psicológica (CEPSI) (HELOU, 2017).

⁵ A CNEN foi criada por meio do MCTI (Ministério da Ciência e Inovação), em 1956, com intuito de fiscalizar e regular o uso da energia nuclear no Brasil, possuindo 15 unidades distribuídas em 09 estados, sendo que a sede está localizada no Rio de Janeiro (CNEN, 2015).

acidente e ficaram assustados com os riscos que corriam, além das informações fornecidas não serem esclarecedoras e a ausência organizacional do trabalho era notória. Somente com a chegada da Defesa Civil do Rio de Janeiro foi estabelecido um cronograma de ações prioritárias.

Alguns profissionais foram escalados para atuarem na sede da superintendência, no atendimento presencial e por telefone à população, que angustiados buscavam notícias dos familiares isolados pela radiação. O segundo grupo de servidores começaram a desenvolver o “Informe 2” com discurso político menor que o “Informe 1”, com o intuito de orientar e tranquilizar a população diante do ocorrido, contudo deixava a população ainda mais exaltada diante das informações desencontradas e pouco esclarecedoras.

O terceiro grupo de psicólogos, assistentes sociais e policiais militares, saiu às ruas auxiliando os técnicos da CNEN na retirada das famílias de suas casas, indicadas como foco de contaminação. Esses profissionais, em alguns casos, acabavam agredidos pelos moradores, pois havia desinformações quanto a gravidade do acidente e o fato de não quererem que seus pertences se transformassem em rejeito radioativo. Foi criada uma comissão para definir ações estratégicas de contenção ao acidente radiológico.

O relato a seguir de Maria Emília, aponta a conduta inadequada da comissão composta por uma equipe multidisciplinar de: médicos de áreas distintas, psicólogos, assistentes sociais e servidores do Estado. A servidora aponta que as reuniões eram constantes, no entanto não conseguiam concluir as pautas estabelecidas e chegar a uma conclusão por estarem sempre dispersos mediante ao acidente radiológico. No entanto, ganhavam visibilidade ao aparecerem nas mídias de comunicação apontando ações de combate ao acidente com o céσιο-137.

Além do envolvimento emocional, percebi que havia também o aspecto político: a coisa era para ir cozinhando um pouco no fogo. Sempre havia notícias no jornal sobre o Co-Césio⁶: as reuniões da Co-Césio, as decisões da Co-Césio, para que a população soubesse que alguma coisa estava sendo feita. Mas ela andava muito devagar. Muito devagar! (HELOU, 2017, p 47).

Nos hospitais, alguns médicos evitavam o contato com os pacientes vitimados, cabendo aos profissionais das demais especialidades, como enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais e equipe de limpeza o convívio direto com os radioacidentados, que

⁶ Co-Césio: os dois elementos estão presentes na tabela periódica. Sendo que o Co ou Cobalto é um elemento químico está na série de metais tóxicos. O Cs ou céσιο, muito encontrado em metais em estado líquido e sólido. Os dois elementos foram encontrados na capsula do aparelho de raio-x que originou o acidente radiológico em Goiânia.

naquele primeiro momento estavam insatisfeitos com os protocolos e equipamentos de segurança. Os profissionais que atuavam junto às vítimas do acidente radiológico lidavam constantemente com a insegurança e a exposição à contaminação:

Você tinha medo?

Eu tinha medo. Eu não nego isso. E eu disse o seguinte: “como é que vou trabalhar com esses pacientes, sendo que não estou bem!?”

Em que sentido?

Em relação ao equilíbrio, à incerteza de que eu não estava trabalhando em uma coisa perigosa, arriscada para a minha saúde. Já tinham ocorrido os dois primeiros óbitos nessa fase, por isso o hospital começou entrar em pânico. E a Co-Césio, então como todo o grupo, fez pressão: “Você vai! Você vai!”. E eu disse: “não me sinto capacitada para isso!” “Ah! Mas então quem vai? Quem vai?!” (HELOU, 2017, p. 47).

Os profissionais eram pressionados por seus chefes imediatos a irem aos hospitais, mas encontravam-se emocionalmente perturbados, pois precisavam lidar com a ausência de orientações preventivas contra a radiação e o perigo de contaminação com o césio-137. Por outro lado, mesmo que despreparados precisavam lidar com os pacientes em pânico por não entenderem ao certo a transformação repentina ocorrida em suas vidas. As vítimas precisavam de respostas que os servidores não tinham.

Maria Emília relata que nenhum servidor se voluntariou a ir, mesmo sob pressão, então, por mais que estivesse insegura resolveu encarar o medo da contaminação e diante de tantos questionamentos aceitou prestar serviço no Hospital INAMPS. Nos corredores da superintendência onde trabalhava, encontrou por acaso um médico nuclear de Brasília que aguardava para uma reunião em outro departamento, que tirou suas dúvidas sobre protocolos básicos de segurança: distância segura dos pacientes, o tempo máximo que ficaria junto aos enfermos, níveis e doses de radiação que poderia receber enquanto estivesse junto com as vítimas. A conversa informal com o médico, a mais esclarecedora para Maria Emília até aquele momento, a encorajou a ir aos hospitais para amenizar as angústias vivenciadas pelas vítimas do césio-137.

Já foi direto?

Foi. Isso foi no dia 30 de outubro. Tinha uma enfermeira lá – não me lembro se ela era enfermeira ou da radioproteção, do Ipen (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares), de São Paulo, que me falou assim: “poxa! Mas depois de um mês é que vocês aparecem?! Nós estamos estressadíssimos! Eu já não sei o que fazer!” (HELOU, 2017, p. 49).

Ao adentrar no Hospital do INAMPS, a psicóloga Maria Emília, sem nenhum documento de seus superiores que indicava e autorizava sua entrada naquele recinto, deparou com outro desafio, além dos servidores do hospital estarem altamente estressados, ainda teve que lidar com outros desafios. “Vai ser outra dificuldade, porque, se eu entrar com toda essa

paramentação – macacão, avental, gorro, máscara e luvas – já vai criar uma distância entre eu e eles” (HELOU, 2017, p. 50). Sua profissão requeria proximidade com os pacientes para que houvesse boa transferência entre paciente e terapeuta. Por isso, seguiu os protocolos de segurança e resolveu atendê-los para atenuar suas aflições, como colaboração para o suporte psicológico aos pacientes.

Em seu primeiro contato com os pacientes, percebeu de imediato a resistência dos enfermos internados há aproximadamente trinta dias, isolados, sem contato e sem notícias dos familiares, com alimentação restrita devido à radiação e o constrangimento por estarem nus na maior parte das vezes, contando apenas com um lençol que cobria as partes íntimas. Algumas vezes recebiam shorts que geralmente eram lavados pelos próprios pacientes com as mãos repletas de dermatite.

As vítimas estavam abandonadas e isoladas pelo governo de Goiás. A direção do hospital vetou quaisquer meios de informação, alegando que os pacientes ficavam agitados e em alguns casos agressivos, chegando a quebrar as camas e janelas, em outros casos, queriam fugir, mas desistiam por medo de represálias que encontrariam nas ruas.

Com o passar dos dias Maria Emília conquistou a confiança dos radioacidentados hospitalizadas atenuando suas angústias e convenceu o hospital a liberar os noticiários para que entendessem o que estava acontecendo e a liberação das visitas dos familiares, com distanciamento seguro. Habituada ao trabalho, mais uma vez foi pressionada a deixar os pacientes hospitalizados e auxiliar o atendimento nas ruas.

Então, a pedido do governador, chega uma solicitação para eu arrumar psicólogos para trabalhar na Rua 57, porque a população havia feito uma reivindicação a ele. Queriam assistentes sociais e psicólogos lá, para dar atendimento à população. Então, o superintendente de Ações Básicas de Saúde me disse: “arranja esses psicólogos para ontem!” (HELOU, 2017, p. 58).

A ausência de psicólogos naquele momento era evidente. Era inviável a execução de um trabalho de qualidade diante do quantitativo de pessoas desassistidas, sendo necessária uma força tarefa para encontrar pessoas dispostas a atender as vítimas. No dia 19 de novembro daquele mesmo ano, um número reduzido de psicólogos começou a atender a população atingida direta e indiretamente pela radiação. As pessoas tinham muitas dúvidas e conseqüentemente muitos medos, os mais evidentes relatos foram de doenças como o câncer e a leucemia, além do receio da morte. Os profissionais também apresentavam sinais de estresse:

Esse medo que trouxe uma porção de reações psicossomáticas e algumas reações até já bem comprometedoras. Além do mais, a gente notava que havia uma disputa de

poder entre o SUDS, a CNEN e a Associação Brasileira de Física, com cada um dando informações diferentes e contraditórias. Como iríamos processar em nossas cabeças!? (HELOU, 2017, p. 72).

O Estado realizou a contratação em caráter de urgência de psicólogos, a fim de atender as famílias atingidas, no entanto, as medidas adotadas eram insuficientes para garantir a segurança dos profissionais que enfrentavam longas jornadas de trabalho. As informações emitidas pelos órgãos superiores eram desencontradas, o que ocasionava igualmente desgastes psíquicos aos profissionais que trabalhavam no amparo às vítimas. Os trabalhadores não tinham também condições adequadas para o atendimento, sobretudo em lugares públicos, chegando a serem estigmatizados, considerados como fontes de contaminação radiológica.

A entrevistada Maria Emília aponta que os relatórios produzidos pelos psicólogos durante o atendimento às vítimas relatam a condição psicossocial em que a população se encontrava. Os documentos produzidos foram direcionados ao governo do Estado, que se recusou a recebê-los, alegando que as famílias deveriam estar no mesmo nível de necessidades financeiras, desconsiderando a assistência psicossocial do estresse pós-traumático dos vizinhos e familiares atingidos indiretamente. Em fevereiro de 1988, após três meses de trabalho nas ruas de Goiânia, os profissionais contratados em caráter de urgência foram dispensados pelo governo do Estado para que não fosse criado vínculo empregatício (HELOU, 2017).

A psicóloga Maria Emília atuou na linha de frente acompanhando as pessoas atingidas pelo césio-137 desde a descoberta do rompimento da cápsula, via Secretaria de Saúde do Estado de Goiás. Em seus relatos, aponta que não foi contaminada diretamente pelo elemento radioativo com o césio-137, no entanto, reconhece ser uma vítima indireta, ficando emocionalmente abalada com a pressão vivenciada e a falta de informações providas pelo Estado. No primeiro ano de funcionamento da Fundação Leide das Neves (FunLeide)⁷, a servidora compôs uma equipe que contava com dez psicólogos. Diante da decisão do governo estadual em não investir na infraestrutura predial da fundação, houve a dispensa de metade dos profissionais que realizava atendimento às vítimas do acidente radiológico, inclusive Maria Emília. A decisão do governo de Goiás, deixou as vítimas desamparadas e o atendimento psicossocial interrompido, justificando a contenção de gastos do erário estadual.

⁷ A FunLeide foi criada em 1987, prestava assistência médica, social e monitorava as sequelas geradas por pela superexposição das vítimas ao elemento radioativo césio-137, sendo extinta em 1999. (WASCHECK, ALENCAR. 2013)

Outra profissional entrevistada por Suzana Helou, foi a assistente social Fariza Nahas⁸, servidora pública que atuou efetivamente atendendo à população atingida pela radiação com o céσιο-137. Em seu relato, aborda a experiência adquirida a partir das vivências com os técnicos de outras áreas e as vítimas do acidente radiológico. As atividades de contenção à contaminação tiveram início a partir do momento em que a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), a pedido do governo do Estado, ao prestar apoio por meio da Organização de Saúde do Estado de Goiás (OSEGO), instituição estatal que concentrava os trabalhadores que atuavam na linha de frente dos trabalhos de assistência aos radioacidentados (HELOU, 2017).

O governo de Goiás, sem saber como agir em situações de emergência, solicitou uma ação estratégica de contenção à contaminação a Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro, nos primeiros dias após a descoberta do rompimento da cápsula contendo o elemento radioativo. No entanto, naquele momento, ainda não havia informações concretas da gravidade do acidente quanto aos riscos que os trabalhadores envolvidos iriam correr e quais seriam as ações que deveriam ser executadas junto aos técnicos da CNEN. A desinformação favorecia a precariedade do trabalho naquele momento.

O grupo de hoje, que hoje, em uma reunião, tinha 20 pessoas, no outro dia era reduzido para 15 ou 10 pessoas. Então, quanto mais tentava fazer um trabalho de esclarecimento, mais as pessoas ficavam assustadas. Até que a gente fez pressão, dizendo que a gente estava disposta a trabalhar, mas desde que houvesse o mínimo de condição para isso. E o mínimo de condição adequada àquela altura seria uma sala com mesa, com papel de expediente, com material de expediente e que a gente, pelo menos, se conhecesse, soubesse quem era quem naquilo tudo (HELOU, 2017, p. 77).

Os fatos apontados pela assistente social denunciam mais uma vez a deficiência de ações estratégicas do Estado para lidar com situações de emergência e orientações que assegurassem estabilidade aos servidores no exercício de suas funções. A falta de gestão organizacional dos chefes imediatos, mediante distribuição de ações prioritárias de trabalho e protocolos de segurança corroboravam para a insegurança e abandono dos postos de trabalho no auxílio à execução do trabalho da CNEN.

Foram poucos assistentes sociais que permaneceram no atendimento às vítimas do acidente radiológico, contudo, precisavam se desdobrar para atender a CNEN na retirada dos moradores de suas residências e no atendimento às necessidades da população naqueles primeiros dez dias do acidente radiológico. “Até nessas atividades de rotina a gente se perdeu,

⁸ Fariza Nahas é assistente social, especializada em Gestão Pública. Trabalhou na extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência-LBA e atuou na linha de frente de contenção da radioatividade em Goiânia em 1987 (HELOU, 2017).

completamente. Então trabalhávamos exaustivamente, de 7 (horas da manhã) às 10 horas da noite, sem saber exatamente que rumo tomar” (HELOU, 2017, p. 78).

As equipes formadas por assistentes sociais e CNEN, levaram certo tempo para compreender a necessidade de trabalharem juntos, quando estabeleciam a rotina logo eram transferidos de área e o trabalho ficava inacabado.

Vocês foram para a Rua 57 em que altura do acidente?

Ah! Me parece que foi em início de novembro. Não me lembro exatamente. Aí foi uma outra confusão também, porque uma coisa que me chamou a atenção era a linha divergente dos técnicos da CNEN. Alguns diziam que a gente podia ir tranquilamente para a Rua 57, porque não tinha problema nenhum, enquanto outros não aconselhavam que a gente fosse (HELOU, 2017, p. 80).

Observa-se que quase um mês após o rompimento da cápsula contendo o elemento radioativo do cézio-137, os servidores públicos de áreas distintas, ainda não possuíam segurança para lidar com o incidente ocorrido em Goiânia. A equipe da CNEN precisava retirar as famílias das regiões atingidas pela radiação. Entretanto, os técnicos sofriam constantes agressões verbais e físicas da população que relutava em deixar suas residências. Diante dessas situações, a Defesa Civil determinou que os assistentes sociais auxiliassem na retirada das vítimas, que aos poucos compreenderam a importância do trabalho conjunto.

A população estava assustada com diversos questionamentos e os técnicos da CNEN não conseguiam argumentar com as vítimas que haviam perdido todos os seus pertences em decorrência da necessidade de saírem de suas residências por serem locais passíveis de radiação. Assim, a atuação dos assistentes sociais foi fundamental na remoção das famílias para albergues e hospitais. Todos aqueles que foram atingidos de alguma forma, queriam ser ressarcidos pelo Estado pelas perdas materiais e afetivas.

A partir da atuação assistencial, a população começou a compreender a reponsabilidade do Estado quanto à sua omissão no caos provocado pela ingerência da crise de saúde pública “e por ser um acidente que a gente sabe que foi provocado, as pessoas tinham que ser ressarcidas. Alguém tinha culpa disso. E no meu entendimento leigo eu acho que a partir do momento que o Estado assumiu o ressarcimento, ele assumiu a culpa” (HELOU, 2017, p. 81). A assistente social Fariza Nahas, aponta aspectos que chamam a atenção para o abandono por parte do Estado na assistência às vítimas do acidente:

A questão “prevenção”, em todas as áreas, nunca é produzida. Então, trabalhou-se não com as causas, mas com as consequências. Quer dizer, aqui cabe um comentário: claro que naquele momento tinha que atender a necessidade da hora, daquela urgência. Mas passou. Quer dizer, até hoje o inquérito não foi concluído, as pessoas não foram atendidas plenamente. E hoje – eu não tenho contato com eles -, mas percebo uma tristeza muito grande quando eu encontro eles, esporadicamente

na rua, aqui em Goiânia. Percebo uma tristeza grande, porque o acidente já está praticamente esquecido (HELOU, 2017, p. 84).

Diante da urgência pública e dos efeitos causados pelo acidente radiológico, identifica-se por meio dos relatos da assistente social Farizia, que o mecanismo utilizado de ressarcimento às vítimas por meio material e/ou atendimento hospitalar foram insuficientes. Muitas pessoas foram atingidas, muitas não conseguiram ser reconhecidas como vítimas, outras com o passar do tempo deixaram de receber o benefício assistencial. Contudo, as sequelas psíquicas e físicas permaneceram em seus corpos e na vida cotidiana, agravadas pelos preconceitos socializados à época. Assim, grande parte dos atingidos mudou de bairro ou de cidade na tentativa de recomeçar suas vidas. A servidora pública estadual, realiza a seguinte reflexão:

Agora, o que eu sinto é que a gente deveria ter dado continuidade e ter feito um trabalho científico com orientação, realmente, e isso não foi feito. Então, de repente, o que eu aprendi?! Aprendi profissionalmente pouco. Profissionalmente! Quer dizer, aprendi mais sobre a questão de urgência, de como trabalhar durante uma emergência. Mas de procedimento em minha área, nada (HELOU, 2017, p. 94).

Os apontamentos da assistente social denunciam o sentimento desenvolvido pelos profissionais que atuaram efetivamente no atendimento às vítimas e na contenção da propagação da radiação e a frustração da falta de respaldo das equipes gestoras. Não foi garantido por parte dos chefes imediatos apoio aos profissionais emocionalmente abalados. Após o acidente não foram desenvolvidas ações preventivas de acidentes de alta periculosidade, tão pouco, estudos científicos do aprendizado obtido com as ações realizadas no combate ao acidente radiológico com o césio-137, a fim de evitar os mesmos equívocos. “Eu acho que seria nessa fase agora que a gente poderia aprender e produzir alguma bibliografia, porque não temos nada no Brasil. Não tem registro nenhum” (HELOU, 2017, p. 95).

A psicóloga Leila Maria Ribeiro Rodrigues⁹, hoje aposentada, atuou na linha de frente no combate à contaminação com o elemento radioativo césio-137. Em entrevista à escritora Suzana Helou, abordou a experiência vivenciada desde os primeiros momentos do acidente radiológico, assim como as ações desenvolvidas nos bairros vizinhos dos focos de contaminação e o trabalho desenvolvido na Fundação Leide das Neves no setor de recursos humanos. Em seu relato a servidora pública discorre que naquele ano de 1987, atuava no setor de saúde mental do Hospital de Doenças Tropicais (HDT) e que presenciou a chegada do

⁹ Leila Maria é psicóloga e antropóloga, atuou como servidora da Secretaria de Saúde de Goiás, trabalhou com pacientes terminais e portadores do vírus HIV e também com gestantes, parturientes e puérperas. Foi coordenadora da Rede de Atenção Psicossocial do Estado de Goiás, implantou e desenvolveu políticas públicas para o funcionamento às vítimas de violência. (HELOU, 2017).

primeiro indivíduo contaminado. “Ele estava muito alterado, muito assustado, com tantas dores. Estava descontrolado, amedrontado, como um animal acuado no canto, como um bichinho cutucado com vara” (HELOU, 2017, p.103).

Cabe destacar, que somente no Rio de Janeiro havia estrutura e profissionais capacitados para lidar com situações de emergência. A ineficiência do Estado em lidar com acidentes envolvendo energia nuclear se refletia nos demais estados brasileiros. Os médicos que atuavam na rede pública de Goiânia desconheciam a origem das queimaduras nas mãos e pés, e os medicamentos aplicados eram ineficazes para conter as dores do paciente, deixando a equipe médica assustada com a falta de controle daquela situação inesperada.

Os hospitais públicos de Goiânia não contavam com estrutura e profissionais especializados em vítimas de acidentes radiológicos. A chegada de pacientes com os mesmos tipos de queimaduras cresceu consideravelmente para desespero da equipe do hospital, que na medida do possível, atenderam as vítimas sem qualquer procedimento de segurança, conforme relato de uma técnica de enfermagem:

Tinha muita gente chorando no corredor. Por quê? Porque teve o caso de uma moça da portaria que ela tinha formação em auxiliar de enfermagem. Então, iam chegando os pacientes com dores e ela, afetivamente, atendendo a todos, com muito carinho. E ela não teve o mesmo sexto sentido que eu, o medo, ou sei-lá-o-quê que aconteceu comigo. Ela tocou nos ferimentos de vários pacientes. E essa funcionaria estava amamentando (HELOU, 2017, p. 106).

Assim como a técnica de enfermagem, outros profissionais da saúde que atuavam no HDT naquele momento tiveram contato direto com os radioacidentados. “Médicos que atenderam vários pacientes sem nenhuma luva, sem nenhum avental, sem nenhuma máscara. Isso não foi por uma hora, foi pela madrugada afora, cuidando das bolhas e feridas, tentando fazer alguma coisa para diminuir a dor” (HELOU, 2017, p. 107). Naquele momento, o número de pessoas contaminadas alcançava os trabalhadores da saúde, que passavam de trabalhadores a vítimas indiretas.

A vinculação da notícia do rompimento da cápsula contendo o césio-137 não chegou por meio de um comunicado oficial e a compreensão de que os enfermos hospitalizados eram vítimas do acidente radiológico demorou para ocorrer. O conhecimento da grave condição que se encontravam, levou os servidores de todas as categorias do HDT a entrarem em desespero diante da possibilidade de estarem contaminados e de ter contaminado seus familiares. As primeiras informações, a fim de conscientização dos fatos chegaram por meio de um médico do Centro de Informações Toxicológicas (CTI), no entanto, suas informações não eram

esclarecedoras, gerando ainda mais questionamentos por parte dos trabalhadores daquele hospital.

Após a transferência dos pacientes de maior gravidade do HDT para o Hospital Naval Marcílio Dias, do Rio de Janeiro, foi realizado um processo de descontaminação da enfermaria que abrigou as vítimas. Todavia, a direção do hospital se negou a realizar internações na Enfermaria 13.

Então, a enfermaria ficou fechada. Aí, em um segundo momento, chamaram alguns físicos para dar mais informações e medir a radiação e se constatou que ela estava altamente contaminada. Foi feita, então, uma outra descontaminação, inclusive retirando parte do piso, pia, mobiliário, como cadeiras, cama de leitos, porque estavam altamente contaminados, como também a fossa, para onde escorria a água do banho (HELOU, 2017, p. 109).

O processo de descontaminação realizado após a avaliação de um físico ocorreu apenas um mês depois de descobrirem o rompimento da cápsula radioativa. Observa-se que a Enfermaria 13, assim como o ambulatório, onde os pacientes vitimados receberam o primeiro atendimento, tornaram-se focos ativos de contaminação dentro do HDT, expondo toda equipe do hospital e os demais pacientes à radiação. “Teve médico que trabalhou naquela mesa por mais de mês e ela estava contaminada, a cadeira estava contaminada, o piso estava contaminado, sem que ninguém soubesse, nem mesmo as diretorias” (HELOU, 2017, p. 110). A radiação dentro do HDT fez com que aumentasse a quantidade de profissionais doentes:

Houve vários casos de incidentes com funcionários do HDT, profissionais, médicos. Teve um médico que apresentou um tipo de queimaduras, alguma coisa na pele que, naquele momento, não se constatou direito o que era. Um outro teve dores de cabeça fortíssimas, que tentou tratar como sinusite, que há muito tempo não se manifestava nele. Inclusive, ele tirou licença por alguns dias, porque não conseguia lidar com a dor, não conseguia trabalhar com aquela dor. Várias pessoas, inclusive do Posto de Enfermagem que fica quase em frente a Enfermaria 13, tiveram distúrbios gastrointestinais, como diarreia (HELOU, 2017, p. 111).

A psicóloga Leila Maria relata que também foi uma vítima indireta da radiação:

[...] Como eu estava dizendo, eu tive um aborto. Eu estava com 20 ou 21 dias de gravidez, mais ou menos. E, na época, eu ainda não trabalhava no acidente (na Rua 57). Eu tinha sido chamada para trabalhar em uma sexta-feira e eu tive início de aborto na terça-feira. Na segunda-feira, eu trabalhei de manhã na Rua 57, onde estávamos formulando um projeto, dentro da casa. Foi nessa terça-feira mesmo que eu tive o início de aborto espontâneo. Abortei. Eu nunca tinha tido um aborto (HELOU, 2017, p. 112).

Leila Maria não foi reconhecida como vítima do acidente radiológico, não havia provas oficiais que confirmassem que o aborto que sofreu foi em decorrência do contato com as vítimas e/ou no foco de contaminação dentro do hospital em que trabalhava. O fato ocorrido com a psicóloga aponta dois aspectos que merecem destaque: primeiro, o total descaso do Estado em amparar os servidores públicos vitimados enquanto trabalhavam no

atendimento à população para minimizar os efeitos do acidente radiológico com o césio-137, bem como minimizar os impactos políticos e econômicos do desastre ocorrido.

Ainda, no que se trata da negligência do Estado em relação aos servidores vitimados naquele período, foi constatado grande número de profissionais estressados, deprimidos e abandonados, configurando a falta de assistência de saúde governamental¹⁰, conforme relatado por uma das profissionais que atuou na linha de frente assistencial de amparo às vítimas diretas do acidente: “não é de reconhecimento que estou falando, nem de remuneração, mas alguma coisa ligada ao nosso lado humano, que foi negligenciado nesse trabalho” (HELOU, 2017, p. 116). De acordo com reportagem da Revista Veja (1987):

A constatação de que haviam interesses do Estado em omitir a gravidade do acidente radiológico levou o presidente da República José Sarney a realizar uma visita a algumas das vítimas contaminadas em Goiânia. Os interesses políticos em sanar a crise instalada em Goiás tinham como objetivo desvincular a capital do acidente radiológico. A novidade foi a viagem do presidente José Sarney a Goiânia, na quarta-feira. Ali, o presidente vestiu máscara e avental, chegando a passar 20 minutos em companhia de algumas pessoas contaminadas, num gesto tranquilizador que, mais tarde, seria manchado por uma ironia capenga. “Se houvesse algum perigo, o presidente da república não estaria aqui”, logo em seguida, “mesmo porque eu não tenho um vice-presidente” (VEJA, 21/10/1987).

A presença do presidente da república em Goiânia, se deu como estratégia de marketing político, afinal, o acidente radiológico com o césio-137 poderia repercutir negativamente, inviabilizando acordos entre os estados brasileiros com o comércio exterior. Em entrevista, o governador Henrique Santilho afirmou:

Exigimos a escolha de um local fora do estado de Goiás para servir de depósito para material contaminado, bradou, numa cadeia de rádio e televisão formada na quinta-feira passada, o governador Henrique Santilho. “A sociedade brasileira não pode mais ficar ausente do controle do uso da energia nuclear, hoje nas mãos de poucos, embora competentes, técnicos (VEJA, 14/10/1987).

A fala do então governador chama a atenção para um aspecto relevante da formação social brasileira, em que regiões centrais do país, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, tecnológico e científico, estabelecem uma relação de distanciamento com as regiões do interior do país. Mesmo como esta reclamação do governador de Goiás à época, foi definido que a construção de um depósito de rejeitos radioativos do césio-137 ficaria localizado em Abadia de Goiás – que fica a alguns quilômetros da capital do estado. Isto demonstra igualmente o pouco peso político de Goiás em âmbito nacional, afinal, mesmo com ausência de recursos humanos e tecnológicos disponíveis naquele momento histórico, coube

¹⁰ A situação vivenciada pelos servidores da saúde no atendimento as vítimas do césio-137 em Goiânia, assemelha-se a realidade em que vivenciamos hoje com a pandemia do COVID-19. Se passaram 35 (trinta e cinco) anos e os servidores públicos da área da saúde, continuam negligenciados e abandonados pelo Estado.

aceitar a construção de um depósito radioativo em Goiás, por parte das autoridades locais, apesar de contar com o assessoramento de especialistas da CNEN.

Nesse contexto, buscaremos aprofundar a relação entre Estado e sociedade, a partir da concepção marxista. Em se tratando do acidente radiológico com o cézio-137, chama a atenção o fato de que o Estado enquanto mantenedor das relações dominantes, deixou evidenciado a incapacidade de gerir uma situação de crise de saúde pública por estar centrado nos interesses burgueses. Assim, analisaremos como se organiza a sociedade de classes no interior da sociedade capitalista e a exploração da mão de obra da classe trabalhadora a fim de atender aos interesses da produção e reprodução do capitalismo.

O acidente radiológico com o cézio-137 poderia ter ocorrido em qualquer estado brasileiro, mas foi em Goiás que a tragédia se materializou com a abertura da cápsula contendo o elemento radioativo, consequência da ausência de políticas energética, ambiental e de saúde e de lugares adequados para descarte de lixo hospitalar e radioativo. Analisamos na sequência as ações dos Governo Federal e Estadual que se caracterizam pelo despreparo e negligência político-administrativa e os seus respectivos impactos para os trabalhadores/servidores e população goiana.

3 PRINCÍPIOS TEÓRICOS BÁSICOS SOBRE ACIDENTES RADIOLÓGICOS: ESCLARECIMENTOS INICIAIS ACERCA DO CÉSIO-137 EM GOIÂNIA

Há diversas pesquisas científicas em torno de acidentes de causas naturais e de origem humana, geralmente com número significativo de vítimas. Segundo Bittencourt (2005), as estatísticas apontam que 87% dos desastres de ordem social ocorreram em países em desenvolvimento, parte desse quantitativo de acidentes envolve elementos radioativos, que geralmente ocorrem por falha mecânica e/ou humana.

Destacamos aqui, o acidente radiológico ocorrido em Goiânia/GO, em setembro de 1987. O mapa de conflitos da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), aponta que o acidente com o césio-137 foi reconhecido como o segundo maior do mundo, ficando atrás de Chernobyl. Entre as vítimas, estão concentradas pessoas com pouco ou quase nenhum nível de escolaridade, em sua maioria trabalhadores. O alto índice de vítimas, remete a graves prejuízos para a população e para o meio ambiente.

A crise econômica em que Goiás se encontrava com o fim da Ditadura Militar, estendeu-se para uma forte crise sanitária. O Estado por sua ineficiência, não contava com estrutura assistencial para lidar com situações de emergência, sendo incapaz de prestar assistência adequada aos contaminados, que atingiu os servidores públicos diante da exposição ao elemento radioativo. Nesse contexto, intencionamos historicizar desde a descoberta do aparelho de raio x e seu desenvolvimento, até o acidente radiológico que vitimou civis e servidores públicos que atuaram na linha de frente a fim de conter a propagação da radiação com o césio-137, assim como as ações governamentais que objetivaram a reparação de danos às vítimas.

3.1 Desconhecimento das Medidas de Proteção contra Acidentes Radiológicos

Ao nos depararmos com equipamento hospitalar de raio-x, desconhecemos o processo histórico-científico e o desenvolvimento de sua eficiência na conclusão de diagnósticos clínicos nos dias atuais. No Brasil, os equipamentos contendo elementos nucleares são rigorosamente monitorados por técnicos responsáveis pela energia nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e seus institutos espalhados pelo país, a fim de monitorar, regulamentar e impossibilitar qualquer falha radioativa ou humana que possa gerar consequências irreversíveis ao ser humano e ao meio ambiente.

O processo histórico-científico da descoberta do raio-x, leva à compreensão de um dos maiores acidentes radiológicos na contemporaneidade com o elemento radioativo do céscio-137, ocorrido em Goiânia no ano de 1987. Nesse sentido, buscaremos entender como se deu a descoberta do físico Roentgen em 1895:

A área radiológica e nuclear que conhecemos hoje se dá devido à descoberta pioneira de William Conrad Roentgen, em 1895. Físico alemão, ele acabou por descobrir como seus experimentos de descargas elétricas em gases sob baixa pressão, um tipo de raio capaz de tornar fluorescente ou fosforescente certas substâncias. Devido à natureza desconhecida, ele batizou essa energia de raios-x (DIAS, et al., 2019, p. 8).

A descoberta tecnológica do físico alemão em torno da energia radioativa foi crucial para que vários pesquisadores encontrassem outros elementos radioativos, ainda no final do século XIX, dando início a uma nova era tecnológica e de industrialização oriunda do saber das ciências naturais. Destacamos que:

Henri Becquerel descobriu a radioatividade, em 1896, ao estudar a relação dos raios-x e as substâncias fosforescentes. Os raios de Becquerel foram estudados por Kelvin, Beattie, Smoluchowski, Elster, Geitel, Schmidt e o célebre casal Curie. Madame Marie Curie e seu marido, Pierre Curie, foram responsáveis, principalmente, pelas descobertas do material radioativo: polônio (1898). Já madame Curie descobriu, em 1910, o elemento rádio. Os estudos de Marie foram amplamente usados principalmente na área médica como o tratamento para câncer (DIAS, et al., 2019, p. 08).

A descoberta do elemento radioativo teve grande impacto na área da medicina, na conclusão de diagnósticos. No entanto, seu crescimento junto às indústrias de cosméticos que prometiam saúde e beleza duradoura com a utilização de raios gama, partículas alfa e beta foram propulsores desta indústria, ainda incipiente. “Os milhões de raios penetram a água para formar esse saudável elemento que é a radioatividade. No dia seguinte, toda a família dispõe de 6 litros da autêntica e saudável água radioativa” (DIAS, et al., 2019, p. 09).

A utilização exacerbada desses elementos radioativos aos diversos meios industriais o tornou uma mercadoria promissora. Como por exemplo, os dentistas em seus procedimentos odontológicos e os sapateiros que faziam raio-x dos pés dos clientes para a confecção de

sapatos sob medida. O equipamento radiológico poderia ser acessado por quaisquer indivíduos, não havendo diretrizes que restringissem o uso demasiado do aparelho.

Marie Curie morreu de câncer aos 30 anos após dar início a suas pesquisas, assim como outros pesquisadores que tiveram efeitos biológicos mais nítidos como, queimaduras e úlceras. Os efeitos nocivos da radiação eram mais perceptivos nos estudiosos. Clarence Dally foi a primeira fatalidade associada à radiação (raios-x). O assistente de Thomas A. Edson, estudou os raios-x durante oito anos e morreu, em 1904, com 34 anos por um carcinoma metastático (DIAS, et al., 2019, p. 13).

A descoberta científica dos físicos auxiliou a medicina e suas técnicas a partir da invenção do equipamento de raio-x, no entanto, o fortalecimento tecnológico trouxe consigo graves consequências voltadas à saúde pública, as sequelas eram variadas, como câncer, queimaduras, sangramentos, úlceras e em alguns casos levando à morte de pessoas da comunidade e cientistas diante da longa e inadequada exposição aos elementos radioativos, sem proteção alguma.

As primeiras medidas de segurança aos operadores dos equipamentos de raio-x, começaram a surgir somente em 1904 por Elizabeth Ascheim em São Francisco. Nos anos seguintes ainda ocorreram mortes de cientistas que contribuíram para evolução das técnicas de segurança deste equipamento. “A calibração dos raios-x, por exemplo, era feita baseada na quantidade de pele avermelhada produzida quando um operador de raios-x colocava sua mão diretamente na saída da radiação” (DIAS, et al., 2019, p. 13).

Diante da ausência de pesquisas sobre os efeitos colaterais do manuseio inadequado do aparelho de raio-x em seu nascedouro, sua comercialização se expandiu em larga escala em curto espaço de tempo. O crescimento industrial envolvendo energia nuclear ganhou espaço também na produção de brinquedos, como é o caso do fabricante Gilbert Toys com o “*Atomic Energy Lab*”, que conseqüentemente atraiu o interesse do governo norte-americano, já em pleno século XX. A grande exposição aos elementos radioativos, assim como o consumo sem restrições ou protocolos de segurança, trouxeram aos pesquisadores e à população consequências devastadoras, conforme apontam Dias et al. (2019):

As crianças conseguiam aprender e brincar produzindo uma energia atômica “limpa e segura”. O governo ainda disponibilizou junto ao brinquedo um manual que ajudava as crianças a acharem novas fontes de urânio e a trocaram com o governo americano por \$10.000,00. O brinquedo foi comercializado durante dois anos (1951-1952) por \$50 (DIAS, et al., 2019, p. 10).

Vale salientar o interesse do governo americano na produção de energia nuclear, entre as décadas de 1940 e 1950. As crianças eram incentivadas a estudar sobre energia atômica, havendo grande crescimento industrial na produção de brinquedos com materiais radioativos, alegando autenticidade nas brincadeiras a partir das réplicas de laboratórios

nucleares. O empenho governamental na produção de energia nuclear era nítido, estimulando crianças a encontrar novas fontes de energia, sem qualquer protocolo de restrição ou de segurança.

Nesse sentido, o interesse do governo americano avançava com vistas a desenvolver a energia nuclear, chegando ao espaço militar, com destaque para o embate entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS) – Guerra Fria –, “que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade” (HOBSBAWM, 1994, p. 178).

O investimento em armamento nuclear buscava garantir o imperialismo dos Estados Unidos frente às demais potências mundiais, com o intuito de garantir o controle político, econômico e tecnológico, que ganhou expressão com a construção da bomba atômica durante a Segunda Guerra Mundial¹¹. A antecipação do governo norte-americano se dava diante da preocupação do cientista Julius Robert Oppenheimer em apresentar a bomba nuclear antes dos nazistas alemães, crescendo o tensionamento durante a Guerra Fria, garantindo aos EUA o controle dos interesses políticos, tecnológicos e econômicos, se tornando o maior produtor de armamento bélico.

O aumento de casos de pessoas gravemente doentes, resultou no crescimento dos estudos a respeito das consequências após longos períodos de exposição à radiação para minimizar os danos. Em 1950, os estudos ainda apontavam que mesmo a baixa exposição à radioatividade gerava riscos à saúde.

É de conhecimento geral que altas doses de radiação ionizante danificam o tecido humano, sendo que diversos efeitos maléficos foram reportados logo após a descoberta dos raios-X. Naquela época (1895 – 1896), era prática comum verificar a intensidade dos raios-X expondo trabalhadores à radiação emitida e medindo o tempo transcorrido até que a região exposta apresentasse irritação da pele. Durante as décadas seguintes, foi acumulado um grande número de informações sobre os efeitos maléficos da radiação ionizante e, conseqüentemente, sobre a necessidade de regulamentar a exposição de indivíduos à essa radiação bem como de aprimorar as técnicas empregadas pelo uso de colimadores, filtros, blindagens para atenuação etc. (UFRGS, 2006, p. 39).

¹¹ Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial a Aliança formada por Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos, diante da certeza de que venceriam o Eixo, que era composto por Alemanha, Itália e Japão, mesmo diante da forte resistência alemã, levando os generais alemães a tramarem a queda de Hitler em meados de 1944. No Leste, as rivalidades internas foram menores levando o Japão a lutar até o fim, assim os Estados Unidos autorizam o lançamento de armas nucleares sobre Hiroxima e Nagasaki, garantindo a rendição japonesa em 1945.

Ao longo do tempo, estudiosos compreenderam o perigo das exposições prolongadas a equipamentos contendo elementos radioativos, conforme ocorreu em 1924, quando trabalhadoras de uma fábrica de relógios foram contaminadas com o Rádio-226 nos Estados Unidos. Somente neste período foi reconhecida a necessidade de limitação de tempo à radiação, contudo, somente em 1928, foram desenvolvidas “Normas de Radioproteção”¹² que recomendassem métodos de segurança servindo como modelo para outros países. No início da década de 1950 foram realizadas:

[...] reduções nas doses padronizadas, com base no ocorrido no Japão e as duas armas nucleares. Em 1957, a ICRP recomendou uma dose limite anual de 5 rem por ano. Já em 1961, foi notado o risco que doses baixas podiam provocar no corpo; câncer. O estudo feito com os sobreviventes do Japão mostrou um aumento no número de taxas de câncer na população afetada, colocando em foco a possibilidade de que mesmo doses baixas de exposição à radiação podem desenvolver cânceres no corpo (DIAS, et al., 2019, p. 14).

As consequências danosas do elemento radioativo ao corpo humano eram cada vez mais evidentes, como o desenvolvimento de doenças crônicas, como o câncer. As medidas protetivas orientavam para a diminuição do tempo diário e conseqüentemente anual, não ultrapassando a dose limite de 70 rem (700 mSv)¹³ por ano, sendo considerado o limite nocivo que o corpo suportaria de fontes radioativas (DIAS, et al., 2019).

Eram crescentes as pesquisas sobre energia nuclear, assim como o surgimento de físicos em vários países como Enrico Fermi, romano nascido em 1901, que defendeu aos 21 anos, sua tese da Difração de Raio-X em Cristais. Teve atuação efetiva na docência obtendo seguidores que tiveram grande representatividade no desenvolvimento da física. Entre outros trabalhos realizados, introduziu na universidade o estudo da mecânica quântica, assim como realizou a descoberta da fonte de Rádio-Berílio, com o auxílio do Instituto de Saúde Pública ligada ao governo Federal (CNEN, 2020). No Brasil, a pesquisa científica referente à energia nuclear chegou nos primeiros anos da década de 1930:

No verão de 1934, Fermi esteve no Brasil e, em São Paulo, encontrou o Físico de Turim Gleb Wataghin e um velho companheiro da Escola Normal de Pisa, o matemático Luigi Fantappie. Wataghin e Occhialini criaram uma fluorescente Escola de Física que muito contribuiu para o desenvolvimento da Ciência Brasileira (CNEN, s/d, p. 15).

A visita de Fermi ao Brasil representou o início do desenvolvimento científico da física nacional, incentivando a pesquisa de outros cientistas como César Lattes, que contribuiu

¹² Normas de Radioproteção: em 1928, foram estabelecidas normas que visassem estabelecer procedimentos padrões em práticas benéficas de exposição à radiação aos trabalhadores por meio da Comissão Internacional de Proteção Radiológica - ICRP.

¹³ 70 rem: Dose equivalente de radiação permitida por ano. 700 mSv: é a quantidade de milésimos de Sievert, unidade que mede os efeitos biológicos da radiação considerados nocivos por ano (UFRGS, 2006).

com a descoberta do MESON-11 em pesquisas realizadas nos Estados Unidos em 1948. As pesquisas da teoria do campo mesônico foi fundamental para a Criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), que resultou no Prêmio Nobel da Física a Fermi em 1949, sendo conhecido como um dos centros de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (CNEN, 2020).

O crescimento das pesquisas sobre a energia nuclear no Brasil propiciou um acordo entre militares e cientistas no ano de 1951, visando a segurança nacional. Assim, o governo de Juscelino Kubitschek, diante do interesse em diversificar as negociações com outros países, criou a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), em 1956. Sua criação visava o desenvolvimento da política nacional de energia nuclear que tinha como finalidade a partir das normas estabelecidas, planejar, orientar, supervisionar e fiscalizar a fabricação, assim como a utilização de energia nuclear brasileira. A CNEN foi vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

A CNEN em 1973 aprovou normas que limitavam o uso de radiações e tornou cada vez mais rígidas seu uso, visando a segurança dos profissionais e pacientes de radiologia. Contudo, nos dias atuais os limites recomendados ainda são do ano de 1990, em sua última atualização: “limites esses recomendados pela ICRP em 1990 e que, no Brasil, já foram adotados pelo Ministério as Saúde para radiodiagnóstico médico e odontológico, por meio da Portaria 453, de 01/06/1998” (UFRGS, 2006, p. 40).

Os protocolos de segurança de manuseio dos equipamentos contendo elementos radioativos vão além das regras rígidas de segurança dos trabalhadores. O investimento em pesquisas contou com métodos de fabricação blindados a fim de evitar vazamentos de compostos nucleares, assim como transporte adequado e recomendado pela CNEN, dificultando falhas técnicas e humanas. Nesse sentido, o processo de otimização e segurança visa atender aos seguintes fins:

- a) determinação das medidas otimizadas de proteção e segurança para a circunstância em análise, levando em conta as opções de proteção e segurança disponíveis bem como a natureza, intensidade e probabilidade das exposições; e b) estabelecimento de critérios, com base nos resultados da análise de otimização, para a restrição dos valores, bem como probabilidades de exposições, por meio de medidas para prevenir acidentes e mitigar suas consequências (UFRGS, 2006, p. 53).

As análises quantitativas e qualitativas buscam alcançar os critérios de segurança previamente estabelecidos, neutralizar incidentes de natureza diversa, bem como calcular os custos e benefícios de vida útil do equipamento e financeiro de radioproteção. Compreende-se

que com a normas de segurança, o trabalhador não deve ser exposto à radiação de forma desnecessária, caso seja (somente em casos de emergência), deve ser previamente orientado, sendo submetido a treinamentos que permitem segurança para execução de suas funções. “Ademais, nenhum trabalhador ou indivíduo do público deve receber, por ano, doses superiores aos limites primários estabelecidos pelas Autoridades Competentes – Norma CNEN-NE-3.01” – (UFRGS, 2006, p. 53).

As regulamentações de proteção entendem que indivíduos com faixa etária inferior a 18 anos, gestantes, entre outros aspectos determinantes, são impedidos de exercer funções junto a equipamentos que emitem radioatividade. Ainda sobre as medidas de segurança junto aos equipamentos de radiologia, normatiza-se que:

c) Estudantes e estagiários maiores de 18 anos, cujas atividades não envolvam o emprego da radiação, bem como visitantes, não devem receber doses superiores aos limites primários estabelecidos para o público nem devem ultrapassar 1/10 daqueles limites numa única exposição; d) é proibida a adição de materiais radioativos em produtos de uso doméstico ou pessoal, bem como a importação de tais produtos contendo os referidos materiais radioativos” (UFRGS, 2006, p. 54).

Diferentemente do contexto histórico apontado no início deste tópico, onde não havia medidas restritivas de segurança na utilização de aparelhos de raio-x, qualquer indivíduo poderia comprar um aparelho radiológico. No entanto, as pesquisas foram avançando em torno dos benefícios e malefícios dos elementos radiológicos, assim, regras rígidas voltadas ao tempo de exposição, distância da fonte e a blindagem foram estabelecidas, bem como restrições para uso exclusivo de órgãos da saúde devidamente capacitados para manipulação do equipamento, visando controlar o manuseio dos aparelhos para fins de assegurar saúde e segurança dos técnicos e pacientes em exposição aos índices permitidos de radiação.

No que se trata do transporte dos equipamentos contendo elementos radioativos, permite-se que seja via terrestre, aérea e marítima, desde que tenha condições de conduzir de forma segura evitando que a carga seja extraviada, assim como a manutenção dos protocolos de segurança com quantidade limite de radiação informado nas embalagens e em contêineres, garantindo a qualidade do produto e evitando qualquer incidente de contaminação ambiental e humano com os compostos radiológicos. Diante dos benefícios e malefícios envolvendo o raio-x, faz-se necessário distinguir a diferença existente entre irradiação e contaminação, pois:

É comum, entre pessoas leigas, confundir os conceitos de irradiação e de contaminação. Na prática, o termo irradiação é empregado para indicar a exposição externa de organismos, parte de organismos ou, mesmo, materiais, à radiação ionizante. Já o termo contaminação refere-se à presença indesejável de material radioativo em (dentro de) um organismo ou material ou, ainda, em suas superfícies externas (UFRGS, 2006, p. 73).

Compreende-se, a diferença existente dos conceitos apontados acima, no entanto, faz-se necessário chamar atenção para o aspecto em que o indivíduo ou objeto contaminado, por meio do elemento radioativo, podendo transmitir irradiação de forma superficial em contato direto ou à distância. Ainda referente à contaminação, a ingestão do elemento radioativo é prejudicial por enviar fluidos radioativos aos órgãos internos podendo levar o indivíduo à morte precoce, conforme apontado anteriormente no período da descoberta dos elementos radioativos.

Nesse sentido, o estabelecimento de regras de radioproteção é fundamental evitando a contaminação por meio de contato direto/indireto, inalação e/ou ingestão do elemento radioativo, por meios dos técnicos em radiologia, assim como de pessoas sem conhecimento técnico, necessário diante da periculosidade da cápsula radiativa. Entre as regras básicas de radioproteção, ressalta-se que:

3) O controle da radioproteção ocupacional deve ser efetivo, ou seja: as fontes de radiação devem ser adequadamente mantidas sob controle, a proteção física deve ser adequada, os controles de área e de trabalhadores devem ser efetivos e um programa de avaliação frequente dos resultados de monitoração de áreas e de dosimetria individual bem como da adoção de procedimentos apropriados deve ser posto em prática (UFRGS, 2006, p. 74).

Em meio às normas de radioproteção, fundamenta-se os princípios de responsabilidade na seleção e treinamento bem sucedido dos técnicos diante do manuseio do aparelho, garantindo a própria segurança e dos usuários do aparelho de raio-x. Assim como estratégias planejadas de segurança em situações de emergência, para a garantia de qualidade e a durabilidade da vida útil do aparelho de raio-x, pautada avaliações sistemáticas do aparelho, além de restrições básicas do ambiente radiológico, garantindo a manutenção de um ambiente seguro.

Ainda tratando das normas de segurança de aparelhos contendo elementos nucleares compreende-se que contam com vida útil, após o vencimento do período de utilização ou em caso de acidente, a CNEN normatiza que os rejeitos líquidos, sólidos, biológicos, entre outros, devem ser claramente identificados, transportados e descartados de forma segura em tanques e/ou contêiner, levando em consideração o nível de radioatividade presente em cada tipo de rejeito, seguindo as medidas de segurança desde o transporte até o descarte final, buscando neutralizar os impactos ao meio ambiente e a contaminação do ser humano. A CNEN, baseia a segurança a partir dos princípios fundamentados nas ações políticas de utilização de energia nuclear.

A gerência segura de rejeitos radioativos tem por objetivo maior a proteção dos seres humanos e a preservação do meio ambiente, limitando possíveis impactos radiológicos para as gerações futuras, e abrange um conjunto de atividades administrativas e técnicas envolvidas na coleta, segregação, manuseio, tratamento, acondicionamento, transporte, armazenamento, controle e eliminação ou deposição final de rejeitos radioativos (UFRGS, 2006, p. 99).

A CNEN, enquanto reguladora de energia nuclear brasileira segue as orientações de proteção e segurança, junto a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) que estabelece limites de quantitativo de rejeitos em uma instalação radioativa e de descartes individuais no meio ambiente, avaliando o impacto radiológico. No entanto, cabe a gerência de rejeitos radioativos, encontrar estratégias que resultem na minimização dos efeitos danosos às atuais e futuras gerações. Entre os anos de 1920 a 2018, foram realizados 232 (duzentas e trinta e duas) catalogações de acidentes com elementos nucleares nacionais e internacionais, destacando os principais casos:

Com o intuito de demonstrar a disposição geográfica ao longo dos anos dessa amostragem, foi realizado o Gráfico 1. Para uma melhor percepção geográfica dos eventos, foi dada ênfase nos países com maior número de casos do seu continente, são estes: Estados Unidos (24 acidentes – 10%) na América do Norte; Brasil (12 acidentes - 5%) na América do Sul; Rússia (17 acidentes – 7%) na Europa; e China (20 acidentes – 9%) na Ásia. Os casos coletados dos países que compunham a antiga URSS também foram separados (82 acidentes – 35%), com isto, o fato da Rússia ser o país com maior número de casos na Europa, não deve ser associado ao passado soviético da mesma, mas sim com fatores de desenvolvimento do próprio país, justificativa esta que se aplica ao grande número de acidentes nos Estados Unidos (DIAS, et al., 2019, p. 19).

Diante da catalogação apresentada visualiza-se, que a União Soviética lidera o índice de acidentes com elementos radioativos com vítimas fatais em 35%, coincidindo justamente com período da Guerra Fria entre os anos de 1970 e 1980. Mesmo diante da alta porcentagem da União Soviética, o Brasil está entre os países com maior índice de acidentes com elementos radioativos do mundo até o ano de 2018, lembrando que até os dias atuais essas informações podem ter sofrido variações. Contudo, ao observar os fatores responsáveis vinculados aos acidentes, estão relacionados a dois fatores: humano (imperícia, imprudência, falha na manutenção, negligência e quebra de protocolo) e mecânico, falha no dispositivo de elevação da fonte e defeito no equipamento e eventos não especificados (DIAS, et al., 2019).

Os acidentes mais comuns são nos setores de END com gamagrafia e radiografia. No setor de gamagrafia temos como causa principal o defeito no dispositivo de recolhimento da fonte, que acaba por levar o operador a uma negligência de protocolo, seja por falta de conhecimento (imperícia), instinto de pegar algo que caiu ou por falta de equipamentos adequados para a situação (negligência – ou do operador ou do estabelecimento) (DIAS, et al., 2019, p. 30).

Os eventos associados aos acidentes envolvendo elementos radioativos, são diversos, no entanto, as constatações mais comuns estão presentes na gamagrafia e radiografia, onde os

apontamentos indicam que o maior índice estão relacionados a falta de conhecimento e/ou negligência dos técnicos responsáveis pela regulamentações de segurança do aparelho, ou seja, na maioria dos casos às falha são humanas, como é o caso do acidente radiológico com o aparelho de raio-x contendo césio-137, ocorrido em Goiânia em 1987, vitimando centenas de pessoas com graves consequências físicas, psíquicas e econômicas.

Conclui-se aqui que a descoberta do elemento radioativo, propiciou uma nova era científica e tecnológica, capaz de transformar as mais diversas áreas desde a conclusão de diagnóstico e tratamento medicinal até o interesse militar marcado pela construção de armas nucleares levado a cabo pela dominação capitalista dos Estados Unidos, nas cidades de Hiroshima e Nagasaki no Japão durante a Segunda Guerra mundial ceifando mais de 200.000 (duzentas mil) pessoas.

Nesse sentido, até chegarmos aos usos práticos dos dias atuais em relação ao aparelho de raio-x, encontra-se um processo histórico marcado por falta de pesquisas das consequências do uso inadequado antes da comercialização em larga escala, deixando evidente o interesse de governos na produção de energia nuclear. Consequentemente, os acordos internacionais visando o crescimento econômico, o crescimento industrial interno na produção da cosmética e de brinquedos com fragmentos radioativos, foi predominante na produção e interesse do capitalismo central.

Aqueles que tiveram contato direto com o elemento radioativo, tiveram uma morte precoce e dolorosa, como é o caso da menina Leide das Neves. A condição da menina causou grande comoção ao ser identificada como uma fonte altamente radioativa, vindo mais tarde a se tornar símbolo deste desastre. Parte dos sobreviventes dessa tragédia desenvolveram doenças crônicas, anomalias genéticas e transtornos psíquicos, entre outras comorbidades.

Entre as vítimas do acidente radiológico com o césio-137, estão funcionários públicos, servidores de empresas terceirizadas que foram contaminados no exercício de suas funções. No entanto, buscaremos analisar com essa tragédia se deu e quais foram as ações governamentais diante do caos instalado em Goiânia.

3.2 Césio-137 na Capital Goiana: Ocaso do Acaso

É fato o acidente radiológico com o elemento radioativo césio-137, ocorrido em Goiânia no dia 13 de setembro de 1987. Segundo a Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT), este acidente ficou conhecido como um dos maiores do mundo, ganhando repercussão internacional diante de sua gravidade. Entre a população atingida pela

radiação, encontravam-se trabalhadores de setores da saúde, segurança, limpeza urbana, entre outros que foram contaminados no exercício de suas funções em meio a negligência do Estado quanto a implementação de protocolos de segurança em situações de emergência.

O acidente radiológico com o cézio-137, ocorrido em Goiânia no ano de 1987, contaminou centenas de pessoas espalhando radiação pelas ruas da cidade, levando a população ao desespero diante da ausência de informações concretas a respeito da contaminação que estava adoecendo parte dos goianos. No local em que a cápsula contendo o elemento radioativo foi encontrado, funcionava o Instituto Goiano de Radiologia – IGR:

Entre as avenidas Parnaíba e Tocantins, no centro da cidade de Goiânia, funcionava o Instituto Goiano de Radiologia (IGR) em um terreno emprestado pela Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) desde 1972. Como contrapartida do empréstimo do terreno, o instituto deveria oferecer exames gratuitos aos pacientes da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia sob a administração daquela Sociedade (VIEIRA, 2010 p. 15).

A alegação de descumprimento do acordo firmado entre Instituto Goiano de Radiologia – IGR e a Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP, fez com que fosse vendido ao Instituto de Previdência e Assistência do Estado de Goiás – IPASGO. “A batalha judicial entre IGR e SSVP, levou a desocupação do prédio deixando mobiliários, equipamentos antigos entre eles o aparelho radiológico contendo a cápsula de cézio-137” (VIEIRA, 2010 p. 15).

O equipamento abandonado de alta periculosidade, localizava-se no prédio em ruínas na Avenida Parnaíba, esquina com a Avenida Tocantins, entre os anos de 1985 e 1987, sem qualquer acompanhamento do IGR, do Estado através da Vigilância Sanitária, CNEN que naquele período era uma autarquia criada por meio do governo federal, nos remete a uma sequência de inações protetivas, o que levou várias pessoas ao contágio devido a exposição do material radioativo.

A peça de raio-x foi encontrada através dos catadores de materiais recicláveis Wagner Mota Pereira e Roberto dos Santos. O interesse de ambos era estritamente financeiro para manutenção de suas subsistências, não imaginando qual era o conteúdo presente no interior da peça. Devair Alves, proprietário do ferro-velho, por sua vez, vendeu parte das sucatas ao ferro-velho de Ivo, pai da menina Leide das Neves. Após desmontarem o equipamento a marretadas, rompendo o lacre onde abrigava o elemento radiativo cézio-137, as 19 gramas do pó brilhante os deixou extremamente atraídos diante da emissão da luz azul que brilhava no escuro. A fascinação diante de sua descoberta o levou a compartilhar com

seus familiares e vizinhos, dando início a contaminação da população pelas ruas de Goiânia.

Logo após o rompimento do lacre da cápsula com radioatividade, Wagner e Roberto levaram parte do aparelho para suas residências, começando a surgir os primeiros sintomas da contaminação com o céσιο-137, como diarreia, vômitos e bolhas nas mãos e braços e ao buscarem atendimento médico a suspeita inicial era de alergia ou doença tropical. “De acordo com informações oficiais, quando o fato se tornou público dezesseis dias mais tarde, 249 pessoas já estavam contaminadas ou irradiadas, entre as quais quatro faleceram em menos de um mês contado a partir da divulgação do acidente” (CHAVES, 2017, p.01).

Maria Gabriela (esposa do Devair) ao perceber que as pessoas de sua casa estavam ficando doentes, “intuiu” que possivelmente seria devido a pedra azul brilhante alojada na sala de sua casa e solicitou a um dos trabalhadores do estabelecimento que conduzisse o capsula aberta até a Vigilância Sanitária, de transporte público, deixando-o na responsabilidade do veterinário Paulo Monteiro.

Para sondar os possíveis riscos daquele objeto, também foram acionados o Corpo de Bombeiros. Atendendo ao chamado do veterinário Paulo, os militares Miraldo, Adão e Agildo caminharam em direção ao pátio interno e se aproximaram do embrulho. Analisaram-no e não encontrariam qualquer resposta conclusiva. Miraldo, o superior em patente, decidiu que o procedimento mais adequado para apagar as suspeitas em torno da cápsula seria lançá-la no Rio Meia-Ponte. Quando os soldados se aproximaram da peça atendendo à ordem do sargento foram subitamente interrompidos pelo grito do físico com o resultado da alarmante avaliação sobre aquele objeto: tratava-se de uma cápsula radioativa. As partículas radioativas invisíveis estavam em toda parte, mas apenas o físico e seu aparelho medidor conseguiam percebê-las (VIEIRA, 2010 p. 25).

Diante dos riscos eminentes de morte da população goianiense, verifica-se, ausência de ações estratégicas capaz de agir em situações extremas, incapacidade de estabelecer protocolos de segurança com o objetivo de conter a contaminação desenfreada, assim como o adoecimento de parcela da população. Diante desses aspectos vislumbra-se um Estado despreparado, que não contava em sua equipe com um físico capacitado para avaliar o conteúdo da capsula radioativa.

A Vigilância Sanitária por sua vez, indispunha de equipamentos de proteção aos servidores e do contador Geiger¹⁴, assim como orientações esclarecedoras que apontavam a gravidade do acidente aos servidores que atuavam nas ruas, como por exemplo: assistentes sociais, psicólogos, o corpo de bombeiros, polícia militar, limpeza urbana, dentre outros órgãos e profissionais. As consequências do acidente radiológico ganharam grande proporção,

¹⁴ Contador Geiger foi desenvolvido para medir o nível de radiação em corpos e no meio ambiente.

onde os pertences dos indivíduos atingidos diretamente pelo elemento radioativo césio-137, viesse a se tornar rejeito radioativo.

A radiação, oficialmente, atingiu uma área de 2.000 m² não contínuos, infiltrando-se no solo até a profundidade de 50 cm, em alguns pontos, provocando a necessidade da derrubada de árvores e plantas, num raio de 100 m das zonas afetadas. Segundo informações de técnicos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) que participaram do processo de descontaminação de Goiânia, foram demolidas sete casas e gerados 6.500 m³ de rejeitos radioativos, que foram transferidos para um depósito provisório na cidade de Abadia de Goiás onde, posteriormente, foi construído um depósito definitivo (CHAVES, 2017, p. 1).

A partir do momento do rompimento do lacre do aparelho de raio-x até os fatos se tornarem públicos, as informações oficiais apontavam 249 (duzentas e quarenta e nove) pessoas atingidas com o elemento radioativo entre adultos e crianças, os quais repentinamente viram suas casas e todos os utensílios pessoais se tornarem rejeito radioativo. A manifestação dos sintomas da radiação eram imediatos e em outros casos levaram certo tempo para surgirem. Nesse espaço de tempo as informações restritas que envolvem o césio-137 começaram a ser veiculadas de forma distorcidas, levando desespero entre a população de Goiânia.

No entanto, as notícias propagadas não eram esclarecedoras, deixando a população ainda mais assustada. “Os meios de comunicação divulgavam o acontecimento e simultaneamente propagavam as consequências da exposição à radioatividade, como o comprometimento genético, o câncer, e, no limite, a morte” (CHAVES, 2017, p.02). Segundo informações divulgadas da CNEN por meio das mídias jornalísticas, as consequências não paravam por aí, aumentando o índice de transtornos emocionais, doenças crônicas, chegando a anomalias genéticas em seus descendentes, podendo perdurar por cerca de 200 (duzentos) anos.

O acidente radiológico provocou reações e estigmatizou os indivíduos contaminados, e, de certa forma, a própria população goianiense à época. Além disto, o contato da menina Leide das Neves com o material radioativo revelou as fragilidades diante da tragédia vivida.

O trabalho de demolição precisava ser iniciado com urgência e os técnicos se adiantavam na avaliação. A casa estava absolutamente trivial: a mesa do café ainda estava posta com cinco xícaras, cinco lugares, um para Ivo, para sua esposa Lourdes, para os três filhos Lucélia, Lucimar e Leide. Mas os farejadores Geiger percebiam uma mesa extremamente contaminada, sobretudo, no lugar reservado à filha caçula. Ali, Leide teria tomado seu jantar com as mãos contaminadas depois de brincar com as luzinhas radioativas que seu pai havia trazido em uma noite de setembro (VIEIRA, 2010, p. 27).

É impossível não abordar o caso Leide das Neves que ingeriu césio-137 com ovos no jantar, como condição de tamanha vulnerabilidade daqueles indivíduos no contato com o

elemento radioativo. No dia seguinte quando o físico Walter Mendes chegou a casa de Ivo (irmão de Devair) o medidor Geiger disparou diante do alto nível de radiação ao se aproximar da menina de 06 (seis) anos que faleceu em menos de um mês (após o contágio) em um hospital no Rio de Janeiro, sendo considerada uma fonte humana ativa de radiação. A necessidade de desocupação da casa para demolição era urgente, a radiação estava por toda parte. Mesmo assim com muita insistência, a senhora Lourdes da Neves conseguiu autorização para pegar uma foto da menina antes que todos seus pertences tornassem lixo radioativo.

Em meio ao estarcimento, os caixões blindados com chumbo transportados por um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), chegavam a Goiânia os corpos que seriam levados até o cemitério. A população do setor Urias Magalhães em protesto violento, resistia em permitir o sepultamento no cemitério Parque, com medo da contaminação se espalhar pela vizinhança. Assim em meio a reforços policiais, Leide das Neves e Maria Gabriela foram sepultadas em covas feitas com concreto e chumbo, diante da hostilidade da comunidade e reforço da segurança militar (VIEIRA, 2010).

É interessante observar que todos aqueles que tiveram contato direto com o elemento radioativo céσιο-137, assim como Ivo e sua família, naquele trágico mês de setembro de 1987, perderam a casa, seus objetos pessoais, a filha, a dignidade, assim como o crescente sentimento de não pertencimento ao local que escolheram para construir suas vidas, estavam traumatizados diante do desalojamento social. Ivo e sua família não eram um caso isolado, representavam dezenas de famílias, obrigadas a deixar suas residências mediante força policial, em muitos casos, não conseguiam sequer pegar os documentos pessoais, assistindo todos seus pertences se transformarem em rejeitos radioativos.

Tendo sido expulsos de seus lares, ficaram ilhados, vítimas, dessa vez, da discriminação e rejeição social. Todos temiam suas presenças. Com suas casas desmanteladas, os desabrigados ficaram, literalmente, nas ruas: não eram aceitos em casas de parentes e amigos, não conseguiam alugar uma casa nem se hospedar em um hotel, mesmo com os assistentes sociais a frente das ações (HELOU, 2017, p. 26).

O drama vivenciado pelas famílias goianas, diante do caos instalado em suas vidas, das as poucas condições de subsistência, baixa escolaridade, a precária condição de suas estruturas materiais, levou a formação dos grupos de assistentes sociais que se dividiam para atender as necessidades básicas das famílias atingidas, como vestuário, alimentação e assistência médica. “Os psicólogos encontraram uma população mentalmente desorganizada, tomada pelo medo, algumas pessoas apresentando sintomas psicossomáticos, como cefaleia,

diarreia, coceira, insônia, pesadelo” (HELOU, 2017, p. 28). No entanto, a população precisava lidar com a inexperience médica em contaminação de radiação para tratar o grande número de pacientes contaminados.

A tragédia de setembro de 1987 pegou a todos desprevenidos: médicos - que mal sabiam se proteger da irradiação dos seus pacientes - o Estado - absorto diante do ineditismo da situação - e a imprensa - que, por várias vezes, agiu de forma sensacionalista, contribuindo para a disseminação do medo ao publicar informações truncadas, que ela sequer tinha condições de apurar, por desconhecer completamente o assunto (BITTENCOURT, s/d, p. 2).

A população brasileira, havia acompanhado 02 (dois) anos antes o acidente ocorrido no laboratório de Radioecologia da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis/RJ, as lembranças ainda eram presentes nas memórias dos brasileiros. No entanto, o ocorrido em 1985, apontava que nada havia sido apreendido, o que levou à insuficiência em ações preventivas, desenvolvimento de estratégias com protocolos de segurança em casos de urgência, contenção a propagação da radiação.

Na história do acidente radiológico em Goiânia ficou demonstrado que a ineficácia do Estado propiciou disseminação da contaminação, mortes, pânico entre a população, que aterrorizava a todos, inclusive aos trabalhadores escalados para atuarem diretamente nas ruas em meio à radiação. As informações oficiais eram imprecisas, os trabalhadores não compreendiam ao certo como lidar naquela situação de atendimento as pessoas contaminadas e no processo de contenção dos focos de contaminação e no processo de descontaminação.

Duas das psicólogas entrevistadas referiam-se aos profissionais que trabalhavam naqueles três primeiros meses de emergência como verdadeiros “heróis, porque muitos sentiam medo, pela falta de informação ou pelas informações desconstruídas”, nas palavras de uma delas. Por um lado, a gente tinha que dar aquele apoio profissional e, por outro, a gente tinha que lidar com as próprias dificuldades”, acrescenta. “Nós fomos para a rua, entramos em focos (de contaminação) e procuramos dar realmente o que a gente pôde e soube fazer”, concluiu (HELOU, 2017, p. 29).

Após a chegada da equipe da CNEN a Goiânia, para conter a contaminação e prestar atendimento especializado às vítimas, foi montado uma ação de serviço social e da psicologia no atendimento aos contaminados que estavam hospitalizados e em albergues, objetivando minimizar a angústia vivenciada junto aos radioacidentados. Tratava-se de uma alternativa para ajudá-los a superar os traumas sofridos e assim ressignificar suas vidas, afinal, era preciso recomeçar de algum modo.

Em se tratando da CNEN, requeria estrutura e equipe capacitada para controlar, orientar, fiscalizar e gerenciar de forma segura, materiais radioativos em suas diferentes formas de utilização do elemento radioativo até o descarte do rejeito. Em 1987, a CNEN,

contava com 04 (quatro) institutos de pesquisa com equipe especializada, de acordo com suas competências, que prestavam suporte a todo o país. As estratégias adotadas visavam diferentes condições de emergência, no entanto, nenhum plano de ação abrangia estratégias em acidentes como ocorrido em Goiânia. A condição emergencial levou a uma reorganização de planejamento de acordo com a necessidade de atendimento humano e do meio ambiente.

A CNEN foi notificada na tarde do mesmo dia 29 de setembro e enviou imediatamente uma equipe ao local. Esta equipe, juntamente com membros da Defesa Civil, percorreu os locais onde presumivelmente houvera contaminação. Novas monitorações foram realizadas e concluiu-se que a situação era grave, razão pela qual a direção da CNEN foi contatada para que enviasse de imediato equipes de proteção radiológica, controle ambiental, rejeitos radioativos e assistência médica (SCHIRMER, s/d, p. 2).

A equipe da CNEN, ao receber o chamado da Vigilância Sanitária de Goiânia para conter a propagação da radiação, deu início a elaboração de estratégias que pudessem corroborar para contenção da contaminação, prevendo a gravidade do que encontrariam, deixou sob aviso o único hospital no Brasil capacitado a receber pacientes contaminados com radioatividade, o Hospital Naval Marcílio Dias – HNMD no Rio de Janeiro, da necessidade de atendimento especializado a pacientes contaminados. A equipe da CNEN, ao chegar à capital de Goiás desenvolveu duas estratégias de frentes, sendo a primeira, de isolar os focos de contágio e a segunda, visava realizar uma triagem para identificar, isolar e prestar atendimento médico as pessoas contaminadas. Assim sendo:

[...] nesta operação, foram monitoradas cerca de 113.000 mil pessoas, das quais 249 apresentaram algum grau de contaminação. Destas, 129 tinham apenas o vestuário contaminado, restando 120, com contaminações externa e/ou interna. Com sinais de superexposição haviam 22 pessoas, que foram de imediato transferidas para o Hospital de Doenças Tropicais - HDT/Goiânia, onde receberam tratamento especializado. Ao longo das primeiras semanas, em virtude do estado grave em que se encontravam, 11 pacientes foram transferidos para o Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio de Janeiro (SCHIRMER, s/d, p. 2).

Dentre as estratégias utilizadas da CNEN na contenção dos focos de contaminação fez-se necessário reconstruir todo o trajeto por onde a cápsula contendo o elemento radioativo céscio-137 percorreu desde o momento em que foi encontrado, sua abertura, até a sua chegada na Vigilância Sanitária de Goiânia. A equipe técnica da CNEN, juntamente com a polícia militar isolou as áreas atingidas, começou a realizar atendimento às vítimas no Hospital Geral de Goiânia – HGG. Os casos que requeriam maiores cuidados foram encaminhados para HNMD no Rio de Janeiro, como o caso da Maria Gabriela e Leide das Neves, citado anteriormente. No entanto era impraticável atender grande parte da população goianiense nos hospitais, o que requereu utilizar enquanto estratégia de emergência o Estádio Olímpico de Goiânia.

As estratégias desenvolvidas por meio do da equipe especializada CNEN, juntamente com o governo do Estado de Goiás, rastream as áreas mais afetadas, sendo catalogados 42 (quarenta e dois) pontos com maior gravidade. Desses pontos demarcados encontravam-se: casas, bares, praças, veículos, objetos pessoais, animais de estimação, dentre outros, que se transformariam em rejeitos radioativos. Os locais com maior radiação foram inutilizados, como ocorrido na residência do senhor Devair, da qual foi removida toda estrutura da casa e do ferro velho, uma camada do solo, inserindo outro solo limpo e grande camada de concreto, além da interdição de qualquer construção naquele local.

Para a execução do processo de descontaminação, foram organizados aproximadamente 550 (quinhentos e cinquenta) pessoas, sendo técnicos especializados, servidores públicos e técnicos de setores distintos para execução deste trabalho. “Os trabalhos muitas vezes eram conduzidos em condições adversas, necessitando de mão de obra especializada, mas que não possuía treinamento em proteção radiológica. Frequentemente, estes eram realizados sob forte pressão psicológica” (SCHIRMER, s/d, p.05).

O transporte dos rejeitos radioativos teve início no dia 25 de setembro, doze dias após o registro do incidente com a cápsula radioativa e estendeu até meados do mês de dezembro daquele mesmo ano. Nesse sentido, a determinação do Estado era para que o depósito contendo os rejeitos radioativos deveria ser removidos para fora de Goiânia, sendo então escolhido temporariamente o município de Abadia de Goiás, localizada à 23km de distância da capital.

Todo o rejeito foi temporariamente armazenado em Abadia de Goiás, situada a 23 km do centro de Goiânia. Foram construídas seis plataformas cada uma com 60 × 18 m², sobre as quais foram colocados os rejeitos armazenados em 4.223 tambores de 200 L cada, 1.347 caixas metálicas de 1,7 m³ cada, 10 contêineres marítimos de 32 m³ cada e seis embalagens especiais construídas com concreto armado com espessura de 20 cm de espessura (OKUNO, 2013, p. 197).

O transporte dos rejeitos foi realizado por trabalhadores e maquinários da limpeza urbana municipal com supervisão dos técnicos da CNEN-NN-5.01¹⁵, a polícia militar, junto ao corpo de bombeiro isolavam os locais e faziam escolta policial. Contudo somente dez anos depois foi concluído o depósito permanente ao lado do local temporário com 3.500 m² que deverá permanecer por 300 (trezentos) anos, período estimado para finalização de sua função ativa, ou seja, que não apresente risco de contaminação a população e ao meio ambiente.

¹⁵ CNEN-NN-5.01: Estabelece requisitos de segurança e proteção radiológica para o transporte de materiais radioativos. Disponível em: <http://appasp.cnen.gov.br/seguranca/normas/pdf/Nrm571.pdf>.

Em relação ao grande número de pessoas contaminadas, vale atentar-se ao fato que não foram todas as vítimas que foram reconhecidas como radioacidentadas pelo Estado, o que as levaram a entrar em batalhas judiciais com o intuito de serem incluídas no grupo de radioacidentados. Ainda é desconhecido o quantitativo de servidores públicos que não foram ou tiveram dificuldades para serem inseridos, de serem indenizados. Vieira aponta como era realizado o processo de reconhecimento da “condição” de vítima:

No processo de reconhecimento da “condição” de vítima, a Superintendência Leide das Neves (Suleide) e a Associação de Vítimas adotam critérios distintos. Para a Suleide, a constatação de uma doença relacionada à contaminação radiológica não confirma de modo decisivo para essa “condição”. São consideradas vítimas apenas aquelas pessoas que conseguem comprovar por meio de registros do nível de radiação colhidos em ocasião do monitoramento dosimétrico realizado em 1987 (VIEIRA, 2010, p. 64).

Havia um grande número de pessoas contaminadas em vários níveis. Para identificar as vítimas e o nível de radiação contido em seus corpos, a CNEN, definiu por dividir em 03 (três) grupos de acordo com o nível de radiação: Grupo 1 – composto por pessoas que continham radiação acima de 20 rads; Grupo 2 – pessoas com menos de 20 rads¹⁶; Grupo 3 – formado por trabalhadores e vizinhos, ou seja, aqueles que não tiveram contato direto com o elemento radioativo. Os indivíduos radioacidentados e familiares dos dois primeiros grupos conseguiram o direito a um auxílio disponibilizado pelo governo, entretanto, os filhos e netos do segundo grupo não tiveram direito ao benefício e nem todos os pertencentes ao terceiro grupo conseguiram ser reconhecidos como vítimas do acidente radiológico com o césio-137.

As informações oficiais do governo do Estado não eram frequentes, muito menos esclarecedoras. Na maioria das vezes os veículos de comunicação televisionados e jornalísticos que mantinham a população informada dos fatos ocorridos e das dificuldades encontradas pelas equipes que atuavam na linha de frente. Entre a extensa lista de contaminados os servidores públicos encontravam-se no terceiro grupo.

Mais de 300 policiais da PM estão mobilizados no problema da radioatividade. Eles estão divididos nas áreas interditas, mantendo o público distante dos locais contaminados e auxiliando os técnicos do Conselho Nacional de Energias Nuclear e entidades de saúde. Eles demonstram certo medo e justificam com a falta de informações sobre o assunto (DIÁRIO DA MANHÃ, 02/10/1987).

Em curto espaço de tempo já havia registro de servidores públicos hospitalizados por terem sido contaminados com o césio-137 e havia naquele momento grande número de policiais militares trabalhando na linha de frente afim de conter a contaminação nas ruas de

¹⁶ Rads: É uma classificação de resultados, no caso do acidente radiológicos representa o nível de radiação encontrado no corpo das pessoas contaminadas. (JUNIOR, et al., S/D, p. 207).

Goiânia. No entanto, as notícias veiculadas nos jornais locais naquele período apontam insegurança dos policiais militares em lidar com o desconhecido invisível que adoecia a população. Outro fator fundamental que justifica o medo dos servidores é a falta de informações concretas dos chefes imediatos para com seus subordinados, assim como os riscos que enfrentavam ao exercer suas funções contendo a propagação da radiação.

Para lidar com as pessoas e locais contaminados pela radioatividade, os técnicos da CNEN utilizam alguns equipamentos que os protegem da radiação, como plaquinhas de chumbo fixadas a roupa. Os policiais não possuem esses objetos e nem os conhecimentos do que realmente é radioatividade e as medidas que podem ser tomadas para prevenir a contaminação. Eles se dizem desprotegidos e temem adquirir outros problemas causados pela radioatividade (DIÁRIO DA MANHÃ, 02/10/1987).

Diante do caos instalado em Goiânia, naquele trágico setembro de 1987, os servidores do Estado de várias áreas eram submetidos a trabalharem sem equipamento de proteção e assim expostos a radiação no exercício de suas funções. O fato apontado no caso dos policiais militares aponta efetivamente a negligência do Estado para com seus subordinados. Somente no início do mês de outubro que a equipe da CNEN realizou reuniões com as equipes dos hospitais HGG e HDT que estavam recebendo as vítimas, com o fito de esclarecer as dúvidas e apontando protocolos para lidar com os contaminados.

Observa-se que durante o intervalo de tempo entre o rompimento do lacre da cápsula radioativa e as orientações estratégicas da CNEN foram de aproximadamente 16 (dezesseis) dias e mesmo assim, os protocolos de segurança não atendiam aos trabalhadores que atuaram na linha de frente na contenção dos focos de contaminação. A pressão dos trabalhadores sofrida por seus chefes imediatos era notória, conforme aponta a entrevistada Maria Emília Pontes

E no dia três de outubro, em um domingo, às quatro da tarde, a minha chefe me ligou e me convocou para trabalhar, porque a gente tinha que fazer o "Informe 1", um folheto que foi distribuído posteriormente à população. Ela não estava conseguindo fazer. Eu argumentei que não sabia nada de radioatividade. Ela disse: "Ah! Não quero saber! Você tem que ver, porque nós não estamos conseguindo!" Cheguei lá no domingo, já tinha algum esboço do folheto pré-redigido e eu fui ajudar. Mas o que eu coloquei mesmo foi a sequência lógica com assessoria dos técnicos da CNEN (HELLOU, 2017, p. 40).

Tantas inseguranças e incertezas encontradas no combate a contaminação pelos servidores públicos que trabalhavam diretamente com a população e, ainda, precisavam lidar com a truculência dos chefes imediatos. Em entrevista, a psicóloga Maria Emília Pontes servidora da Secretaria da Saúde de Goiás, trabalhou no combate a radiação do césio-137, apontando que o primeiro folheto informativo passou pela Superintendência, CNEN, o governador e depois retornou para suas mãos e que muitas orientações importantes como a

necessidade das gestantes evitarem os focos de contaminação foram cortadas, com justificativa que ainda não era o momento para a divulgação daquelas informações, pois o Estado estava preocupado com a visibilidade negativa diante dos aspectos políticos (HELLOU, 2017).

A pressão psicológica, a desinformação junto a pressão sofridas pelos servidores públicos que trabalharam na assistência às vítimas foram gerados diante da situação de crise e tensionamento diante do acidente ocorrido, como derivação da crise de saúde pública naquele momento. Outro aspecto que chama atenção é o preconceito que os trabalhadores enfrentavam dentro e fora de seus locais de trabalho, sendo vítimas de preconceito como se possuíssem grave doença contagiosa. “Nos próprios órgãos onde trabalhavam, eram discriminados. Decerto eram vistos como pessoas contaminadas, portadoras do césio, uma fantasia que passava pela cabeça das pessoas” (HELLOU, 2017, p. 72).

A gente não poderia deixar ninguém ultrapassar as cordas de segurança, porque tava tendo um vazamento de gás. Nós ficamos lá trabalhando sem nenhuma proteção, após 10 (dez) anos eu vim a ter um tumor no cérebro, tive que fazer cirurgia, fiz radioterapia. Sem contar que, a gente trabalhava lá naquela poeira, tomando aquele pó na cara e quando a gente chegava em casa abraçava os filhos e as esposa lavava farda. E eles nada! Eu me assumo e porque eles não querem se assumir também? (08ª cena, 12:32 min. a 13:56 CÉSIO 137 O BRILHO DA MORTE, 2003).

O soldado Marques, trabalhou na contenção dos focos radioativos e ainda permaneceu fazendo a segurança no depósito provisório de rejeitos radioativos em Abadia de Goiás por 02 (dois) anos. Este servidor público vítima da radiação representa uma parcela dos trabalhadores que desenvolveram doenças crônicas e transtornos emocionais, em consequência da exposição à radioatividade, ainda tendo dificuldade de ser reconhecido como vítima. Em entrevista ao cineasta Luiz Eduardo Jorge, o soldado relata a insegurança, desinformação e as condições insalubres em que foram submetidos por meio do trabalho de assistência e abandono do Estado, onde passaram de trabalhadores a vítimas do acidente radiológico, acabando por expor suas famílias, aumentando ainda mais o número de contaminados com o césio-137.

No regulamento da PM, o policial que adquiriu a patologia que impossibilita o policial de trabalhar, vai pra reserva com uma patente acima, ou seja, os dois que eram soldados virariam cabo, mas como o Estado e a CNEN, não podiam admitir que o problema dos cânceres eram césio, eles foram pra reserva como soldados (9ª cena, 12:10 min. a 12:32 CÉSIO 137 O BRILHO DA MORTE, 2003).

O Promotor de Justiça Marcus Antônio Ferreira Alves aponta claramente que a CNEN e o Estado tinham ciência que estavam colocando em risco a saúde dos trabalhadores, mesmo assim os mantiveram em serviço sem equipamentos apropriados e protocolos que segurassem sua integridade física, além de informações concretas a respeito do acontecimento

com o elemento radioativo. O relato de outras categorias, também denunciam a negligência vivenciada por seus chefes imediatos.

O motorista Jason Franco Rocha conta que esteve várias vezes no local atingido para retirar o entulho e levar para Abadia de Goiás, onde todos os rejeitos foram enterrados. Trabalhando inicialmente com roupas comuns, do dia a dia, achava que desempenharia uma tarefa rotineira. “Viemos para cá sem saber de nada. Nos mandaram falando que era um vazamento de gás. Só do terceiro dia em diante é que ficamos sabendo da gravidade do problema (G1, 13/09/2017).

Os chefes imediatos dos trabalhadores, sabiam da gravidade do acidente, no entanto utilizaram que se tratava da contenção de vazamento de gás. Assim, reafirma-se que o governo de Goiás tinha interesse de ocultar as informações sobre o acidente radiológico, diante da crise econômica que o Estado vivenciava com o fim da Ditadura Militar e com os resquícios deste período turbulento, o que causaria mais transtorno para o executivo estadual devido ao desgaste com mais esta situação referente a gestão da saúde pública diante desta tragédia radiológica.

Nesse sentido, atenta-se ao fato que nem todas as vítimas foram reconhecidas e as batalhas judiciais foram inevitáveis, para que vítimas fizessem parte do grupo de radioacidentados, para o recebimento de auxílio financeiro e médico, uma vez que não conseguiam manter as despesas básicas de subsistência. Como uma das consequências sociais, diante da discriminação, não conseguiam mais empregos e foram estigmatizados e menosprezados aos olhos de uma parcela da sociedade.

As vítimas que conseguiram o reconhecimento enquanto radioacidentados, alegavam que o benefício que o Estado havia disponibilizado era insuficiente para arcar com o tratamento das várias comorbidades adquiridas, porém existe um quantitativo considerável de pessoas que levaram muito tempo para ser reconhecidas como vítimas, em outros casos, não conseguiram sequer ser inseridos nestes grupos. Trata-se das vítimas indiretas, os familiares que tiveram contato direto com os servidores públicos e que foram submetidos a contaminação dentro de seus lares.

Havia forte interesse do Estado que o acidente radiológico ocorrido em Goiânia, caísse no esquecimento da comunidade local e dos demais estados a partir do momento em que iniciasse o pagamento das indenizações as vítimas, que automaticamente deixam o lugar de vítimas e passam a assumir a condição de radioacidentados. Era conveniente o silenciamento das vítimas, no intuito de que o acidente radiológico caísse no esquecimento, visando a reorganização econômica do Estado.

No local onde residia o IGR, hoje localiza-se o prédio do Centro de Convenções de

Goiânia e não consta nenhuma menção sobre o acidente pois os locais por onde a cápsula contendo o cézio-137 passou depois da violação do lacre, foram cimentados e isolados. O memorial Leide das Neves, tinha como objetivo a construção de um museu rememorando a história do acidente na tentativa de manter viva a lembrança daqueles que não sobreviveram e aqueles que ainda sofrem com os efeitos da radiação, contudo o projeto nunca saiu do papel.

A falta de protocolos de segurança dos cientistas e governos diante do uso e exposição da população negligenciou a saúde coletiva, levando a efeitos colaterais, exposição ao risco precoce de morte por radiação e ao mesmo tempo favorecendo o crescimento comercial interno ligado ao vestuário, turismo, etc; como ocorrido na fabricação de cosméticos e investimento das potências capitalistas em energia nuclear para fins bélicos.

A necessidade de controlar a fabricação assim como a utilização de elementos radioativos, tornaram-se cada vez mais necessárias no decorrer do tempo pois compreendia-se que o mesmo elemento radioativo poderia ser utilizado para salvar vidas ao mesmo tempo que poderiam se tornar armas letais em prol de disputas políticas internacionais de controle econômico e dominação capitalista. A criação de órgãos reguladores de energia nuclear foi fundamental para o estabelecimento de normas que visavam a segurança do meio ambiente, assim como daqueles que produzem, manuseiam e utilizam elementos radioativos no espaço hospitalar. No Brasil, a CNEN foi criada pelo Governo Federal a fim de garantir o controle, segurança e regulamentação para aqueles que tenham contato direto e indireto com o equipamento contendo elementos radioativos.

Nesta pesquisa, buscamos compreender a relação de poder existente entre o Estado e os servidores públicos (que se tornaram vítimas do acidente radiológico ao serem contaminados com o elemento cézio-137). Nesse sentido, faz-se necessário apontar que não foram encontrados documentos oficiais que apontem a quantidade de servidores contaminados, quantitativo de trabalhadores vitimados sem serem reconhecidos como vítimas e se todos que conseguiram entrar para o grupo de radioacidentados conseguiram ser indenizados. Tendo como referência as fontes acessadas, é possível afirmar que os trabalhadores foram negligenciados pelos órgãos estatais, pois estavam lidando com o desconhecido e com forte pressão psicológica sofrida e assédio por parte de seus chefes imediatos, os impondo a exposição radioativa e omitindo as informações já obtidas pelos órgãos e centro responsável pela política de energia nuclear.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA CONTIDA NA LITERATURA BRASILEIRA SOBRE O ACIDENTE RADIOLÓGICO DO CESIO-137 EM GOIÂNIA

A estrutura e aparato estatal tem como interesse fundamental manter o domínio capitalista por meio da exploração da mão de obra da classe trabalhadora. Em se tratando de países em desenvolvimento, fica ainda mais evidente a busca desenfreada pelo crescimento econômico, no controle da produção e, conseqüentemente, da exploração das classes subalternas. O acidente radiológico com o césio-137 aponta uma seqüência de falhas do Estado diante do controle e política de energia radiológica, vitimando centenas de pessoas residentes nas regiões periféricas de Goiânia. Dentre essas vítimas, destacamos os servidores públicos que atuaram na linha de frente para a contenção dos danos do acidente e sofreram com as conseqüências da radiação.

4.1 Contaminação Azul: Entre o Medo da Sociedade e o Descaso do Estado

Com o fim da Ditadura Militar e a morte do presidente eleito Tancredo Neves, em 1985, o vice-presidente José Sarney assumiu a Presidência da República, a fim de impulsionar a economia brasileira, diante da instabilidade monetária e a alta inflação que o país vivenciava. No final da década de 1980, o Estado de Goiás era governado pelo médico Henrique Santillo, que junto ao Governo Federal, buscava reestabelecer politicamente e economicamente o Estado.

A sociedade goiana sob os resquícios de autoritarismo presentes no Estado aos poucos cedeu lugar a uma nova organização econômica. Mesmo diante da tensão existente com o fim da Ditadura Militar, Goiás alavancava economicamente e dentre os destaques estavam o turismo, os eventos de nível internacional de motovelocidade e as exportações de roupas e alimentos.

O ideal de progresso inaugurado na década de 1930, que tinha como interesse romper com o coronelismo, visto como doente e atrasado em alguma medida se fazia presente no cenário da tragédia em 1987. Naquele período Goiás ainda investia no desenvolvimento econômico de forma incipiente (de acordo com o seu próprio processo de desenvolvimento e as respectivas mudanças daí desencadeadas) sofreu uma interrupção, conduzindo o estado a

uma crise significativa, mas que o colocou em situação de visibilidade nacional e internacional.

De acordo com Costa (2016, p. 41), “acidentes como os de Chernorbyl na Ucrânia e do cézio-137 em Goiânia podem ocorrer em qualquer lugar, são riscos gerados pelo progresso”. O interesse do Governo Federal em avançar nos acordos econômicos internacionais foi marcado pela fragilidade nacional no controle da energia nuclear, na medida em que:

Ao mesmo tempo, o acidente evidenciou que a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) fora esvaziada da sua função de fiscalização e controle do uso de aparelhos radioativos utilizados na área de saúde, pois o Decreto nº 77.052, de 1º de janeiro de 1987, atribuiu a “verificação das condições de exercício de profissões e ocupações técnicas..., às Secretarias de Saúde dos Estados”, que na maioria das vezes, não dispõe de meios de quadros para exercer tal fiscalização. A fragilidade dessas instituições foi posta a nu pelo acidente quando se verificaram, em diversos pontos do país, ocorrências de falta de segurança na manipulação de materiais radioativos (WIEDERHECKER; CHAVES, 1989, p. 01).

Em 1987, o Brasil já investia na política de energia nuclear e dominava a produção de urânio desde 1952, passando a responsabilidade para a CNEN no início de sua criação em 1956. A exploração de energia radioativa despertou o interesse dos militares que estavam no governo para a produção de armas atômicas, por outro lado, tornava-se cada vez mais frequente o uso da radiação nos espaços hospitalares para a conclusão de diagnósticos de exames médicos.

O controle dos elementos radioativos não era suficiente para garantir uma política de energia nuclear por parte do Estado brasileiro naquele momento. A falta de profissionais capacitados destinados a fiscalizar o uso de material radioativo apontava a fragilidade do governo brasileiro em gerir a energia nuclear. “O Decreto nº 77.52, de 1º de janeiro de 1987, atribuiu a “verificação das condições de exercício de profissões e ocupações técnicas às secretarias de Saúde dos Estados”, que, na maioria das vezes, não dispunham de meios e quadros para exercer tal fiscalização” (WIEDERHECKER; CHAVES, 1989, p. 1). Em tal contexto, o Congresso Nacional requereu a investigação dos fatos acontecidos em Goiânia com a instalação no Senado Federal de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que:

[...] durou cerca de um ano, quatro meses e vinte e quatro dias, tendo chegado ao fim no dia 29/03/1989 sem um relatório final apesar de suas sucessivas prorrogações. De certo modo, a ausência de um relatório final acabou conferindo ao relatório de Rex Nazaré uma primazia interpretativa da catástrofe, num local de grande peso simbólico, como o Senado Federal (CARVALHO, 2019, p. 73).

Na perspectiva de apurar os reais responsáveis da segunda maior catástrofe do mundo, a CPI realizou investigações minuciosas diante das múltiplas interpretações ocorridas

naquele período, onde o Estado, CNEN, IGR não assumiram a responsabilidade pelo ocorrido. A Câmara dos Deputados instalou Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) no mês 11/1987, com vistas a avaliar o manuseio e utilização de energia nuclear no Brasil, que teve duração de 120 dias e chegou à seguinte conclusão:

[...] os deputados e senadores tanto na CPI do Senado quanto da CPMI da Câmara demonstram-se favoráveis a mudanças na política nuclear brasileira. Em ambas não houve a elaboração de um relatório final que concluísse as ideias apresentadas. Somente em 2006 através da comissão de meio ambiente e desenvolvimento sustentável de relatoria do deputado Edson Duarte que o Césio seria analisado em outra comissão Parlamentar de Inquérito e isso apenas como um sub-tópico dentro da análise de fiscalização e segurança nuclear. Seriam somente as ações penais e posteriormente as ações civis públicas que levariam efetivamente a responsabilização dos “culpados” e a assistência das vítimas do césio 137 (CARVALHO, 2019, p. 74).

A legislação brasileira não contava com ações punitivas para fatos como o ocorrido em Goiânia envolvendo energia nuclear. O acidente radiológico com o césio-137 configurou situação inusitada, em que as medidas legais foram tomadas de acordo com a descoberta dos fatos. Ao fim das investigações foram identificados os responsáveis e condenados por lesão corporal e homicídio culposo, conforme esclarece Carvalho (2019):

Promulgada a sentença em 29 de julho de 1992, o Juiz Federal Gilson Barbosa dos Santos condenou os médicos proprietários do IGR e o físico responsável, absolvendo o ex-proprietário do Instituto – Amaurílio Monteiro de Oliveira. A fundamentação considerada pelo magistrado reside na negligência e omissão criminosa dos réus, estando dessa forma estabelecida a autoria por omissão e responsabilidade pela catástrofe. O Juiz ainda considerou que se os réus tivessem transportado a cápsula para as novas instalações ainda que permanecesse em desuso nada teria acontecido (CARVALHO, 2019, p. 78).

Foram indiciados Carlos Figueredo Bezerril, Criseide de Castro Dourado e Orlando Alves Teixeira e o físico responsável Flamarion Barbosa Goulart pela cápsula radioativa como responsáveis pelo acidente radiológico com o césio-137 diante das evidências encontradas. A constatação se deu mediante conduta de omissão, sendo aplicada pena mais grave de homicídio e condicionados a cumprir suas penas.

A CNEN responsável pela fiscalização da utilização de energia radiológica teve seu processo arquivado, sob a alegação de não haver indícios para execução de ação penal. A Secretaria de Saúde do Estado de Goiás e a Vigilância Sanitária, também tiveram seus processos arquivados por falta de indícios de responsabilidade no acidente radiológico. Contudo, percebe-se a estratégia do Estado em sair ileso, diferente dos diretores responsáveis desses três órgãos que foram acusados separadamente do órgão estadual. Em relação ao Estado, de acordo com Soares (s/d) concluiu-que:

[...] ao fim da instrução deficiente, em razão da forma como se fez a acusação, querendo sempre poupar os Órgãos Públicos, o que lhes restava era exercitarem-se tão somente com a acusação de omissão relevante, de terem negligenciado o dever jurídico de agir, apesar da acusação não ter sido objetiva, não aclarando qual o concreto dever jurídico de agir omitido, qual a omissão relevante bastante para acarretar por si mesma os resultados por todos conhecidos e deplorados. Concluíram requerendo a anulação do processo a partir da denúncia, inclusive, e a absolvição (SOARES, s/d, p. 7).

Observamos que o Estado diante do seu despreparo naquela situação de emergência, utilizou de seu autoritarismo para garantir sua impunidade. Contudo, ocorreram processos coletivos e individuais ao longo desses 34 anos. O estado de Goiás foi condenado a pagar indenização às vítimas que estavam assistidas pela Defensoria Pública da União por danos morais, tratamento médico, odontológico e medicamentos para as doenças provenientes das sequelas do acidente radiológico.

O IPASGO não sabia da existência do material de alta periculosidade instalado no prédio abandonado, no entanto, o processo aponta o órgão de ter interferido na segurança do prédio abandonado do IGR, corroborando para a tragédia com a cápsula radioativa. Em relação aos trabalhadores Roberto e Wagner que se tornaram os principais alvos da população goianiense. Soares (s/d) argumenta que é:

[...] fácil concluir como foi feito no inquérito, que as pessoas que retiraram a bomba de Césio-137 dos escombros da antiga sede do IGR não praticaram qualquer crime. Se o local em que se encontrava o objeto material do possível delito estava abandonado, não resta dúvidas que o objeto também o estava, não se configurando um dos elementos normativos do tipo, qual seja, a qualidade da coisa ser alheia, isto é, pertencer a outrem, porque, no caso, a coisa estava abandonada e não era de ninguém (SOARES, s/d, p. 2).

Não é demasiado ressaltar que em um primeiro momento, os catadores de materiais recicláveis Roberto e Wagner indiciados por furto da capsula foram inocentados posteriormente. A imagem de “vilões”¹⁷ propagada ao terem aberto a cápsula e, assim sendo, responsáveis por espalhar radiação por Goiânia foi corrigida pela justiça, propiciando o cenário ideal para amenizar a responsabilidade de omissão do Estado e dos responsáveis pelo IGR. A conclusão do inquérito apontou que os trabalhadores braçais, assim como centenas de goianos, também foram vítimas da desinformação e negligência do estado, no decorrer da segunda maior catástrofe radioativa do mundo.

O fim do inquérito, assim como a apuração dos reais responsáveis pela tragédia não promoveu a imediata recuperação econômica do estado de Goiás e certamente não curou as feridas deixadas nas vidas das pessoas, além da transformação repentina do cotidiano, perda

¹⁷ Wagner Pereira Mota e Roberto Alves Santos, foram acusados de furto ao retirarem a cápsula com o elemento radiativo do prédio abandonado do Instituto Goiano de Radioterapia (IGR).

do seu lugar de pertencimento, bens materiais, sequelas físicas e psíquicas e a morte precoce dos seus entes queridos.

O acidente radiológico com o céσιο-137 trouxe grande repercussão negativa para Goiás, pois os acordos econômicos com os estados brasileiros e outros países foram automaticamente suspensos. A magnitude do ocorrido em Goiânia o denominou como um dos maiores acidentes nucleares do mundo, ficando atrás apenas do ocorrido na usina nuclear de Chernobyl, conforme apontamos anteriormente. Os desgastes políticos e econômicos refletiram diretamente na vida dos goianienses que foram discriminados por onde passavam, conforme aponta Oliveira Junior (2016): as pessoas que saíam de Goiás “eram discriminadas nos aeroportos de outros estados, rodoviárias, restaurantes e botecos. Até mesmo o dinheiro que circulava em Goiás era recusado em outros estados, pois as pessoas temiam que estivessem contaminados pela radioatividade (OLIVEIRA JUNIOR, 2016, p. 48).

A população estava aterrorizada pelo medo da radiação e precisavam lidar com as notícias sensacionalistas que em grande parte desinformava, deixando a população mais assustada. “Paralelamente a esse processo discriminatório desenvolvido pela sociedade, as vítimas diretas ou indiretas do acidente encontraram, por sua vez, no silêncio e no isolamento o refúgio para seus medos e incertezas” (OLIVEIRA JUNIOR, 2016, p. 48). A insegurança que a população goiana vivenciava naquele momento levou as vítimas ao desamparo:

Silvia Leite Mattos Capuzzo, seu marido e dois filhos menores, com 11 e 10 anos de idade, são apenas uma das mais de 30 famílias que tiveram as casas isoladas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Hoje, ela está alojada em um albergue da Fundação Legionária do Bem-Estar Social. Antes disso, ela conta que a família foi rejeitada por parentes seus e do seu marido, amedrontados com a possibilidade de estarem contagiados pela radioatividade de que ainda poderiam apresentar, mesmo depois de passarem pelo processo de descontaminação (CORREIO BRASILIENSE, 11/10/1987).

De um dia para o outro, as famílias contaminadas viram todos os seus pertences pessoais transformarem-se em lixo radioativo, além da indiferença dos familiares e da comunidade goianiense. Por outro lado, a ausência de informações concretas a respeito da radioatividade levou a população a negligenciar as vítimas, temendo a contaminação, assim como as consequências da radiação. Oliveira argumenta que “o medo de contaminação pela radiação se espalhou de tal forma pelo país que alcançou inclusive os próprios goianos que passaram a temer a contaminação pelos seus próprios conterrâneos” (OLIVEIRA JUNIOR, 2016, p. 49) e complementa:

As crianças que moravam nos locais próximos aos focos de contaminação tiveram grandes dificuldades em frequentar as aulas em suas escolas, pois eram frequentemente agredidas, ao mesmo tempo, algumas famílias temendo a

contaminação de seus filhos pelos colegas que de alguma forma tiveram contato com pessoas ou locais contaminados, transferiam suas crianças para outras escolas (OLIVEIRA JUNIOR, 2016, p. 49).

Muitas famílias optaram em levar as crianças para o interior, na perspectiva de garantir a segurança dos filhos. As sequelas psíquicas das vítimas atingidas diretamente e indiretamente foram tão devastadoras quanto as consequências físicas da radiação. O trauma vivenciado pelas vítimas da contaminação trazia em seu acontecimento o sofrimento físico e mental, alimentado pelo estigma social criado em torno das vítimas do acidente. Vejamos as afirmações de Odesson, presidente da Associação das Vítimas do Césio (AVCésio):

[...] o preconceito e a discriminação tiveram seu início já durante a quarentena no HGG – Hospital Geral de Goiânia e tornaram-se mais evidentes quando ele e sua família deixaram o Hospital. As crianças se recusavam em frequentar a escola temendo o assédio dos colegas, na empresa de ônibus onde trabalhava como motorista, seus colegas passaram a evita-lo e passaram a se afastar de sua presença (OLIVEIRA JUNIOR, 2016, p. 52).

Odesson relata ainda, que as consequências físicas e psíquicas afetaram toda sua família, que teve cerca de 40 pessoas contaminadas. Seus irmãos faleceram precocemente: Ivo aos 54 anos, pouco depois do acidente radiológico e Devair aos 42 anos, ambos sofreram com a culpa de terem espalhado a radiação por Goiânia, ocasionando transtornos psíquicos, como a depressão e a dependência de álcool e tabaco.

A pressão psicológica vivenciada naquele pelos servidores públicos era composta por um conjunto de situações onde a ausência de informações e a gravidade do acidente radiológico dificultava a comunicação com a população apavorada em meio a tantas incertezas. Suzana Helou (1995, p. 59) aponta que “35% dos profissionais que atuaram durante as fases do acidente disseram ter percebido mudanças em suas vidas afetivas, desde sua ocorrência”, mas mesmo com todo o constante estresse desempenharam as suas funções com muita empatia. A autora salienta que tal postura e dedicação decorreu do:

[...] do sentimento de solidariedade para com os radioacidentados. A psicóloga Maria Emilia Pontes Pereira fez a opção de acompanhá-los as vítimas no HGG antes mesmo de certificar-se sobre a segurança contra possíveis riscos de contaminação: “[...] me veio a questão da solidariedade e o medo ficou menor do que o desejo de ajudar” (HELOU, 1995, p. 59).

As vítimas hospitalizadas sofriam com o isolamento e distanciamento dos familiares, apresentando a ansiedade como um de seus sintomas. Assim, a relação de solidariedade dos profissionais da saúde para com os internados foi fundamental para manter o mínimo de equilíbrio psíquico.

Entre os radioacidentados, obviamente, verificou-se o maior número de pessoas (40%) que relataram mudanças no seu papel social, a partir do acidente. O isolamento, a discriminação e a paralisação das atividades profissionais sofridos por

esse grupo restringiram o inter-relacionamento a ponto de, efetivamente em alguns casos, desfazer importantes círculos de convivência (HELOU, 1995, p. 59).

Dentre os sintomas mais comuns dos acidentados estavam o medo de não conseguirem retomar suas vidas, ansiedade diante das incertezas que os envolviam, depressão, ideações maníacas e negação enquanto mecanismo de defesa. Outra dificuldade encontrada pelos psicólogos diz respeito ao processo transferencial dos pacientes, no qual em primeiro momento, os profissionais não receberam equipamento de segurança, tendo contato direto com as vítimas internadas. À medida em que as informações chegavam aos profissionais procuravam se adaptar aos protocolos de segurança, como manter o distanciamento das vítimas, utilizar equipamentos de segurança, que gerava desconfiança dos pacientes e resistência ao processo terapêutico.

Reafirmamos que os servidores públicos convocados para atuarem no atendimento às vítimas e no combate aos focos de contaminação se tornaram vítimas do acidente radiológico e conseqüentemente vítimas da negligência do Estado, expostos ao preconceito e à discriminação. Durante o período em que a cápsula radioativa esteve alojada na Vigilância Sanitária, vários servidores apresentaram sintomas da contaminação como: diarreia, vômitos, tontura, dentre outros. Somente no dia 30 de setembro do acidente ocorrido, os chefes imediatos orientaram que os servidores contaminados buscassem atendimento no Estádio Olímpico, local onde estava concentrada a equipe de atendimento às vítimas da radiação. Costa (2016) aponta que:

Alguns funcionários receberam notificação para fazer exames médicos, não tendo sido essa notificação estendida a todos. Outros solicitaram à CNEN que seus exames fossem feitos e outros realizaram exames por conta própria em laboratórios particulares. Dos que receberam notificação alguns fizeram, na ocasião, exames de corpo inteiro, urina, fezes, citogenético e micronúcleo, ou apenas um ou outro dentre esses. Os resultados nunca foram oficialmente divulgados aos funcionários (COSTA, 2016, p. 27).

As conseqüências do acidente radiológico eram incalculáveis naquele ano de 1987. O estado de calamidade pública instalava-se em Goiânia. Os trabalhadores eram orientados a buscar atendimento clínico no Estádio Serra Dourada, local em que a CNEN realizava triagem e isolamento das pessoas contaminadas. Observa-se que o Estado criou dificuldades para que parte dos servidores públicos realizassem os exames e obtivessem os laudos conclusivos, tendo que recorrer a laboratórios particulares. Nesse sentido, fica evidente a negligência do Estado ao subnotificar o quantitativo de servidores públicos contaminados pelo césio-137 em 1987. No entanto, as ações movidas por esses trabalhadores junto ao Ministério Público se arrastam ao longo dos anos:

O Ministério Público está revendo a situação de funcionários da Polícia Militar, do antigo Crisa (Consórcio Rodoviário Intermunicipal) e da Comurg (Companhia de Urbanização de Goiânia) que trabalharam na remoção do entulho radioativo e na guarda dos depósitos em Abadia de Goiânia (18 km de Goiânia) (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/10/2001).

Diante da ausência de assistência médica, boa parte dos servidores públicos precisaram entrar na justiça para serem reconhecidos como vítimas, a fim de garantir o direito a indenização, assistência médica e alimentar. O processo para entrar nos grupos de radioacidentados era longo e desgastante. Em 2001, o Ministério Público de Goiás tentou incluir mais 600 servidores estaduais na lista de indenizados para receberem pensão alimentícia, auxílio médico e odontológico.

Em setembro de 2002, a Folha de São Paulo publicou uma matéria apontando o acordo da promotoria junto ao Estado de Goiás, reconhecendo 417 servidores públicos como vítimas do acidente radiológico. Em 2021, ano de rememoração dos 34 anos do acidente com o céσιο-137, ainda é possível encontrar vítimas em batalhas judiciais, conforme matéria publicada no jornal “O Popular”:

Uma idosa de 71 anos conseguiu na Justiça Federal de Goiás o direito de receber uma indenização de R\$ 20 mil após lutar contra um câncer de pele e desenvolver depressão grave, de acordo com laudo médico. Benvina Alves Amado teria se contaminado com Césio-137 ao lavar a farda do marido, Osvaldino Fidencio Amado, bombeiro militar que trabalhou no combate do acidente, em Goiânia, há 33 anos (O POPULAR, 28/08/2021).

O valor da indenização a ser recebida não cobriu todos transtornos materiais, físicos e psíquicos sofridos por Benvina ao longo destes 33 anos. O caso dela denuncia a negligência do Estado no atendimento aos contaminados, e por outro lado, representa a realidade de muitos goianos que ainda hoje buscam juridicamente serem reconhecidos como vítimas da contaminação.

O resultado da batalha judicial obtida por Dona Benvina em 2021 aponta alguns aspectos importantes: 1. A ausência de equipamento de proteção dos servidores públicos, que levou à contaminação direta do bombeiro militar Osvaldino Fidencio Amado, dentre tantos outros; 2. A contaminação indireta dos familiares dos servidores públicos, como ocorreu com Benvina; 3. A subnotificação dos dados apontados em 1987 do quantitativo de vítimas; 4. Ausência de políticas públicas para o atendimento assistencial, médico e psicológico ao reconhecimento das vítimas.

A constatação de negligência do Estado para com os servidores públicos, era acarretada por grande pressão psicológica dos chefes imediatos no atendimento às vítimas. Diante de tantas incertezas, os servidores públicos ainda precisaram lidar com a

superexposição frente às demandas da imprensa: “Os nomes dos funcionários da Vigilância Sanitária de Goiás (VISA/GO) foram veiculados na imprensa escrita, em reportagens com títulos como “Veja a lista dos contaminados”. Os funcionários e suas famílias sofreram discriminação em diversos ambientes” (COSTA, 2016, p. 27).

Os servidores públicos da Vigilância Sanitária carregam consigo o estigma da contaminação, lidam diariamente com o preconceito e discriminação ao serem reconhecidos em locais públicos e no próprio ambiente de trabalho, conforme esclarece Helou (1995):

As pessoas que trabalharam durante o acidente com o cézio-137 passaram a ser “os profissionais das vítimas” e, de certa forma, foram estigmatizadas como tal. Talvez isto tenha sido o bastante para que 18% se referissem a mudança em seus papéis sociais. Afinal, dentre todos os grupos, este foi o que mais sofreu discriminação por parte dos seus colegas de trabalho (36%) (HELOU, 1995, p. 60).

Decorridos mais de vinte anos do “acidente com o cézio-137, funcionários da VISA/GO continuavam discriminados e excluídos de direitos concedidos a outros acidentados” (COSTA, 2016, p. 28). As denúncias feitas ao Ministério Público, apontaram que o número de pessoas contaminadas era bem superior ao estimado. A sequência de irregularidades se fez constante, contudo, a CNEN nega que houve irregularidades. Matéria publicada pelo jornal “O Estado de São Paulo” destaca a ação do Ministério Público de Goiás:

Com as investigações, o promotor Marcus Ferreira Alves, responsável pelo inquérito, pretende estender o reconhecimento aos cerca de cem trabalhadores contratados pela CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) na época para o recolhimento dos dejetos e monitoramento do depósito em Abadia de Goiás. Segundo Alves, o governo estadual e a CNEN demoraram pelo menos 15 dias para fazer o isolamento da área. Nesse período, de acordo com ele, “é impossível calcular o número de pessoas que circularam pelo local e podem ter sido contaminadas” (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/09/2002).

O Decreto Federal nº 81.384¹⁸ de 1978, passou a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar aparelhos contendo elementos radioativos para as secretarias de saúde dos estados da federação, que deveriam seguir normas técnicas desenvolvidas pelo Ministério da Saúde. Em 2001, quatorze anos após o acidente radiológico com o cézio-137, o Governo Federal criou a Lei nº 10.308¹⁹, que torna a CNEN responsável pelo acompanhamento e fiscalização do manuseio de peças radioativas.

Contudo, em entrevista à Folha de São Paulo, o presidente da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente, Paulo Affonso Leme Machado, aponta que o órgão que opera não

¹⁸ Decreto de nº 81.384¹⁸ de 1978: dispõe sobre a Concessão de gratificação por atividades com raios-x ou substância radioativas e outras vantagens, previstas na Lei nº 1.234 de 14 de novembro de 1950. Disponível no site do Jusbrasil.

¹⁹ Lei nº 10.308: dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos. Disponível no site da Presidência da República da Casa Civil.

pode ser o mesmo que fiscaliza, para ter condições de fiscalizar irregularidades no manuseio de peças radioativas. A investigação ocorrida em torno da fiscalização da cápsula radioativa, aponta algumas contradições:

Eles começam fazendo um histórico do acidente e chegam a observar incoerências sobre a última fiscalização da CNEN feita na peça abandonada. Isso porque os proprietários do IGR alegaram que a única inspeção foi feita com a instalação do aparelho, em 1977, ao passo que o diretor executivo da CNEN ponderou que a última fiscalização teria ocorrido em 1982; já o presidente da instituição, Rex Nazaré, afirmou que aconteceu em 1984; finalmente, o diretor da CNEN afirmou que a última inspeção havia sido feita um ano antes do acidente (CABRAL, 2020, p. 66).

As irregularidades percebidas, apontam para a ineficácia brasileira na produção, condução e fiscalização de elementos radioativos. O Brasil, contraria todos os acordos firmados pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)²⁰. Nesse sentido, compreende-se que governos federal e estadual foram os principais responsáveis por vitimar centenas de goianos e servidores públicos no exercício de suas funções.

Foram criadas algumas formas de assistência às vítimas do cézio-137, como por exemplo: indenizações, pensões alimentícias, plano de saúde (IPASGO) e a antiga Fundação Leide das Neves (FUNLEIDE), hoje Centro de Assistências aos Radioacidentados (CARA). Este centro tem como função prestar apoio médico, psicológico, dentre outras atividades, com o intuito de amenizar o sofrimento psíquico e físico destas vítimas. Contudo, a omissão do Estado, ainda persiste diante do repasse das verbas ao CARA, inviabilizando o atendimento e a devida assistência permanente às vítimas e suas famílias.

Os investimentos em pesquisas e meios para atender as vítimas do cézio-137 tinham um período pré-estabelecido para o seu funcionamento. Não era de interesse do estado investir na segurança da população e na qualidade de vida dos radioacidentados. O intuito principal era criar uma falsa expectativa de controle da radiação, visando recuperar a economia de Goiás, que fora afetada com o acontecimento. Wiederhecker e Chaves (1989) argumentam que:

No momento do impacto do acidente, o poder público atuou fundamentalmente sobre os efeitos visíveis e objetivos do problema, para tanto se armando institucionalmente com a criação da fundação “Leide das Neves Ferreira”, que tem os objetivos de dar assistência social as vítimas, direta e indiretamente atingidas; assistência médica às pessoas comprovadamente envolvidas no acidente; realização de estudos epidemiológicos analíticos; criação de programas de pesquisa em física e medicina nucleares e, ainda, promoção de vigilância ecológica. Nove meses após o

²⁰ A AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica – foi fundada em julho de 1957 e é uma organização das Nações Unidas com sede em Viena, na Áustria. Atualmente, 138 nações participam da AIEA, que se identifica como um fórum tecnológico e científico para o uso pacífico da energia atômica e a fiscalização de material apropriado à fabricação de armas nucleares. Disponível no site de agência internacional de energia atômica.

acidente, a atuação da fundação tem, basicamente, se restringido à assistência médica e social das vítimas diretamente atingidas (WIEDERHECKER; CHAVES, 1989, p. 4).

Na busca de informações e/ou documentações detalhadas que apontassem o quantitativo de trabalhadores vitimados naquele ano de 1987, a fim de analisar e compreender quantos servidores públicos foram indenizados, o quantitativo que atualmente ainda recebem algum tipo de assistência no CARA e se existe estratégias para evitar e conter acidentes desta magnitude²¹.

Na página do CARA, localizado no site do governo do estado de Goiás, destaca-se a lembrança dos 34 anos do acidente radiológico, com algumas informações que entendemos ser superficiais, na qual a instituição conta com cerca de 1,2 mil pessoas cadastradas, não havendo informações detalhadas que deixem claro a assistência estadual aos servidores públicos contaminados em setembro de 1987. Por mais que a população goianiense tenha vivenciado de forma coletiva a contaminação com o césio-137, podemos afirmar que os meios de enfrentamentos e elaboração são únicos, diante da vivência experimentada por cada pessoa. Wiederhecker e Chaves (1989) afirmam que o acidente radiológico com o césio-137 atingiu diversos estratos da população de Goiânia e ressaltam que:

[...] o grupo social mais diretamente atingido – que se vê arrancado de sua realidade cotidiana – para vivenciar uma condição específica que lhe é atribuída, a partir desta ocorrência. Essa nova vivência será marcada por relações sociais novas, através dos quais interpretavam o mundo e nele atuavam. Nesse sentido é que se coloca, para aqueles diretamente atingidos pelo acidente, a possibilidade da construção de uma nova identidade (WIEDERHECKER; CHAVES, 1989, p. 7).

Conforme mencionamos anteriormente, as pessoas atingidas com a radiação eram de baixa renda, com pouca escolaridade e servidores públicos destinados a conter a contaminação. Para essa parcela da sociedade o processo de adaptação da nova realidade tem sido marcada por lutas diárias diante do trauma sofrido, conforme exemplifica Helou (1995):

O “velho” – símbolo de segurança, certeza e conhecimento, repleto de investidas afetivas e emocionais – foi subitamente substituído pelo “novo”, sinônimo de desconhecimento, recomeço, reinício. Vivencialmente, este momento é experienciado como um esvaziamento de conteúdo, de significado, de história de vida e de familiaridade. “O que será de mim daqui pra frente?”, “Nunca mais serei a mesma pessoa?”, “Será que poderei voltar a existir como gente?” eram alguns dos questionamentos frequentes entre os radioacidentados, durante a hospitalização, segundo relatam psicólogos que os acompanharam (HELOU, 1995, p. 61).

Recomeçar a vida após essa catástrofe, trata-se de buscar novos significados no mesmo espaço de pertencimento “Goiânia”, várias pessoas precisaram mudar de localidade

²¹ Na busca, de compreensão entorno de ações estratégicas desenvolvidas pelo Estado por meio do Cara, os e-mails enviados até o presente momento não ocorreram devolutivas para que fosse possível analisar as ações do Estado junto a essas vítimas até o ano de 2021.

diante em busca de um recomeço. “O estilo de vida pessoal dos radioacidentados foi brutalmente descaracterizado, pelo menos por boa parte do tempo, uma vez que até mesmo as roupas e objetos pessoais foram substituídos” (HELOU, 1995, p. 61).

A catástrofe ocorrida no final dos anos 1980, não tornou o estado de Goiás diferente das demais regiões brasileiras na necessidade de se desenvolver economicamente. O acidente radiológico passou a ter visibilidade e constituiu motivo de preocupação de vários setores da sociedade goiana, sobretudo, com a imagem de Goiás à época e suas repercussões. De acordo com Wiederhecker e Chaves (1989), naquele momento:

[...] o acidente [foi] transformado em uma questão de interesse geral, mobilizando diferentes setores da opinião pública e, em especial, os empresários que [buscavam] resgatar a imagem da cidade e do Estado, visto que atividades [estavam] sendo atingidas. Para tanto, Estado e empresários [mobilizaram] as universidades locais e a comunidade científica nacional que, por sua vez, [atuaram] em dois níveis, o de favorecer informações mais precisas e segurar à população, procurando diminuir o pânico, e o de desenvolver pesquisa científica tendo como referência o acidente (WIEDERHECKER; CHAVES, 1989, p. 8).

O surgimento de diversos movimentos acadêmicos, jornalísticos, artísticos e de profissionais de áreas distintas, formavam comitês em defesa de Goiânia. Outros movimentos foram se formando como as associações de bairros e das vítimas diretas e indiretas do céσιο-137. No entanto, observa-se que cada movimento buscava reivindicar seus interesses, sem causa comum, deixando o grupo formado pelas vítimas diretas da radiação sem voz. “Frente a isto, alguns de seus membros percebiam que entre eles e as vítimas havia um isolamento físico, emocional, psicológico e, sobretudo, social” (WIEDERHECKER; CHAVES (1989, p. 10).

Nesse contexto se identifica uma situação de miséria urbana, que apresenta duas extremidades, desde o abandono uma cápsula contendo elemento radioativo até a necessidade de sobrevivência dos catadores de materiais recicláveis em abrir a cápsula com a intenção de vender o metal. A contaminação com o elemento radioativo atingiu diretamente indivíduos pertencentes a classe trabalhadora, mesmo assim, o Estado optou por minimizar o ocorrido em Goiânia ao invés de investir em políticas públicas de contenção e ações estratégicas em situações emergenciais, bem como fomentar a prevenção para evitar eventos como este e a reflexão sobre tal questão em termos de desenvolvimento social.

No âmbito da cultura, não falar sobre os fatos que geram grande impacto social é uma forma de silenciamento do Estado diante das necessidades da classe trabalhadora e não foi diferente em relação ao acidente radiológico com o céσιο-137 em Goiânia. Em um primeiro momento vislumbra-se que o adoecimento de parte da população não contava com

ações estratégicas por parte do Estado para lidar com as situações de emergência. No entanto, mesmo após ter ciência da radiação que espalhava pela cidade, o governo de Goiás optou por ocultar informações concretas e dificultou o atendimento médico aos trabalhadores contaminados.

É de interesse governamental a estratégia de silenciar as vítimas para que se caia no esquecimento. Assim, chama atenção o fato de o museu Leide das Neves, que homenageia as vítimas desta catástrofe, não ter saído do papel. Outro aspecto a ser ressaltado é que no local do prédio do IGR, hoje Centro de Convenções de Goiânia, não há nenhuma menção ao acidente radiológico com o céσιο-137, seja em forma de placa, objeto artístico ou outra qualquer, caracterizando o silenciamento deste evento histórico.

O Estado enquanto estrutura autoritária colabora com o silenciamento para o esquecimento do acidente radiológico, o que significa uma negação do trauma, pois mexer nisto implica compromisso com a memória coletiva e se desdobra em propor políticas de saúde integradas para lidar com a demanda gerada diante do sofrimento social. Tal silenciamento é expresso pela ausência de informações públicas por parte do Estado, da disponibilização de arquivos de domínio público, com documentos que apontem para a quantidade de trabalhadores contaminados, o nível de radiação obtida, os tipos de sequelas desenvolvidas. Além do número óbitos ao longo desses 34 anos em consequência da radiação, quantos foram indenizados e os que ainda recebem algum tipo de apoio do Estado. A sistemática de informações apontadas deveria ser parte da política pública, mas não é o que se verifica.

4.2 Não Preocupação do Governo Goiano com os Radioacidentados pelo Césio-137

Historicizar o acidente radiológico com o céσιο-137, ocorrido em Goiânia em 1987, nos remete à sua complexidade, trabalho que implica olhar aspectos políticos das classes dominantes, assim como suas ações durante e após a tragédia. Os apontamentos de Okuno (2013) apontam a distinção existente entre os conceitos de acidente e incidente, contribuindo para o entendimento da tragédia. Para o autor, o conceito de acidente remete a algo súbito, não planejado, podendo ocorrer por falha humana e gerando consequências às pessoas e/ou ao meio ambiente. O incidente, se refere a algo inesperado, mas não causa nenhum dano.

A distinção mencionada por Okuno (2013) obedece a níveis e/ou escalas, sendo considerado incidente os níveis de 1 a 3, em que não há vítimas fatais e acidente na variação de 4 a 7, em que se verifica pelo menos uma vítima fatal por radiação. De acordo com a

classificação da Escala Internacional de Eventos Nucleares e Radiológicos (INES)²², o acidente com o céσιο-137 foi de nível 5.

Não é demasiado reafirmar que o discurso do Estado é sempre marcado por sua defesa, mantendo sua posição autoritária se distanciando do reconhecimento dos erros de gestão governamental, cabendo aos cientistas esclarecer a gravidade e as consequências da radioatividade. Os fatos analisados ao longo desta pesquisa apontam contradições e falhas humanas dos governantes em um país em desenvolvimento que tem como principal interesse o crescimento econômico.

A gravidade do ocorrido em Goiânia nos remete ao acidente nuclear de Chernobyl, ocorrido em abril de 1986, que impactou o mundo diante de sua extensão, pois até o ano de 2005, cerca de 125.000 pessoas teriam sido atingidas e 15% morreram. Em pouco mais de um ano após a tragédia ocorrida na Ucrânia, nenhuma medida de segurança foi estabelecida no Brasil e o acidente com o céσιο-137 em Goiânia, impactava mundo novamente. As lembranças ainda presentes nas memórias das pessoas do maior acidente radiológico do mundo, cedia espaço a mais uma nova tragédia, configurando o segundo maior acidente nuclear do mundo.

Na concepção de Chaves (1998, p. 20) para que possamos entender a ocorrência do acidente com o céσιο-137 e seus impactos sobre público em geral demanda o nosso afastamento no espaço e no tempo que seja possível a compreensão para além dos aspectos aparentes das “causas que influíram subjetivamente na forma como a população se relacionou com o evento. Trata-se de compreender, também, como ele se coloca como uma ameaça generalizada, pois pode acontecer a qualquer momento e em qualquer lugar”.

O jornal “O Estado de São Paulo”, em 1987, apontava que a comunidade científica seguia na tentativa de auxiliar o Estado a lidar com a gravidade da radioatividade e na tentativa de controlar a sua propagação. Contudo, as ações negligentes do Governo Federal e a omissão com a gravidades do ocorrido não corroboravam para a segurança dos profissionais envolvidos no processo de contenção aos focos de contaminação. Nessa direção, Chaves (1998) afirma que a:

[...] CNEN não estava aparelhada para emergência nuclear, fontes da comunidade científica do Rio afirmavam que os primeiros técnicos enviados pela CNEN à Goiânia não tinham equipamentos, nem indumentárias apropriadas e cometeram erros nos procedimentos de emergência. Os problemas foram corrigidos com o

²² INES é usada pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para explicar ao público e aos meios de comunicação a gravidade de acidentes nucleares, como o ocorrido na usina nuclear de Fukushima Daiichi, no Japão, após o terremoto e o tsunami de 11 de março de 2015.

tempo, em muitos casos, com a ajuda da equipe de emergência de Furnas (CHAVES, 1998, p. 110).

Outro fator observado por Chaves (1998) se remete à responsabilidade dos gestores da CNEN, devido à ausência de fiscalização e acompanhamento com o ocorrido, visto que os:

[...] cientistas da área nuclear acreditavam que o acidente de Goiânia poderia ter sido evitado se a CNEN tivesse mandado um fiscal para verificar o que estava acontecendo, já que teria enviado duas cartas aos proprietários do IGR, sem obter respostas. [...] a CNEN deveria ser dividida em duas entidades: a primeira, para fiscalizar e controlar as atividades nucleares no país e a outra para desenvolver as pesquisas do programa nuclear; posição idêntica à que apareceu na matéria “Archer quer dividir a CNEN” (CHAVES, 1998, p. 110).

A comunidade científica já realizava discussões em torno da utilização e gestão de energia nuclear no Brasil, no entanto, havia resistência por parte governo federal. A sobreposição dos cargos de gestão da CNEN dificultava a tomada de decisões eficientes, observando que naquele momento o órgão que fornecia era o mesmo que fiscalizava o uso da energia nuclear no país. De outro modo, a CNEN teria tido condições técnicas necessárias para que fosse evitado o acidente radiológico em Goiânia, caso a política de controle fosse aplicada de forma atenta aos entes da federação.

Em 1987, os físicos Alfredo Aveline²³ e José Goldemberg²⁴ pertencentes à comunidade científica, relatavam em seus artigos e entrevistas concedidas aos jornais da época o esforço de alterar as regras de fiscalização junto a CNEN e apontavam a responsabilidade do órgão quanto ao acidente radiológico. De acordo com Goldemberg (apud CHAVES, 1998):

[...] ela resultava na incorporação, em seus quadros, de um número expressivo de militares aposentados que não possuíam a qualificação técnica para os postos assumidos e da subordinação desta instituição à tutela militar. Isso, por sua vez, acobertava-a com um grau excessivo de segredos e provocava o afastamento das lideranças científicas civis, motivos que levaram ao surgimento de uma suspeita generalizada em relação a seus objetivos (CHAVES, 1998, p. 112).

Podemos observar que o físico denunciava a ausência de profissionais qualificados na gestão dos procedimentos junto a CNEN, compreendendo que os resquícios da ditadura militar ainda eram presentes na estrutura governamental do país. O físico Pinguelli Rosa²⁵ em

²³ Alfredo Aveline: Físico, com bacharelado e mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi professor de física de 1969 a 1994. Dedicou-se especialmente ao exame da física quântica. Disponível no site centro de Estudo Budistas.

²⁴ José Goldemberg: Físico, professor universitário, pesquisador e gestor público respeitado em diferentes segmentos sociais, entre intelectuais, políticos e acadêmicos. Dedicado ao mundo das ciências ocupou inúmeros cargos relevantes no Estado de São Paulo e no Governo Federal. Um expoente em temas complexos que vão desde física nuclear, política energética, educação, economia, filosofia, desenvolvimento científico/tecnológico e meio ambiente.

²⁵ Luiz Pinguelli Rosa: Graduado em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1967), Mestre em Engenharia Nuclear pela COPPE/UFRJ (1969), Doutor em Física pela Pontifícia Universidade Católica do Rio

entrevista a emissoras de televisão de cadeia nacional, denunciava as ações dos militares, como aponta Chaves (1998, p. 118): “a omissão do Gabinete Militar da presidência da República, em relação ao acidente de Goiás, era a prova de que o comando da política nuclear brasileira não funcionava, da forma como estava, sob a direção dos militares”, denunciava ainda que:

[...] a CNEN vinha acumulando, simultaneamente, as funções de fomento à pesquisa e de fiscalização das atividades nucleares desenvolvidas nos países. Nos anos recentes, a função de fiscalização fora colocada em plano extremamente secundário, restringindo-se à fiscalização das instalações nucleares, o que deixava a população a riscos provenientes dos aparelhos ionizantes utilizados na medicina, na engenharia e nas pesquisas, conforme ficara evidente nos acontecimentos de Goiânia (CHAVES, 1998, p. 123).

A prioridade dos militares era investir na utilização de minérios atômicos como o urânio e reutilização do plutônio para a fabricação de armamentos bélicos. Com o fim do acordo de investir em armamento bélico, Brasil e Alemanha mantiveram um acordo paralelo²⁶ para investirem em pesquisas sobre o urânio. As ações autoritárias de controle brasileiro sobre a utilização de energia nuclear eram visíveis, acirrando os conflitos entre a comunidade científica e os militares presentes no governo. É claro que o real interesse das forças armadas brasileira era tornar o Brasil, uma potência militar-bélica.

A monopolização sobre o manuseio e utilização de energia nuclear dos militares não abria brecha para que a comunidade científica atuasse junto à CNEN, evitando tragédias como o acidente radiológico em Goiânia. A incapacidade militar de gestar a energia nuclear no Brasil se caracterizou por uma sequência de falhas técnicas, marcada pela omissão e descrédito popular.

Chaves (1998) afirma que o físico Alfredo Aveline, em entrevista à “Folha de São Paulo”, em 1987, apontava a necessidade de discutir a produção e utilização de energia nuclear no Brasil. Produziu um relatório apontando as falhas encontradas na estrutura da CNEN e a necessidade de reestruturação do órgão. Entre suas observações, destacava a inviabilidade do órgão para que promovesse e fiscalizasse a energia nuclear no Brasil e que as secretarias de Estado não contavam com recursos técnicos e científicos de fiscalização.

de Janeiro (1974). Foi Diretor da COPPE/UFRJ por 04 mandatos e é ex-presidente da Eletrobrás. Disponível no site de programa de planejamento estratégico.

²⁶ Acordo paralelo: de acordo com Chaves (1998), a decadência do acordo firmado entre Brasil e Alemanha nos anos de 1970, os militares brasileiros deram início ao Programa Nuclear Paralelo, que tinha como intuito desviar verbas de pesquisas em energia nuclear para a produção de armamentos bélicos. O acordo foi firmado após o Brasil ter sido obrigado a assinar o Acordo para a Aplicação de Salvaguardas entre o Brasil, a República Federal da Alemanha e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), garantido o acordo nuclear com a Alemanha.

Ainda concernente ao relatório, Aveline, denuncia o fato de que a CNEN subestimou a gravidade do acidente radiológico em Goiânia, assim como as consequências da radiação. Chaves (1998, p. 113) aponta na conformidade das afirmações do físico “que entre 20 a 40% do Césio-137 liberado pelo cabeçote do IGR jamais seriam recuperados e que continuariam em contato com as pessoas”. O despreparo governamental era total, pois os militares não tinham formação técnica/científica adequada para gestar um órgão de alta complexidade como a CNEN – conforme apontado anteriormente.

O acidente com o césio-137 poderia ter ocorrido em qualquer outro estado, diante da ausência de fiscalização da CNEN, deixando a população brasileira à mercê de um acidente de alta periculosidade. Portanto, houve negligência do Estado em âmbitos públicos federal (CNEN), estadual e municipal (Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária), e privado (IGR) para com os goianos quanto a manipulação, utilização e fiscalização de energia nuclear no em nosso país.

A Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) realizou pesquisa para avaliar a percepção geral de saúde dos radioacidentados três anos após o acidente em Goiânia. O instrumento de pesquisa utilizado foi o Questionário de Saúde de Goldberg (QSG)²⁷, levando em consideração os grupos de pessoas irradiadas, o sexo e a condição socioeconômica. Dentre os vários aspectos observados, os sintomas relacionados à angústia se fizeram presentes: De acordo com Miranda et al. (2005):

Os problemas de saúde apontados por 54,6% das pessoas contaminadas e por 50% das pessoas irradiadas, foram as maiores preocupações à época do acidente. São relatados o medo da própria morte e/ou da morte de familiares, o medo das autoridades, o medo de ficar deficiente, a incerteza quanto ao futuro, o aumento da dependência, a crise financeira, a desatenção das autoridades e a discriminação (MIRANDA, et al., 2005, p. 66).

Os traumas vivenciados pelas vítimas do césio-137 geraram grandes danos psíquicos que as acompanham permanentemente. Como podemos observar no excerto acima o medo das autoridades se associam às incertezas quanto ao amparo do Estado para com as suas condições socioeconômicas, na medida em que confrontados os entrevistados. Mesmo diante de todo sofrimento vivenciado naquele momento, as vítimas compreendiam que havia negligência do Estado.

²⁷ QSG foi criado em 1972. Goldberg elaborou um questionário de apuração objetiva para avaliar o nível de saúde mental de sujeitos adultos normais – o QSG. Este instrumento produz um escore que expressa a severidade de distúrbios psiquiátricos não psicóticos. Disponível no site Questionário de Saúde Geral de Goldberg (QSG): Adaptação Brasileira.

Confrontados com a temática da responsabilidade pelo acontecimento do acidente, os agentes centrais do evento tinham uma posição solidária a respeito, e ela apontava para duas instâncias: os médicos, por terem abandonado o aparelho em local impróprio, e a CNEN, por não ter exercido sua função de fiscalização (CHAVES 1998, p. 162).

Chama atenção, o fato de que por mais que as vítimas fossem leigas em se tratando de energia nuclear e a burocracia que a envolve, todas apontavam ter consciência de quem era a responsabilidade do acidente radiológico em relação ao adoecimento físico e psíquico da sociedade goianiense. Em um primeiro momento a imprensa marginalizou Wagner e Roberto por terem retirado a cápsula radioativa do IGR, mas de acordo com as informações que foram surgindo os reais responsáveis foram identificados.

A imprensa em muitos momentos atuou de forma sensacionalista, disseminando o pânico entre a população, por outro lado, também teve uma importante função enquanto agente informativo para a comunidade goiana diante da gravidade do acidente. “Os meios de comunicação não cessavam de anunciar a possibilidade de mortes entre os atingidos pelo cézio-137 e a possibilidade de que as dimensões do acidente fossem muito maiores do que as autoridades admitiam” (CHAVES, 1998, p. 56). O mercado imobiliário local foi duramente atingido com as consequências da radiação, conforme aponta Chaves (1998):

Na esteira do pânico, foi atingido o mercado imobiliário das áreas afetadas e suas mediações. Habitações que foram desocupadas pelo medo da contaminação, bem como outras que já se encontravam em processo de venda ou aluguel tiveram seus valores reduzidos a preços irrisórios, sem que surgissem interessados em concretizar os negócios (CHAVES 1998, p. 162).

Mesmo aqueles que não estavam contaminados foram afetados pelos desdobramentos da contaminação com o cézio-137. A desinformação que disseminou o pânico entre a população, levou as pessoas a fugirem dos comércios próximos das áreas dos focos de contaminação. Outro setor que teve dificuldade em manter as atividades foi a educação, pois os diretores das escolas localizadas na área de contaminação e os pais temiam pela segurança de seus filhos. Helou (1995, p. 57) argumenta que 56% dos profissionais que atuaram efetivamente no “acidente radioativo, o acontecimento proporcionou mudanças no campo profissional, obviamente significativas, se forem considerados o ineditismo e a excepcionalidade da situação em que todos se envolveram”.

Ao entrevistar a um grupo de vítimas, Helou (1995) constatou que para uma parcela dos servidores públicos era impossível seguir adiante e fingir que nada aconteceu. As mudanças repentinas estavam presentes nas vidas da população atingida, assim como os profissionais foram marcados pelo preconceito encontrado nos setores que atuavam. A maioria dos profissionais precisou mudar de setor, outros foram afastados pelo acometimento

de vários tipos de doenças. Suas condições de saúde afetaram drasticamente os convívios social e afetivo. Nessa direção, Miranda et al. (2005, p. 67) apontam que “após o acidente, as pessoas que exerciam funções externas foram aposentadas, e indicam como razões para não voltarem ao trabalho, principalmente, os problemas de saúde e a discriminação: 72,2% avaliaram sua situação de trabalho como pior que antes do acidente”.

Segundo Bittencourt (2005), a série de inconstância de informações, deve-se ao fato de que, desde 1978 a fiscalização era de responsabilidade das Secretarias Estaduais de Saúde. Contudo, a diretrizes desenvolvidas pela CNEN, somente passaram a vigorar a partir de dezembro de 1989, ou seja, dois anos após o acidente radiológico com o césio-137. Cabe denunciar que os órgãos competentes pelo monitoramento do uso de energia nuclear no Brasil ficaram aproximadamente doze anos sem fiscalização, o que aponta para a falta de interesse do Estado em investir em políticas públicas neste setor.

Ainda segundo Bittencourt (2005), 87% dos desastres deste tipo ocorrem em países em desenvolvimento, o que indica ausência de formas de preparação e planejamento estatal para lidar com eventos trágicos. Portanto, complementa o autor que:

Contornar crises como essas requer uma estrutura de Estado forte que dê conta de prestar assistência a toda população de forma igualitária, rápida e eficiente. Não é o que se observa neste conjunto de países: em pleno século XXI, os problemas sanitários persistem de forma grave e as redes de assistência à saúde estão atrofiadas. É fácil deduzir que são as classes sociais mais baixas as mais afetadas, as que enfrentam as maiores dificuldades para ter acesso à rede assistencial (BITTENCOURT, 2005, p. 1).

Conforme destacado no fragmento acima, na maioria dos casos de crises sanitárias as regiões mais pobres geralmente são as mais afetadas e sua população tem de lidar sozinha com as perdas materiais e os danos emocionais em decorrência da falta de estrutura e suporte do Estado. Reiteramos que quando ocorreu o vazamento do elemento radioativo em Goiânia, os brasileiros ainda tinham presente em suas memórias o acontecimento de Chernobyl em 1986 e o incidente ocorrido no laboratório em Angra dos Reis, em 1985. Mesmo com as experiências de acidentes nucleares/radiológicos, os países não buscaram investir em medidas preventivas de segurança. Nas palavras de Bittencourt (2005):

A sensação de insegurança causada pelo comportamento vacilante desses sujeitos deixou marcas profundas na população, anos depois do evento. O jornal “O Popular”, em pesquisa realizada em 1997, revelou que 53,6% da população goianiense ainda temia os efeitos tardios do Césio-137. Paira também o temor da reincidência, da possibilidade de reviver um período que foi bastante difícil para cidade, visto que a sensação geral é a de que o despreparo, apesar de tudo, continua (BITTENCOURT, 2005, p. 3).

Reafirmando os nossos apontamentos anteriores não há em Goiânia, menções de respeito e consideração às vítimas que sofrem com as consequências da radioatividade e aos entes perdidos na tragédia. Bittencourt (2005, p. 3) destaca o posicionamento do representante do Estado de Goiás: “o governador da época, Henrique Santillo, previa que, por todas estas razões, corríamos o risco de não apreender nenhuma lição desta tragédia. Ao que parece, ele tinha toda razão”.

A principal preocupação do governador era restabelecer a imagem de Goiás e de Goiânia em âmbitos nacional e internacional e para tanto era preciso dar um destino para o rejeito radioativo. O propósito inicial foi de transferir o lixo radioativo para outra unidade da federação, mas houve a total rejeição de seus respectivos governantes políticos. A solução foi de armazenar os rejeitos no próprio estado, mas fora da capital. “A matéria “Lixo fica em Goiás” indicava que o governador havia sido isolado. A área para a construção de um depósito provisório, ou transitório, havia sido indicada e situava-se a 25 quilômetros da capital” (CHAVES, 1988, p. 193).

Conforme mencionamos na terceira seção desta dissertação, as estratégias governamentais de silenciamento sobre a tragédia tinham motivações políticas, atreladas à visita do presidente da República José Sarney, sob a justificativa de que as vítimas hospitalizadas não representavam risco de contaminação. O então governador de Goiás, Henrique Santillo, afirmava em rede nacional de veículos de comunicação, que estava tudo sob controle e que as pessoas podiam restabelecer a rotina de suas vidas, minimizando a gravidade e os riscos ainda presentes em Goiânia.

Para que as ações governamentais tivessem sucesso era necessário envolver a sociedade civil que, por seu tempo se “organizou-se mais diretamente em torno de um objetivo específico: resgatar a imagem da cidade. Isto é, promover ações que viabilizassem eliminar o estigma que abatia sobre os produtos e a população do Estado, proporcionando à normalidade das atividades econômicas” (CHAVES, 1998, p. 204). A necessidade de reconstrução da imagem goiana mobilizou os setores mais atingidos economicamente: o comércio, a indústria e a agropecuária se uniram neste empreendimento. Essa ação mobilizou outros seguimentos civis a fim de recuperar economicamente o estado de Goiás. O setor acadêmico, de sua parte, se dedicou de forma ativa na compreensão do acidente radiológico em Goiânia. Chaves (1998) afirma que a:

[...] atuação desses setores, recursos foram arrecadados entre as empresas do Estado, financiando a vinda de cientistas independentes que atuaram como consultores do governo estadual, ou viabilizando ações como a ação do Núcleo de

Acompanhamento dos Efeitos do Acidente Radiológico de Goiânia, criado pela Universidade Federal de Goiás para promover ações concretas de ajudar à população atingida pelo acidente, em colaboração com os poderes públicos, segundo declaração de seu reitor ao jornal “O Popular”, de 21 de outubro, à página 6, na matéria com o título “UFG analisa consequências” (CHAVES, 1998, p. 205).

A Universidade Federal de Goiás (UFG) aclarava que os interesses acadêmicos eram pautados pela gravidade do acidente e os efeitos psicossociais causados às pessoas atingidas diretamente e indiretamente césio-137. Nesse contexto, fica evidente que os vários setores compostos pela sociedade civil estavam dispostos a minimizar as consequências da radiação em Goiânia, contudo, com propósitos diferentes.

As diversas ações empreendidas visavam amenizar a real intensidade do acidente com o césio-137, com vistas a abrandar as suas consequências sociais e econômicas, omitindo a negligência governamental. A ausência de ações estratégicas preventivas e de contenção para lidar com situações extremas por parte dos governos federal e estadual, condenou homens, mulheres e crianças a sequelas que se estenderam para as gerações futuras. Mesmo aqueles que não vivenciaram o acidente com a cápsula radioativa, carregaram consigo as sequelas físicas e o estigma da radiação. No entendimento de Bittencourt (2005), a:

[...] segunda geração de crianças e adolescentes hoje busca espaço e inserção social e tenta – apesar do eterno medo de doenças causadas pela radiação, da perda de familiares dizimados pela contaminação, da discriminação e da marginalização a que foram legados pelo Estado (no claro descumprimento do compromisso firmado de assistência) – estabilizar suas vidas, trabalhar, se sustentar e constituir família (BITTENCOURT, 2005, p. 4).

As gerações seguintes nasceram sob o estigma do abandono do poder público e marginalizadas pela sociedade. Compreende-se que no primeiro momento o Estado conseguiu atender parte da população, em especial, aqueles em estado mais grave, mas por outro lado, constata-se a negligência do governo de Goiás para com os servidores públicos e seus familiares. As consequências do acidente são irreversíveis e suas vítimas carregam em seus corpos as marcas da tragédia, como é o caso dos indivíduos com maior nível de radiação, tendo sido isoladas e submetidas a amputações de membros, consequência das graves lesões causadas pela radiação, que na maior parte dos casos estavam concentradas nas mãos e pés dos pacientes.

É fato que o estresse sofrido por aqueles homens, mulheres e crianças goianienses, naquele setembro de 1987, perdurará por várias gerações. Vivenciar o acidente radiológico foi algo “novo”, a comunidade estava lidando com perigo invisível, que gerou grande instabilidade econômica, social e psicológica. Três anos após o acidente, a pesquisa de Miranda et al. (2005, p. 69) revelou os seguintes problemas das vítimas: “nervos, saúde física,

medo de morte, preocupação com efeitos do acidente, medo de lesões como consequência do acidente, medo do retorno de lesões, nível de tensão etc.”. O presidente da associação das vítimas do césio-137 (Sr. Odesson), relata a negligência do Estado de forma relativizada ao apontar a criação da Superintendência Leide das Neves (SULEIDE) em substituição à Fundação Leide das Neves (FUNLEIDE):

[...] Segundo Odesson, não foi apenas uma mudança de nome, [pois] na FUNLEIDE, as vítimas recebiam tratamento especializado, com equipe de médicos formada especialmente para atender naquelas circunstâncias singulares, que contava ainda com psicólogos próprios e rede de assistência social (BITTENCOURT, 2005, p. 8).

A estrutura montada para atender os radioacidentados foi sendo reduzida com o passar do tempo, ou seja, a criação da SULEIDE (1999), como aponta o Sr. Odesson não representou apenas uma mera alteração na nomenclatura da instituição, mas a substancial redução da equipe profissional que atendia os radioacidentados. Os atendimentos especializados às vítimas do césio-137 foram transferidos para o Hospital Geral de Goiânia (HGG), que não dispunha de estrutura mínima para o atendimento deste público específico. Outro aspecto observado foi a redução do quantitativo de radioacidentados com direito ao tratamento público, pouco mais de 500 pessoas. As afirmações de Bittencourt (2005) destacam que:

A extinção da FUNLEIDE marcou um período em que a atuação da Fundação jamais esteve imune às variações políticas que ocorriam com a alternância de grupos no poder. Por isso, variava com frequência entre a ação meramente assistencialista e o comprometimento com a pesquisa. Este aspecto dificultou bastante a atuação da equipe de profissionais da saúde (BITTENCOURT, 2005, p. 8).

O governo estadual ao alterar os nomes da instituição responsável pelo atendimento aos radioacidentados, diminuiu os recursos especializados como a redução da equipe profissional, verbas e medicamentos para a assistência necessária às vítimas, o que reforça as nossas reflexões acerca da negligência e desamparo dos radioacidentados por parte do estado de Goiás. Nesses termos, Bittencourt (2005, p. 9) ressalta que “em Goiânia, especificamente, e no país, o evento analisado não desencadeou um esforço por parte do Estado para o fortalecimento de instituições de proteção ambiental, educação, pesquisa e assistência social”.

O Estado não construiu políticas públicas que visassem estratégias de contenção, contingenciamento, assistência, planejamento e prevenção com a experiência vivenciada, conforme aponta Chaves (1986):

O acidente demonstrou que o país, que naquele momento vivia seu processo de redemocratização, ainda mantinha intactas amplas e estratégicas estruturas burocráticas para defesa dos interesses militares, em relação aos quais qualquer

posição em contrário, tanto da opinião pública quanto da comunidade científica, tinha dificuldade de ser incorporada (CHAVES, 1986, p. 131).

O acidente radiológico em Goiás e seus desdobramentos políticos, econômicos, sociais deixaram de considerar em materialidade as consequências negativas àqueles direta ou indiretamente envolvidos no evento, ou seja, pessoas que buscavam na coleta de materiais descartáveis um meio para assegurar a manutenção da existência foram afetadas pelos efeitos da radiação na área de contaminação, os profissionais que se dedicaram de forma efetiva ao trato e cuidado com as vítimas do césio-137. As classes dominantes que detêm os poderes político e econômico em nosso país se ocuparam e se ocupam sempre da defesa de seus interesses.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que este espaço é destinado às nossas últimas reflexões, mas não poderíamos nos furtar a disponibilizar informações relativamente recentes sobre o ocorrido em Goiânia na década de 1980. A pesquisa empreendida pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em 2017, assentada em dados disponibilizados pela Associação de Vítimas do Césio-137 (AVCésio), indicam que 66 pessoas monitoradas morreram em decorrência da radiação e muitas pessoas contaminadas não foram reconhecidas radioacidentadas, mas destacam que o quantitativo pode ser ainda maior. Decorridas mais de três décadas do acidente radiológico, as pessoas contaminadas continuam desamparadas, na conformidade do contido no relatório:

Na solenidade de abertura do lançamento do Fórum, em 24 de abril de 2017 na ALEGO, Suely Lina de Moraes, presidente da AVCésio, reivindicou do Poder Público maior amparo aos associados, pois passados 30 anos, o acidente ainda pode ter consequências gravíssimas para as vítimas. Ela explica que a AVCésio, até 2017, tinha 1.200 pessoas associadas, sendo que 16 delas recebiam R\$ 1.560,00 de pensão e o restante recebia R\$ 780,00. Todos temos problemas de saúde e muitos dos médicos não sabem dar diagnóstico para nós. Antigamente, eles davam remédios a todas as vítimas, agora não fazem isso mais e não temos condições de pagar, pois a pensão é mínima (FIOCRUZ, 2019, s/p).

Na transição dos tempos surgiram associações voltadas para atender às necessidades das vítimas do césio-137, que ganharam força junto ao Ministério Público para que não ficassem totalmente esquecidos pelo Estado. Algumas conquistas obtidas ao logo do processo pelas pessoas contaminadas se fizeram, mas a luta continua em busca das devidas indenizações. Nem todos obtiveram êxito nos processos contra o Estado, que insiste em negligenciar os direitos das pessoas atingidas pela radiação, inaugurada no governo de Henrique Santillo e eternizada nas gestões seguintes.

Cabe apontar que várias pesquisas sobre a temática foram empreendidas, mas não se ocuparam das relações do poder político, econômico e social no que se remete aos direitos dos servidores públicos que se desdobraram para atender as vítimas do evento e, que por seu tempo, também foram vitimados e, infelizmente, continuam à margem da assistência do estado Goiano e, aqui estendemos a nossa insatisfação à não ocupação da federação com a questão.

Buscamos investigar e analisar a materialidade dos acontecimentos históricos para que pudéssemos entender na luta de classes no interior da sociedade capitalista que se faz e refaz na defesa dos interesses das classes dominantes. Pudemos observar que no transcorrer dos tempos pouca atenção e preocupação é dispensada às classes subalternas, basta observar

os acordos efetuados internamente quanto externamente como aquele citado neste trabalho entre Brasil e Alemanha. No decorrer de nossas investigações e análises nos deparamos com inúmeras dificuldades para encontrar documentos sobre a temática pesquisada, em especial, a pequena quantidade de documentos oficiais quanto aos servidores públicos contaminados pela radiação, o que expressa o silenciamento das vozes e a despreocupação das instâncias governamentais com o ocorrido.

Destacamos, que dentre as dificuldades encontradas de acesso presencial/material nos órgãos estaduais, lidamos com as determinações legais do distanciamento pessoal imposto pela pandemia do covid-19. Nesse sentido, conforme apontado, buscamos a utilização dos recursos tecnológicos, e-mails foram enviados aos profissionais responsáveis pelas instituições que atuaram na contingência do acontecimento, com o propósito de obter documentos e, portanto, informações para apoiar a nossa pesquisa, mas o retorno foi pequeno e nos encaminhamos para a abordagem e análise dos estudos realizados sobre a temática.

O acidente com o céσιο-137 poderia ter ocorrido em qualquer lugar do Brasil ou do mundo, mas se fez em Goiânia, relativamente distante das instituições que supostamente tinham por função o resguardo da ocorrência de um acidente de tal magnitude, ou seja, a CNEN, sediada no Rio de Janeiro e, diga-se de passagem, deficiente de equipes técnicas e especializadas capazes de conduzir acidentes de tal magnitude.

O céσιο-137 de Goiânia configura – reafirmamos – como o segundo maior acidente radiológico do mundo. Cabe ressaltar, que não estamos nos referindo ao discurso oficial do “furto” de uma cápsula contendo elemento radioativo de alta periculosidade na tentativa de incriminar dois indivíduos catadores de materiais recicláveis para acobertar o evento, ou seja, a criação de “bodes expiatórios” para ocultar a verdadeira face dos interesses das classes dominantes por seu descaso e incompetência.

Não há como negar a interferência dos militares na ocultação dos fatos, independente do retorno à democracia em nosso país, mas esta é uma discussão que não cabe na finalização deste estudo. Os recursos destinados à pesquisa em tal seguimento também foram negligenciados na conformidade dos acordos bilaterais estabelecidos com outros países sob a suposição de promover o desenvolvimento econômico de nosso país.

Os esforços das instâncias de poder insistem em minimizar e/ou ocultar as consequências da tragédia ocorrida em Goiânia. Insistimos nos apontamentos de que até o presente momento nenhuma menção de respeito ou consideração às vítimas foi proferida

pelas instâncias de poder. Até o presente momento instituições como o museu Leide das Neves, que tinha o intuito homenagear as vítimas fatais e as que sofrem com as consequências da radiação nunca saíram do papel, numa clara alusão ao descaso do Estado.

Portanto, podemos afirmar que nunca foi de interesse do Estado reconhecer suas falhas, se esquivando de sua responsabilidade e minimizando o impacto sofrido na vida de centenas de goianos. As pessoas afetadas e seus descendentes sofreram e ainda sofrem com as consequências, física, emocional, cultural e social, e dificilmente conseguirão reestabelecer suas vidas por inteiro diante do trauma sofrido.

Os servidores públicos contaminados no exercício de suas funções no atendimento às vítimas ou no processo de contenção dos focos de contaminação não sabiam ao certo o que estavam enfrentando, assim, não compreendiam a importância do trabalho que estavam executando naquele momento. Os servidores públicos municipal, estadual e federal foram para a guerra contra um inimigo invisível sem proteção e lutaram bravamente para proteger a população de Goiânia.

Após a batalha, muitos desses servidores públicos adoeceram gravemente vindo a óbito e os que sobreviveram tiveram que lidar com doenças como o câncer, transtornos emocionais etc. As consequências da radiação estavam atreladas à dor do próprio adoecimento e dos seus familiares, além do preconceito vivenciado nos locais de trabalho e nas regiões que moravam, tirando-lhes seu lugar de pertencimento.

O resgate do processo histórico do césio-137 partiu da perspectiva de dar voz a esses indivíduos que foram expostos ao desamparo e à morte, arriscando suas vidas para salvar outras vidas, mesmo em condições com pouca informação e equipamentos de proteção. Trata-se de reconhecer o duro trabalho que estes homens e mulheres fizeram naquele ano de 1987 que transformou para sempre as suas vidas.

6 REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**: nota obre os aparelhos ideológicos do Estado (AIE). 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/mQtGPDfjR85HxSSLtmgCzbM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13/08/2021.
- BITTENCOURT, Alexandre Marquez. Césio 137: relatos da segunda geração do maior acidente radiológico da história. **GEPAL/UEL**, Londrina, 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/alexandrebittencourt.pdf>>. Acesso em: 29/05/2021.
- CABRAL, Larissa Mendanha. **Narrativas diversas, memórias em disputa**: as instituições (Funleide, Suleide e Cara) criadas pelo governo do Estado de Goiás após o acidente com o Césio-137 (1988-2011). 2020. 190f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10618>>. Acesso em: 26/05/2021.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, Daniele Roberta Oliveira. **Do Pranto Fez de Lei: O Direito Catástrofe e a Mudança na Legislação com Acidente com o Césio 137 em Goiânia–Go**. 2019. 136f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis. 2019. Disponível em: <https://www.btd.ueg.br/bitstream/tede/387/2/DISSERTA%c3%87%c3%83O_DANIELE_ROBERTA_OLIVEIRA_DE_CARVALHO.pdf> Acesso em 07/12/2021
- CHAVES, Elza Guedes. Goiânia é azul: o acidente com o césio 137. **Revista UFG**, Goiânia, v. 9, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48158>>. Acesso em: 26/05/2021.
- CNEN. **Informação institucional**: competências. Rio de Janeiro: MCTIC/CNEM, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/cnen/pt-br/aceso-a-informacao/institucional>>. Acesso em: 18/05/2021.
- CNEN. **Perguntas frequentes**. Rio de Janeiro: MCTIC/CNEM, 2020. Disponível em: <<http://antigo.cnen.gov.br/perguntas-frequentes#1>>. Acesso em: 17/05/2021.
- CORREIO BRASILIENSE 11/10/1987.
- COSTA JÚNIOR, Geraldo. **O Acidente com o Césio 137 em Goiânia nas matérias do Correio Braziliense – 1987-2007**. 2016. 118f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2016. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3534>>. Acesso em: 12/05/2021.
- DIÁRIO DA MANHÃ, Goiânia: S/N, 1987.
- DIÁRIO DA MANHÃ, Goiânia: S/N, 1987.
- DIAS, Andressa; DELLAMANO, José Claudio; NASCIMENTO, Andreia; VICENTE, Roberto. **Caracterização de acidentes radiológicos industriais**: relatório de progresso. São Paulo: GRR/IPEN/CNEN, 2019. Disponível em:

<<http://repositorio.ipen.br/bitstream/handle/123456789/29870/25650.pdf?sequence=1>>

Acesso em: 17/05/2021.

FIO CRUZ. **Mapa de Conflitos**. Disponível em:

<<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/go-vitimas-do-cesio-137-ate-hoje-lutam-pelo-reconhecimento-pleno-de-seus-direitos/>> Acesso em: 11/01/2022

FOLHA DE SÃO PAULO 01/10/2001.

FOLHA DE SÃO PAULO 14/09/2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOIÁS. **A História do Césio-137**. Goiânia: Secretaria de Estado da Saúde, s/d. Disponível em <<http://www.cesio137goiania.go.gov.br/>>. Acesso em 12/04/2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 4. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 5. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, 2006.

HELOU, Suzana. **Césio-137: consequências psicossociais do acidente de Goiânia**. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

HELOU, Suzana. **Os bastidores do césio 137: O acidente radiológico de Goiânia sob a ótica dos profissionais que nele atuaram**. Curitiba: Appris, 2017.

HOBBS, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JORGE, Luiz Eduardo. **Cinema documental e realidade social**. Porto Alegre: Iluminuras/UFRS, 2010.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: de Marx a Gramsci. **Revista Novos Rumos**, Marília/SP, v. 21, n. 46, 2006. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2093/1725>>. Acesso em: 13/08/2021.

MARTINS, Vanessa. Césio 30 anos: após 30 anos, vítimas do acidente com o césio- 137 dizem sofrer com a falta de apoios médico e financeiro, em Goiânia. **G1 Goiás**, Goiânia, set. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/goias/cesio30anos/noticia/apos-30-anos-vitimas-do-acidente-com-cesio-137-dizem-sofrer-com-a-falta-de-apoios-medico-e-financeiro-em-goiania.ghtml>>. Acesso em: 10/01/2019.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e lutas de classes: a atualidade de um debate conceitual. **Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 20, 2007. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/158/183>>. Acesso em:

09/08/2021.

MIRANDA, F. J.; PASQUALI, L.; NETO, S. B. C.; BARRETO, M. Q.; DAVID FILHO; G. & ROSA, T. V. Acidente radioativo de Goiânia: **O tempo cura todos os males?** *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 2005, p 58-87.

NASCIMENTO, Elisângela; VELASCO, Murillo. Césio 30 anos: Série do G1 Goiás reconta o maior acidente radiológico do mundo. **TV Anhanguera**, Goiânia, set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/goias/noticia/cesio-30-anos-serie-do-g1-goias-reconta-o-maior-acidente-radiologico-do-mundo.ghtml?utm_source=%20facebook&utm_medium=social&utm_campaign=g1%3E>. Acesso em: 07/04/2021.

NASCIMENTO, Elisângela; VELASCO, Murillo. Césio 30 anos: Vítimas visitam locais do acidente com o Césio-137 e relembram constrangimentos: Fui levado como uma Kombi. **TV Anhanguera**, Goiânia, set. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/goias/cesio30anos/noticia/vitimas-visitam-locais-do-acidente-com-o-cesio-137-e-relembra-constrangimentos-fui-lavado-como-uma-kombi.ghtml>> Acesso em: 07/04/2021

O POPULAR. Goiânia, Edição n. 21.439, 2012.

O POPULAR. Goiânia, s/n, 1987.

O POPULAR. Goiânia, s/n, 28/08/2021.

OKUNO, Emico. Efeitos biológicos das radiações ionizantes: acidente radiológico de Goiânia. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 77, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/xzD9Dgv8GPFtHkxkfbQsn4f/?lang=pt>>. Acesso em: 14/06/2021.

OLIVEIRA JÚNIOR, Eurípedes Monteiro. **O grande medo de 1987**: uma releitura do acidente com o Césio-137 em Goiânia. 2016. 217f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/21508>>. Acesso em: 12/05/2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <<http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>> Acesso em: 10/01/2019.

RODRIGUES, Galtieri; BORGES, Rogerio; BORGES, Carla. Césio 137 (1987/2017). **O Popular**, Goiânia. Disponível em: <<https://especiais.opopular.com.br/cesio-137-30-anos/ontem>> Acesso em: 10/01/2019.

RODRIGUES, Luiz Alberto Ribeiro. Política, estado e sociedade civil em Antônio Gramsci: uma questão central para a filosofia política. **Revista de Administração Educacional**, Recife, v. 1, n. 1, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ADED/article/view/2336/1878>>. Acesso em: 30/04/2021.

SCHIRMER, H. P.; GOMES, C. A.; RECIO, J. C. A. **Documentário do Acidente Radiológico de Goiânia**. Disponível em: <<https://www.ipen.br/biblioteca/cd/go10anosdep/Cnen/doc/manu41.PDF>> Acesso em 31/05/2021

SILVA, Salyanna de Souza. **Contribuições Acerca do Tema Classes Subalternas em Gramsci**. Fortaleza, 2016. Disponível em: <<http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES-ACERCA-DO-TEMA-CLASSES-SUBALTERNAS-EM-GRAMSCI.pdf>> Acesso em: 18/01/2021

SOARES, Carolina Chaves. **Implicações Jurídico-Penais dos Acidente com o Césio-137**. Universidade Federal de Goiás, s/d. Disponível em: <<https://www.ipen.br/biblioteca/cd/go10anosdep/Cnen/doc/manu58.PDF>> Acesso em: 07/12/2021

SOUZA, Cláudia (Coord.) **História da energia nuclear**. Rio de Janeiro: MCTIC/CNEM, s/d. Disponível em: <<http://antigo.cnen.gov.br/images/cnen/documentos/educativo/historia-da-energia-nuclear.pdf>>. Acesso em: 22/05/2021.

TINEU, Rogerio. Ensaio sobre a teoria de classes sociais em Marx, Weber e Bourdieu. **Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política**, São Paulo, v. 10, n. 29, jun./set. 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/33734/23985>>. Acesso em: 30/04/2021.

UFRGS. **Princípios Básicos de Segurança e Proteção Radiológica**. Rio Grande do Sul. 2006.

VEJA. Editora Abril. São Paulo: Edição n. 996, 1987.

VEJA. Editora Abril. São Paulo: Edição n. 997, 1987.

VEJA. Editora Abril. São Paulo: Edição n. 998, 1987.

VENTURINI, Marco Aurélio. Estado e política em Marx. **Revista Marco Social**, ano 3, dez. 2006. Disponível em: <<https://cienciassociais.paginas.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-172.pdf>>. Acesso em: 11/08/2021.

VIEIRA, Suzane de Alencar. **O drama azul: narrativas sobre o sofrimento das vítimas do evento radiológico do Césio-137**. 2010. 178f. Dissertação (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279038/1/Vieira_SuzanedeAlencar_M.pdf>. Acesso em: 20/04/2021.

WIEDERHECKER, Clyce Louíse; CHAVES, Elza Guedes. Associação das vítimas do Césio 137: igualdade e diversidade de um movimento social. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 9, n. 1/2, jan./dez. 1989/1990. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/4395/3837>>. Acesso em: 23/04/2021.

WASCHECK, Carla de Camargo. ALENCAR, Patrícia Melo. **Histórico da Fundação Leide das Neves Ferreira – Funleide**. Goiânia, 2013. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_893_HIST%C3%93RICOADA_AFUNDACAOALEIDEADASANEVESAFERREIRA.A2013.pdf> Acesso em 18/01/2021.